

Elisa Hickmann Nickel

Cyro dos Anjos e Lima Barreto:
burocracia e patrimonialismo na literatura

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas,
para obtenção do título de mestre em Teoria e História
Literária

Orientador: professor doutor Francisco Foot Hardman

Campinas

2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

N532c

Nickel, Elisa Hickmann.

Cyro dos Anjos e Lima Barreto : burocracia e patrimonialismo na literatura / Elisa Hickmann Nickel. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Francisco Foot Hardman.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Anjos, Cyros dos, 1906-1994. 2. Lima Barreto, 1881-1922. 3. Servidores públicos. 4. Servidores públicos. 5. Patrimonialismo. I. Hardman, Francisco Foot. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Cyro dos Anjos and Lima Barreto: bureaucracy and patrimonialism in brazilian literature.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Cyro dos Anjos; Lima Barreto; Public employee; Patrimonialism.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman (orientador), Profa. Dra. Daniela Birman e Prof. Dr. Luis Gonçalves Bueno de Camargo. Suplentes: Profa. Dra. Patrícia da Silva Cardoso e Prof. Dr. Jaime Ginzburg.

Data da defesa: 27/08/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

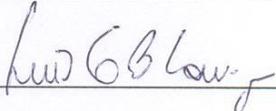
Francisco Foot Hardman



Daniela Birman



Luís Gonçales Bueno de Camargo



Patrícia da Silva Cardoso

Jaime Ginzburg

IEL/UNICAMP
2010

Agradecimentos

Embora o usual seja creditar a autoria de um texto apenas a quem o redigiu de fato, parece-me que ele é na realidade escrito por muitas pessoas. Refiro-me não só à época e ao local em que o autor do texto vive, que o influenciam mais do que ele próprio se dá conta, mas também às pessoas mais diretamente próximas, que contribuem com a convivência e as conversas cotidianas para transformar os pensamentos, as atitudes e até mesmo o estado de espírito daquele que escreve. É a essas pessoas, que indiretamente também escreveram esta dissertação, que quero agradecer aqui.

A meu orientador, Francisco Foot Hardman, agradeço por ter acreditado nesta pesquisa, quando eu mesma tive dúvidas sobre seu valor.

A alguns professores que me ajudaram a olhar a literatura com novos olhos: Glória Carneiro do Amaral, Jefferson Cano e Antonio Arnoni Prado.

Ao Sérgio Silva, professor e amigo.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, agradeço o auxílio financeiro que facilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do IEL, Rose e Miguel, e à Bel e à Lavínia, da biblioteca, sempre prestativos.

Aos colegas da pós, Larissa, Andréia, Fernando, Rodrigo e Rodrigo, pela ajuda no desvendamento dessa área que é nova para mim, a teoria literária.

Aos amigos da jogatina, Caio, Mari, Jeremias, Alice e Daniel, que nem imaginam o quanto contribuíram para que as semanas de trabalho solitário se tornassem mais toleráveis.

À Amélia, com quem aprendi a encarar as dificuldades da vida como chances de crescer e de aprender mais sobre mim mesma.

À Thaís, amiga e confidente, agradeço as longas caminhadas e conversas em Curitiba.

Um agradecimento especial a alguns escritores que fizeram de mim o que sou hoje: Walter Benjamin, Jane Austen, Balzac, Dostoiévski, Goethe e George Eliot.

Ao Petia, agradeço por sua constante (e com frequência sonolenta) presença durante a redação desta dissertação.

Ao Arthur um agradecimento mais que especial pelo altruísmo de suas leituras atentas e pela paciência e compreensão com minhas crises de insegurança, ansiedade e solidão durante a pesquisa.

À minha mãe, pelo carinho e pelo apoio, e por me levar nas manhãs de sábado à Livraria do Chain.

Ao meu “velho e sábio pai” (a expressão é dele), agradeço os conselhos de prudência e a disposição para discutir as mais malucas teorias.

Aos dois, agradeço por terem se mostrado sempre funcionários públicos exemplares, honestos, trabalhadores e preocupados em agir corretamente com os outros e com a população em geral. Se não fosse a observação cotidiana dessas virtudes, esse trabalho provavelmente não existiria.

Resumo

A dissertação de mestrado compara as obras de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922) e de Cyro dos Anjos (1906 - 1994) a partir da ótica do funcionário público, analisando a distância entre o tipo ideal burocrático de Max Weber (1864 - 1920), a administração pública brasileira e os personagens e situações que aparecem na obra dos dois autores, e procurando entender de que forma o patrimonialismo dominante no período é retratado por eles, bem como as razões da dificuldade de romper com ele. O texto tem como focos principais de estudo os romances *O Amanuense Belmiro* (1937) e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), mas também se volta para *Coisas do Reino do Jambon* e *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, publicadas postumamente em 1953 e 1923, respectivamente, e para *A Menina do Sobrado* (1979), de Cyro dos Anjos. A pesquisa partiu do pressuposto de que as obras literárias constituíam um ponto de partida pertinente para a compreensão da época em que foram escritas; no decorrer da análise, constatou que o inverso também era verdadeiro: a questão do funcionário público mostrou-se uma chave interpretativa que não se fecha em si mesma, permitindo entender os dois romances que protagonizam este estudo de forma mais ampla.

Palavras-chave: Cyro dos Anjos, Lima Barreto, funcionário público, patrimonialismo.

Abstract:

The dissertation compares the works of Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 - 1922) and Cyro dos Anjos (1906 - 1994) from the perspective of the public employee, analysing the gap between the ideal type of bureaucracy as defined by Max Weber (1864 - 1920), the Brazilian public employees and the characters and situations that appear in the work of both authors. It also endeavours to understand how the patrimonialism dominant in the period is portrayed by them as well as the reasons for the difficulty of bringing it to an end. The text has its main focus on the novels *O Amanuense Belmiro* (1937) and *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), but it also analyses *Coisas do Reino do Jambon* and *Os Bruzundangas*, by Lima Barreto, published posthumously in 1953 and 1923, respectively, and *A Menina do Sobrado* (1979), by Cyro dos Anjos. The research assumed from its beginning that literary works constitute a possible and interesting departure point for understanding the time they were written. During the analysis, it discovered that the reverse was also true: the question of the public employee has proven itself a useful interpretation, capable of conducting the reader to what is central in the two novels and to a broader understanding of them.

Key Words: Cyro dos Anjos, Lima Barreto, public employee, patrimonialismo

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Cyro dos Anjos e “O Amanuense Belmiro”	5
1.1 Belmiro	5
1.2 O Amanuense	8
1.3 Em que surge a ponta de um iceberg	9
1.4 Um Belmiro analgésico e cordial.....	15
1.5 De pessoas e princípios.....	21
1.6 Politizando Belmiro.....	25
1.7 “As coisas não estão no espaço; as coisas estão é no tempo”	29
Capítulo 2 – Burocracia e Patrimonialismo	33
2.1 Império	33
2.2 República Velha.....	42
Capítulo 3 – Lima Barreto e o funcionário público	49
3.1 Lima Barreto.....	49
3.1.1 Posicionamento político.....	53
3.1.2 Concepção de Literatura	56
3.1.3 Algumas críticas recorrentes	60
3.1.4 Peculiaridades da escrita de Lima Barreto	63
3.2 O funcionário público em Lima Barreto	66
3.2.1 “Coisas do Reino do Jambon”	69
3.2.2 “Os Bruzundangas”	74
3.3 “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”	81
3.3.1 O funcionário público	84
3.3.2 Similaridades.....	88
3.3.3 Uma diferença	92
3.3.4 Augusto Machado, Gonzaga de Sá e Belmiro Borba	95
Conclusão	99
Referências	103

Introdução

O presente texto é o resultado da pesquisa que teve início em março de 2008 e cujo objetivo era analisar comparativamente a temática do funcionário público nas obras de Lima Barreto (1881 – 1922) e Cyro dos Anjos (1906 – 1994), ao lado de uma comparação também com o tipo ideal burocrático weberiano e com os funcionários brasileiros do período em que as obras dos dois autores foram escritas.

O período estudado abrange, de modo geral, a segunda metade do século XIX e a primeira do XX no Brasil; serão priorizados, entretanto, os momentos em que Cyro dos Anjos e Lima Barreto escreveram sobre funcionários públicos, bem como seus anos de formação, resultando em um período de análise que se concentra entre os anos finais do Império e 1937, ano de publicação de *O Amanuense Belmiro*. Mas esses limites não são rígidos, como se verá a seguir.

Trata-se de um momento chave para uma análise como esta em mais de um sentido. A administração pública brasileira passou por diversas transformações e tentativas de mudanças; o modelo que se definiu na década de 30 se prolongaria pela ordem futura (NOGUEIRA, 1998, p. 60). Além disso, é um período em que a proximidade entre ser escritor e ser funcionário público era muito grande: eram raros os que viviam só da literatura, e no mais das vezes ela era conjugada com a burocracia (NETO, 1973, p. 77 e 84).

O primeiro capítulo trata de Cyro dos Anjos, particularmente de *O Amanuense Belmiro*, mas também por vezes de *A Menina do Sobrado*, autobiografia do autor. São as duas obras dele que abordam o tema que queremos discutir. Optamos por essa inversão cronológica (falar de Cyro dos Anjos antes de Lima Barreto) porque nesse romance encontramos um protagonista e narrador que trata muito de si mesmo e pouco do mundo em que vive. O que procuramos fazer neste primeiro capítulo, entretanto, é mostrar que apesar disso Belmiro é muito influenciado por esse mundo, tanto em seus pensamentos como em suas atitudes. Por isso escolhemos iniciar a dissertação por ele: queríamos fazer uma gradual retirada dessa espécie de máscara que recobre Belmiro,

sem as pistas que um capítulo anterior sobre Lima Barreto ou sobre a burocracia no Brasil da época poderiam dar ao leitor. Nesse sentido esse capítulo é muito importante: ele contém já, e anuncia, os principais temas da dissertação, que serão retomados depois de forma mais clara e direta.

Vejamos então com mais detalhes esse primeiro capítulo. Ele começa com uma exposição das principais características do romance mais conhecido de Cyro dos Anjos e do protagonista dele, partindo para isso do primeiro capítulo de *O Amanuense Belmiro*. Em seguida, nos voltaremos para o comportamento de Belmiro como funcionário público, comparando-o com o ideal weberiano burocrático. Isso nos levará, no item 1.3, a analisar um pouco da época em que *O Amanuense Belmiro* foi publicado: as interpretações do Brasil que foram produzidas nesse período, e os objetivos que o Estado então perseguia, bem como as dificuldades de atingi-los - sobretudo no que diz respeito à administração pública. Em seguida, discutiremos alguns exemplos em *A Menina do Sobrado* e em Machado de Assis que têm semelhanças com Belmiro.

No item 1.4 trataremos do caráter conciliador e cordial de Belmiro, e de suas semelhanças com a intelectualidade de sua época e com o Conselheiro Aires, personagem de Machado de Assis. No item seguinte procuraremos desvendar, de forma gradual e partindo do Conselheiro Aires para isso, o predomínio de uma lógica pessoal em Belmiro que se estende em vários aspectos de sua vida, para além de sua atuação como funcionário público – o que também acontecia na sociedade brasileira. Os itens 1.6 e 1.7 concluem o capítulo e procuram tornar claras as questões sobre o romance que foram colocadas no restante do capítulo.

Explicar o segundo capítulo pede uma ressalva ao período de tempo que disemos que seria estudado aqui. Diante da permanência do patrimonialismo que o primeiro capítulo constata, recuaremos no tempo para entender as razões dessa permanência, por um lado, e, por outro, procuraremos esclarecer a variedade e complexidade que era a burocracia durante o período imperial. A segunda metade desse segundo capítulo se voltará para a administração pública durante a República Velha, a fim de entender o que mudou na burocracia com o advento da República.

O terceiro e último capítulo, por fim, se ocupará de Lima Barreto. Ao contrário da análise de Cyro dos Anjos, em que o funcionário público nos leva a conclusões mais gerais sobre o romance e a época em que ele foi escrito, optamos aqui por apresentar primeiro o mundo em que Lima Barreto vivia, bem como algumas particularidades de sua obra e de seu pensamento, para só no final discutirmos o funcionário público.

Começaremos, assim, apresentando brevemente alguns dos problemas que a cidade do Rio de Janeiro viveu durante a República Velha e relembrando as reformas urbanas pelas quais ela passou. Em seguida passaremos ao escritor: discutiremos um pouco do posicionamento político de Lima Barreto, marcado por críticas e quase sem formulações claras. O passo seguinte será analisar sua concepção de literatura; isso será importante porque se refletirá na forma como o funcionário público aparece em sua obra. O item seguinte (3.1.3) apresentará algumas das críticas recorrentes presentes na obra do autor, tentando entender como elas se relacionam com a concepção de literatura dele. O último item dessa parte (3.1.4) trará algumas das características da forma de escrever de Lima Barreto, o que também poderá contribuir para o entendimento da figura do funcionário público em sua obra.

A parte seguinte do capítulo, 3.2, entrará no tema do funcionário público por meio da análise sobretudo de crônicas do escritor, presentes em *Bagatelas* e em *Coisas do Reino do Jambon*, e da sátira de *Os Bruzundangas*. Como procuramos incluir nela exemplos dos principais tipos de crítica à burocracia presentes na obra do escritor, porém, ocasionalmente outras de suas obras serão também abordadas.

A última parte do terceiro capítulo (3.3), por fim, analisará os tipos restantes de crítica à burocracia nesse escritor que aparecem no romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Seu objetivo principal, porém, não é esse: o que queremos nesta última parte é esboçar um estudo desse romance que parte da questão do funcionário público para compreender o que move essa obra e seus dois principais personagens. O final dessa parte (3.3.4) comparará esses dois personagens a Belmiro, o protagonista do romance de Cyro dos Anjos.

Capítulo 1 – *Cyro dos Anjos* e *O Amanuense Belmiro*

L’histoire n’a pas pour loi, comme le roman, de tendre vers le beau idéal. L’histoire est ou devrait être ce qu’elle fut ; tandis que *le roman doit être le monde meilleur*, a dit Mme. Necker. (...) Mais le roman ne serait rien si, dans cette auguste mensonge, il n’était pas vrai dans les détails. (BALZAC, 1931, p. XXXIII)¹

Para que qualquer produto intelectual de peso possa surgir de imediato um efeito amplo e profundo, é preciso que haja uma afinidade secreta, uma coincidência entre o destino pessoal de seu autor e o destino anônimo de sua geração. (MANN, 2003, p. 15)

1.1 Belmiro

O Amanuense Belmiro é um livro difícil. Para Antonio Candido, o romance cria a “impressão de acabamento, de segurança, de equilíbrio, de realização quase perfeita”, que “revelam o artista perfeitamente consciente das técnicas e dos meios do seu ofício.” (CANDIDO, 1989a, p. xiii) São essas as palavras do famoso artigo de Antonio Candido que João Luiz Lafetá relembra ao iniciar o seu. É que ele quer destacar a importância do primeiro capítulo de *O Amanuense Belmiro* para a totalidade da obra: essas primeiras páginas, argumenta ele, já esboçam as linhas mestras que guiarão o leitor por todo o romance. Revelam não só os principais temas que surgirão, mas também características do protagonista.

É véspera de natal, e Belmiro está com amigos em um bar, já no nono chope. Lafetá destaca uma série de pontos ao examinar este primeiro capítulo. O primeiro surge quando Silviano afirma que a solução é a conduta católica, quer dizer, fugir da vida no que ela tem de excitante. Belmiro objeta, para provocá-lo, que isso não

¹ Em tradução livre para o português: “A história não tem necessariamente, como o romance, de aspirar ao belo ideal. A história é ou deveria ser o que ela foi; enquanto que *o romance deve ser o mundo melhor*, disse Mme. Necker. (...) Mas o romance não seria nada se, nesta grande mentira, ele não fosse verdadeiro nos detalhes.”

constituiria solução, mas supressão da vida. A resposta de Silviano é fundamental para a compreensão do romance:

-Você não sabe o que está dizendo, mas, ainda que fosse uma supressão, por que não havíamos de realizá-la para encontrar tranqüilidade? A grande estupidez é vivermos num conflito constante. Já que não se possui a vida com plenitude, o melhor é renunciar, de vez. (ANJOS, 1989, p. 6)

Além de nos dar pistas para entender o romance, o trecho revela a personalidade de Belmiro: sua busca de uma totalidade, de uma plenitude, caracterizada por um conflito interno, que marcará sua trajetória durante toda a obra.

O segundo ponto vem logo a seguir: após esse comentário de Silviano, Florêncio comenta maliciosamente: “-Estamos ruinzinhos hoje, hein? A pequena deu o fora?” (ANJOS, 1989, p. 6) Apesar da irritação indignada de Silviano, Belmiro reconhece para o leitor que é Florêncio quem está certo: Silviano, casado e beirando os quarenta, voltara a amar as “moças em flor”. Da mesma forma, na busca de Belmiro aparecerá uma moça em flor, Carmélia, que se confunde o tempo todo com o mito da donzela Arabela – principalmente por que para Belmiro ela surge tão distante e inalcançável quanto a donzela do mito.

A característica seguinte de Belmiro é também revelada por Silviano:

-Cidade besta, Belo Horizonte! exclamou Redelvim, consultando o relógio. A gente não tem para onde ir...

-Não acho! retrucou Silviano. Em Paris é a mesma coisa.

-Em Paris? perguntou Florêncio. Não sabia que você andou por Paris... É boa!

-Ó parvo, quero dizer que o problema é puramente interior, entende? Não está fora de nós, no espaço! (ANJOS, 1989, p. 6 e 7)

Ao prosseguirmos na leitura do romance, percebemos que é isso o que se passa com Belmiro: sua interioridade se destaca do mundo, e é sobre ela que ele falará e pensará. É o que ele sente pela moça Carmélia, por exemplo, que é discutido em seu

diário, e isso parece bastar; ele não se coloca em momento algum a possibilidade de agir, expondo seus sentimentos a ela.

O capítulo se encerra com Belmiro indo para casa, na rua Erê, de bonde. Suas reflexões sobre a realidade e a aparência são interrompidas por Prudêncio, vizinho de quarteirão cujo “único vício é cumprimentar-nos diariamente com um how do you do.” (ANJOS, 1989, p. 8) E é essa interrupção que faz Belmiro perceber que o momento de descer do bonde se aproxima. Sobre esse acontecimento Lafetá diz:

Quer dizer, confrontadas a realidade e a aparência, quem sai ganhando é a rua Erê, a despeito da fórmula sofisticada que se atribui a Silviano. E o fato do Merry Christmas e da palmadinha nas costas provirem do bom sujeito Prudêncio Gouveia, personagem melancólico e com seu tanto de ridículo, intensifica a ironia e reitera a degradação. Mas Belmiro ainda não estaria completo sem a frase que fecha o capítulo inicial:

“-Merry Christmas, Prudêncio amigo! Merry Christmas!”

Pois o cumprimento com que se nivela ao conceituado chefe de seção, prudente Prudêncio (...), revela o traço final do caráter de Belmiro: a resignação, a certeza resignada que subjaz à sua busca de plenitude. (LAFETÁ, 2004, p. 25)

Analisado dessa forma, esse final do primeiro capítulo parece antecipar a conclusão do romance, em que Belmiro afirma que “a verdade está na rua Erê”, e deixa a reflexão de lado para se voltar para a vida cotidiana. Além disso, essa discussão sobre o primeiro capítulo do livro permite que Lafetá relacione essa obra de Cyro dos Anjos ao segundo dos três tipos romanescos definidos por Lukács, o romantismo da desilusão. Trata-se, segundo Lukács(2000, p. 118), de um herói problemático, cuja alma é demasiado ampla se comparada ao mundo exterior, e cujos problemas se centram, assim, na interioridade. É um herói que tende à passividade e a se esquivar de lutas e conflitos externos

A própria epígrafe do romance parece apontar para essa solução: “Les souvenirs que j’ai de ma vie réelle ne sont ni plus colorés ni plus vibrants que ceux de mes vies

imaginaires." (DUHAMEL, Georges. **Remarques sur les Memoires Imaginaires** 13. ed. Paris: Mercure de France, 1934 apud ANJOS, 1989, p. 4)²

1.2 O Amanuense

Para além dessa riqueza interior, porém, Belmiro é também amanuense. As duas condições aparecem freqüentemente interligadas, como no caso do capítulo "O Amanuense amando está.", em que Belmiro tenta escrever um poema na repartição. É horário de expediente, e o "chefe pigarreia, finge que não nota, em minha mesa, uma folha de papel onde se alinham versos frustrados e se estende uma caprichosa série de rabiscos." (ANJOS, 1989, p. 28) Também não há necessidade desse controle: há muito pouco o que fazer na Seção do Fomento Animal. O próprio chefe da Seção anda "para lá, para cá, enrola um cigarro de palha e declara, sob reservas, que o deputado Fortuna está na bica de ser secretário." (ANJOS, 1989, p. 28)

Tanto o comportamento de Belmiro como o de seu chefe diferem bastante do ideal do funcionário burocrático weberiano, que deve estar "sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo." (WEBER, 1971, p. 21) Uma situação que se distancia ainda mais desse ideal acontece na autobiografia de Cyro dos Anjos, *A Menina do Sobrado*: um dos funcionários que trabalhava na Subinspetoria de Reclamações da Estrada de Ferro Oeste de Minas junto com Cyro, de nome Evágrio, só ia trabalhar duas ou três vezes por mês, o mínimo necessário para não ser demitido por abandono do emprego. De acordo com Cyro, o chefe não dizia nada "talvez para não desgostar o Chefe do Tráfego, (...) em cuja casa Evágrio era conviva mimado." (ANJOS, 1979, p. 230)

A dominação legal com administração burocrática é um dos três tipos ideais de dominação definidos por Max Weber em seu livro *Economia e Sociedade*. De acordo

² Em tradução livre para o português: "As lembranças que tenho da minha vida real não são nem mais coloridas nem mais vibrantes que as das minhas vidas imaginárias."

com ele, a dominação racional-legal tem como base a idéia de que todo direito pode ser instituído de modo racional e deve ter suas regras, intencionalmente abstratas, aplicadas concretamente. Além disso, o soberano legal típico deverá obedecer à ordem impessoal pela qual orienta seu governo, e será obedecido não enquanto pessoa, mas sim enquanto líder legitimado por essa mesma ordem impessoal. Um outro ponto interessante é que os funcionários a serviço desse quadro administrativo não devem ser proprietários dos meios materiais de administração e produção. E, por fim, é importante também salientar que normalmente só toma parte no quadro aquele que prova possuir uma formação e uma qualificação profissional para o cargo em questão. (WEBER, 1944)

Esse ideal de meritocracia na obtenção dos cargos não se verifica na trajetória de Belmiro, introduzido na burocracia por um deputado, e tampouco na do Cyro dos Anjos de A Menina do Sobrado, que obteve um emprego na Secretaria das Finanças por conhecer o pai do Secretário.

O ideal de impessoalidade weberiano também não encontra paralelo nas situações de *O Amanuense Belmiro*: Redelvim, um amigo do protagonista, por ser membro do Partido Comunista, tem alguns documentos, inclusive seu diário, apreendidos pela polícia. Belmiro promete “arranjar a devolução das coisas por intermédio do Senador Furquim, via Glicério.” E acrescenta: “Sempre é bom conhecer um senador.” (ANJOS, 1989, p. 96)

1.3 Em que surge a ponta de um iceberg

O Amanuense Belmiro foi publicado em 1937, mas sua ação se passa durante o ano de 1935. Trata-se de um período importante da história do Brasil: os processos de urbanização e industrialização estavam a todo vapor, tendo tomado proporções até então nunca vistas. Octavio Ianni lembra o grande número de interpretações do Brasil que foram feitas à época, e que hoje são clássicas e fundamentais. Só para citar alguns

exemplos, são os anos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Paulo Prado. Ainda segundo este autor, sob diversos aspectos

a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço (...) de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado (...) se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar ou exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira. (IANNI, 1992, p. 47)

Na década de 30, em particular, esse esforço de entrar no ritmo da história, de se tornar contemporâneo do seu tempo, foi muito forte no Brasil. O que se queria era que o Brasil se tornasse uma sociedade capitalista industrial moderna, que de acordo com Edson Nunes é constituída por:

a) um padrão distinto de autoridade racional baseado no universalismo de procedimentos; b) um padrão dominante de ação social baseada no individualismo e no impersonalismo de procedimentos (...); c) uma economia de mercado baseada na transferência impessoal de recursos econômicos, onde as trocas que ocorrem independem das características pessoais dos indivíduos envolvidos. (NUNES, 1997, p. 24)

Características que, como se vê, têm afinidades profundas com a idéia de dominação racional-legal de Weber, e que se refletiram no Brasil da Era Vargas em um aumento das atividades estatais e da burocracia pública, em exigências de uma crescente racionalização burocrática e em critérios mais pragmáticos de análise do Brasil, com a preocupação de integrar a nação e de romper a excludência oligárquica de antes. (NOGUEIRA, 1998)

As tentativas de uma racionalização da burocracia, no entanto, não se efetivaram, ou se efetivaram de forma bastante limitada: assim como Belmiro obtém seu emprego graças a um deputado, as antigas oligarquias rurais “exigem e conquistam a absorção de seus quadros e de suas parentelas pelo Estado, contaminando assim e em boa medida formatando a burocracia estatal” (NOGUEIRA, 1998, p. 44).

Os novos setores da burocracia conviviam com o velho funcionalismo, inerte, moroso e dependente de pressões clientelistas e de relações de favor; ao mesmo tempo, essas pressões se infiltravam na nova burocracia que se queria moderna, impessoal e racional, e a legitimavam. A extensão dessa infiltração ia ao ponto de Mário Vieira da Cunha (1963, p. 100 e 101) poder afirmar que, entre 1942 e 1945, o número de extranumerários (funcionários indicados por favoritismos políticos e pessoais, mantidos fora do sistema de mérito) excedia o de funcionários selecionados por concurso. Esta situação trouxe inúmeras conseqüências negativas: o afluxo crescente de servidores, que não se conseguia restringir, mantinha um clima de ineficiência e ceticismo nos serviços públicos; por outro lado, a inflação ia gradativamente retirando substância dos vencimentos, o que levava os funcionários a adquirirem também empregos particulares e portanto dificultava a formação de um corpo burocrático isento.

A reforma da administração pública na década de 30, entretanto, não constitui exemplo solitário na história do Brasil, e faz parte de um processo mais amplo. Luiz Werneck Vianna, em um artigo intitulado *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*, classifica três importantes movimentos da história brasileira – as Revoluções da Independência, de 1930 e de 1964 – como revoluções passivas, ou seja, movimentos políticos cujo objetivo maior era evitar uma revolução popular e uma transformação social mais substancial. As elites políticas, assim, afirmavam a existência de um atraso brasileiro em relação às nações capitalistas tidas como referência, e a necessidade de modernização. Depois de tomarem o poder, os “revolucionários” se empenhavam na realização de reformas no âmbito político, recuperando o que de útil houvesse no governo anterior e inserindo elementos do moderno na medida do possível.

A chamada Revolução de 30, dentre os três o mais importante movimento para a presente discussão, conciliou seu projeto de modernização aos interesses da antiga oligarquia agrária, que, como esclarece Marco Aurélio Nogueira, “não perdeu a base de poder (...) e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades

novas, onde isso fosse possível.” (1998, p. 31) Constituiu, portanto, muito mais uma reorganização, uma correção do existente, do que uma revolução. Ou, em outras palavras, constituiu sobretudo reforma de fachada, que renovou a pintura, mas pouco alterou a estrutura do prédio.

Por outro lado, o processo de rompimento com a organização dos clãs políticos rurais se deu em velocidades e momentos diferentes nas várias regiões do país. De acordo com Mário Vieira da Cunha, no período estudado por ele (1930 a 1950) esse movimento se intensifica nos estados da região Sul e no de São Paulo. Mas nos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e nas Minas Gerais de Belmiro

o patriarcalismo político absorve o Estado, sustentando-se um equilíbrio, no fundo contraditório, entre o desenvolvimento do Estado e a manutenção dos grupos políticos rurais. Este equilíbrio sustenta-se graças ao processo de sujeição do Estado a estes grupos, em termos patriarcais. (1963, p. 117)

Este equilíbrio contraditório e sua longa permanência no Brasil fizeram com que os detentores das posições públicas de responsabilidade se caracterizassem justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata de Max Weber. O pensamento é de Sérgio Buarque de Holanda, e não poderia vir mais a propósito. Como já foi dito, são três os tipos ideais de dominação que Max Weber apresenta em *Economia e Sociedade*; além do burocrático, que discutimos aqui, existem ainda o carismático e o tradicional. É a este último que Sérgio Buarque de Holanda se refere ao falar do funcionário “patrimonial”, para quem

a própria gestão política apresenta-se como assunto do seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático (...). A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. (HOLANDA, 1995, p. 145 e 146)

Esse poder tradicional fica claro, por exemplo, no caso do pequeno sanfoneiro, relatado por Cyro dos Anjos (1979) em *A Menina do Sobrado*. Ele é criança e mora ainda na pequena cidade de Santana do Rio Verde. Um coronel local, de nome Saturnino, manda matar um sanfoneiro que seduziu a filha de um compadre seu. Quando se desconfia da participação dele no crime, o delegado é trocado, para que o caso não dê em nada.

Outro caso interessante, também nesse livro, é o do Joaquim da Filomena, que assassinava quem o xingasse com o nome da mãe. Não era matador profissional, e o júri o absolvía sempre, “porque ninguém em Santana levava para casa uma ofensa daquelas sem ficar desmoralizado para o resto da vida.” Surge o boato de que o novo delegado militar ordenara ao Soldado João Gomes que o desarmasse:

A cidade suspendeu a respiração. (...) Sabia-se que João Gomes não tinha medo, mas ousaria fazer ao outro semelhante afronta? Um dos dois teria de morrer. (...) Felizmente, fora boato. Ordem nenhuma houvera. Nem se compreenderia que o novo delegado fosse desfeitear um amigo do peito do Dr. Barbalho! (ANJOS, 1979, p. 101)

Percebe-se aqui uma ação do novo delegado que não só é contrária ao que a lei determina como sua função, mas também que se orienta no sentido de preservar o cargo – já que, ao que tudo indica, esse Dr. Barbalho era um poderoso local. Além disso, o ato hipotético do soldado João Gomes de desarmar o Joaquim da Filomena é encarado não como uma ação no cumprimento de um cargo público, mas como afronta pessoal. E, por fim, essa idéia da afronta pessoal, embora expressada pelo narrador-personagem Cyro dos Anjos, é colocada no texto como a opinião geral dos habitantes da cidade – colocando a existência de uma lei de fato, construída pelos usos e costumes, que era do conhecimento de todos e que se sobrepunha, quando a ela confrontada, à lei formal.

E, por fim, faz-se oportuno neste momento retomar, agora com mais detalhes, a forma como Cyro dos Anjos obteve seu emprego na Secretaria das Finanças. O ano é 1927, a cidade Belo Horizonte. O velho professor Aurélio Pires é pai de Gudesteu Pires,

o Secretário das Finanças, e irmão de Adeodato, redator-chefe do *Diário da Tarde*, onde Cyro trabalhava. Ambicionando melhores vencimentos, Cyro decide pedir a Adeodato que fale com seu irmão sobre a possibilidade de ele ser empregado na Secretaria. Aurélio Pires responde que conversará com o filho, e pede a Cyro que apareça de vez em quando em sua casa para cobrar o prometido. O narrador passa então a ir uma vez por mês visitar Aurélio Pires,

com um lado da cabeça a advertir-me que eu estava ficando cacete, e o outro a argumentar, capcioso, que se tratava apenas de uma visita, visto que não cometeria a impertinência de aludir ao emprego. Esse lado sofisticado triunfava, sugerindo-me, de quebra, que Mestre Aurélio amava o convívio da gente moça e, afinal, eu era um conversador hábil: sabia, na hora própria, puxar o assunto adequado a cada pessoa e a cada circunstância. E, se fluência e desenvoltura não me escasseavam, eu não chegava a conduzir-me como esses faladores desatrelados que monopolizam a conversa: continha-me; cedia a vez ao interlocutor, se percebia que este preferia falar a ouvir. Sobretudo, guardava, diante dos mais velhos, a discrição que a reverência impunha. (ANJOS, 1979, p. 336)

A longa citação é importante: mostra não só o quanto de pessoal havia na obtenção de um emprego público, e o quanto esse processo era encarado com naturalidade, como algo normal, pelos que dele participavam, mas também a que ponto o cálculo se infiltra na vida pessoal e a determina. Por fim, é interessante também por lembrar dois personagens de Machado de Assis. O primeiro é mais uma característica que um personagem, já que aparece em diversos personagens na obra dele, e tem a expressão mais conhecida na Capitu descrita por Bentinho, cujas idéias “eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas, e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas aos saltinhos.” (ASSIS, 2004, p. 829) Por outro lado, a busca do assunto adequado a cada pessoa e circunstância lembra o cálculo do Conselheiro Aires, que

usava sempre concordar com o interlocutor (...) para não dissentir nem brigar. (...) Se lucrasse alguma cousa, vá; mas, não lucrado nada, preferia ficar em paz com Deus e os homens. Daí o arranjo

de gestos e frases afirmativas que deixavam os partidos quietos, e mais quieto a si mesmo. (ASSIS, 2004, p. 1057)

1.4 Um Belmiro analgésico e cordial

Mas voltemos a Belmiro. Como já foi dito algumas páginas atrás, o primeiro capítulo do romance é estratégico e revela muito do próprio Belmiro e dos acontecimentos que se seguirão. Além dos pontos mencionados por Lafetá, há ainda uma outra característica do protagonista que surge nesse primeiro capítulo e que será constante no decorrer do romance. No trecho que segue, Florêncio acaba de perguntar a Silviano se a pequena dera o fora, o que deixa este último irritado; o equilíbrio da roda de chope ameaça se romper:

Redelvim devia estar de bom humor, pois apenas sorria, sem nada dizer. Sempre que se encontra com Silviano, trava discussões acaloradas. Aproximei-os um dia, tentando fazê-los amigos, mas desde o primeiro encontro se repeliram.

Para serenar a roda, propus novo chope, no que fui aplaudido calorosamente por Florêncio. (ANJOS, 1989, p. 6)

E depois, quando Silviano, ainda irritado, afirma a Florêncio que o problema é puramente interior, a resposta dos outros é o riso, provavelmente causado pela forma de falar de Silviano:

Florêncio, já meio alegre, levou as mãos ao ventre, num riso convulsivo. Redelvim e Glicério também desataram a rir. Silviano, indignado, quis retirar-se. Disfarçando o mau epílogo da festa, alvitrei uma retirada em conjunto. Já era hora de jantar e o Parque ia ficando vazio. (ANJOS, 1989, p. 7)

Como aqui, Belmiro está sempre tentando acalmar e reconciliar os amigos, ignorando os conflitos que surgem, tarefa que se revela muitas vezes impossível e resultará em rematado fracasso ao final do romance, quando a roda de amigos se distancia. Ao constante conflito interno do protagonista se contrapõe uma predisposição para fugir do conflito externo, característica do herói do romance da desilusão

lukácsiano, ou, colocando nos termos do próprio romance, uma vocação de analgésico, de calmante, adjetivo com que Jandira o brinda.

Luís Bueno de Camargo, em sua tese de doutorado sobre o romance de 30, também chama a atenção para essa característica belmiriana, e afirma que o objetivo dele ao escrever é pacificar, evitar conflitos:

O que Belmiro quer, a qualquer custo, é aparar as arestas do presente. (...) Tanto Silviano quanto Jandira ou Redelvim volta e meia se desacorçoam dele e terminam um encontro declarando ou sua estupidez ou sua falta de definição ou sua falta de compreensão. E o que ele faz? Busca justificativas não para si mesmo, mas sim para os amigos. O caso mais significativo é o de Redelvim. (...)

Para não se aborrecer com o amigo, Belmiro duvida de seu comunismo e baseado sabe Deus em que, resolve classificá-lo como um “anarquista lírico” de grande coração. (CAMARGO, 2001, p. 731 e 732)

Para manter esses três amigos, portanto, Belmiro os aproxima de si e ignora as diferenças que se impõem; eles, entretanto, não farão o mesmo e as amizades se esfacelam ao fim do romance. Se Belmiro quer evitar conflitos com e entre os amigos, também deseja que eles não ocorram no restante do país, como se vê no trecho abaixo, uma das raras ocasiões em que ele se pronuncia sobre o momento histórico-político que vive. O protagonista reflete sobre a revelação de seu amigo Redelvim de que ocorrerá uma tentativa dos comunistas tomarem o poder, movimento hoje conhecido por Intentona Comunista:

Fiquei melancólico e cívico, pensando que, neste país, a civilização poderia ter, certamente, um sentido mais cordial, sem os cruentos conflitos que andam pelo mundo. Talvez algumas leis, alguma compreensão... (ANJOS, 1989, p. 53)

Esse trecho é interessante por duas razões; a primeira delas é que mostra a proximidade do pensamento de Belmiro com o da intelectualidade de seu tempo. Vejamos o porquê, começando pelas razões do interesse da questão.

Na revolução passiva de 30, coube papel importante não só às elites políticas mas também à alta intelectualidade brasileira. É por volta desse período que se percebe com maior força uma intelectualidade que se volta para a prática, não apenas no sentido de analisar a história do país para então construir uma teoria da prática política capaz de realizar a tão sonhada inserção na modernidade mas também no de participar do Estado, quer dizer, tornar-se membro da burocracia estatal e adotar posições homólogas às desse Estado. A importância de se conhecer a forma como pensavam os intelectuais desse período cresce se for levada em consideração não só essa idéia de Daniel Pécaut (de que os intelectuais se colocavam em posição homóloga à do Estado), mas também a de que a recíproca era verdadeira, ou seja, o Regime de 30 reconhecia a importância deles na “construção científica da identidade brasileira” (PÉCAUT, 1990, p. 59) e legitimava suas crenças e conhecimentos. Ainda segundo Pécaut, parte do destaque social alcançado pelos intelectuais se deve também ao fato de que suas posições se assemelhavam às assumidas por setor considerável das elites políticas e militares. Da mesma forma que o Estado se colocava a tarefa de desenvolver o país, ele (e os próprios intelectuais também) adotava a crença positivista e elitista de que era necessária a formação de uma grande elite de ciência e cultura que fosse aos poucos civilizando as massas, pelo alto.

O conservadorismo era, portanto, uma característica freqüente nos intelectuais da década de 30, e também na de 20. A propósito dos modernistas de 22, Daniel Pécaut cita Florestan Fernandes:

Cederam ao que deviam se opor, sucumbindo a uma condição intelectual a que pretendiam renunciar mas à qual não renunciaram. (...) o intelectual no Brasil sempre fez parte dos setores dominantes e de suas elites. Mesmo quando ele era divergente, como era o caso de Mário de Andrade ou Oswald de Andrade, não escapava a essa vinculação estrutural. A liberdade de divergência existia ou era tolerada porque ele era parte da elite, não se esperando dele, por conseguinte, que se convertesse em “fator de conflito contra a ordem. (FERNANDES, Florestan apud PÉCAUT, 1990, p. 91 e 92)

E aqui chegamos à segunda razão pela qual o trecho mencionado de *O Amanuense Belmiro* é interessante para este trabalho: é por ele desejar uma civilização com sentido mais cordial. Em um breve ensaio intitulado *Um Aspecto Antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial*, Oswald de Andrade exalta a cordialidade do homem brasileiro, na acepção dada ao termo por Sérgio Buarque de Holanda, que a define como lhanza no trato, hospitalidade, generosidade. Tais características “representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.” (HOLANDA, 1995, p. 147) É um mundo em que a noção de respeito é substituída pelo desejo de uma maior intimidade.

Quem tem opinião semelhante às de Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda é o Conselheiro Aires, personagem com quem Belmiro tem mais de uma semelhança. Proclamou-se a República em *Esaú e Jacó*, e Santos, o pai dos gêmeos Pedro e Paulo, conversa, temeroso, com Aires:

Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade? Recordou que o Terror... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. (...) Depois lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas. Haveria lances de generosidade. (ASSIS, 2004, p. 1031)

Para provar o que diz, Aires relata um caso que um velho amigo lhe contara: no tempo da Regência, o imperador fora ao Teatro de S. Pedro de Alcântara. No fim do espetáculo, há grande rumor; o amigo do Conselheiro vai ver o que é. Conversa com um homem, que bradava indignado, e que lhe diz que o cocheiro do imperador não tirara o chapéu no momento em que este chegara à porta para entrar no coche. O homem acrescentou: ““Eu sou ré...” Naquele tempo os republicanos por brevidade eram assim chamados. “Eu sou ré, mas não consinto que faltem ao respeito a este menino!”” (ASSIS, 2004, p. 1031)

Essa idéia de um povo de índole branda e cordial surge também no primeiro capítulo de *O Amanuense Belmiro*, num trecho em que Belmiro parece celebrar democraticamente a diversidade:

Éramos quatro ou cinco, em torno de pequena mesa de ferro, no bar do Parque. Alegre véspera de Natal! As mulatas iam e vinham, com requebros, sorrindo dengosamente para os soldados do Regimento de Cavalaria. No caramanchão, outras dançavam maxixe com pretos reforçados, enquanto um cabra gordo, de melenas, fazia a vitrola funcionar.

O proletariado negro se expandia, comemorando o Natal. Satisfeito, o alemão do bar se multiplicava em chopes, expedindo, para aqui e para ali, garçons urgentes. (ANJOS, 1989, p. 5)

Roberto Schwarz, ao comentar esse trecho, afirma:

Mas as palavras, como que eriçadas, recusam a promiscuidade. (...) o conflito social está sedimentado no próprio vocabulário do amanuense, cuja prosa, entretanto, festeja a todos cordial e indistintamente. O andamento ingênuo da narrativa não é realista, mas não é também, estilização apenas pessoal: embora recatado e apolítico, o fraternalismo sentimental de Belmiro tem parte na sensibilidade populista. (SCHWARZ, 1978, p. 13)

O conflito social está lá, mas a descrição de Belmiro altera seu significado e o apresenta como cordialidade e afeição. Um processo semelhante é o que o Conselheiro Aires, mais uma vez, faz, dessa vez em *Memorial de Aires*. A personagem Fidélia, filha de fazendeiro escravocrata, herda a fazenda; é o ano de 1888, e já foi feita a Abolição. Ela decide vender a fazenda; os escravos pedem a ela que não a venda, ou então que os leve consigo para o Rio de Janeiro:

Parece que os escravos vão ficar tristes (...). Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para que, e como sustentá-los? (ASSIS, 2004, p. 1138)

Ou seja, a queixa dos escravos é apresentada como afeição pessoal, quase como se a relação entre eles e Fidélia não fosse de exploração de ordem econômica. A prosa de Aires se centra nas preocupações das classes dominantes, e não há espaço

nela para preocupações mais urgentes para os escravos, como: será que eles conseguirão um outro meio de sustento? O novo proprietário irá querer que eles continuem trabalhando para ele? Ou contratará apenas os que ainda estão fortes e conseguem trabalhar? O trecho é revelador de uma abolição que se fez sem maiores preocupações com o futuro dos libertos, e que não procurou integrá-los na sociedade que se formava. Fidélia decide, por fim, doar a fazenda aos escravos; eles que a trabalhem por si. Ela parte com a herança do pai que ao que tudo indica foi adquirida na fazenda, graças ao trabalho desses mesmos escravos, e os deixa, sem a menor idéia de como administrar uma fazenda. A classe proprietária se adapta, se moderniza onde isso se faz necessário, e sai com a imagem melhorada, fazendo concessões que aparecem como compaixão e piedade. (cf. BETELLA, 2007, p. 137)

Belmiro e Aires, com graus diferentes de ingenuidade, e vivendo em épocas distintas, têm entretanto em comum a diluição de relações sócio-econômicas, que se dão entre classes diferentes e que são marcadas pelo conflito, em relações entre iguais, cordiais. É uma característica que lembra a análise que Maria Sylvia de Carvalho Franco faz da ordem escravocrata: segundo ela, era uma sociedade marcada, no nível mais aparente da realidade, pela equidade no trato e pelo nivelamento graças à rusticidade do estilo de vida. Esse tratamento igualitário, entretanto, era parte de um forte sistema de dominação, que encobria as distâncias sociais que de fato existiam. (cf. FRANCO, 1974, p. 72)

Nesse mundo, procura-se resolver os problemas (voltamos a usar o tempo presente para enfatizar a permanência dessas características por muito tempo depois do fim da escravidão) como situações particulares e isoladas, e não enquanto inseridos em uma estrutura que pode ser, ela mesma, a origem deles. A cordialidade tende, portanto, a amenizar conflitos, pois o que na realidade constitui desigualdade social é mascarado com uma aparência de solidariedade mútua, e o que é exploração e coerção, quer dizer, que é realizado em apenas um sentido (ou seja, o explorado beneficia o explorador) é apresentado como relação voluntária, de duplo sentido ou, mais freqüentemente, no sentido contrário ao real, quer dizer, quem é beneficiado é o

explorado, pois ao ganhar intimidade com seu explorador ele ganha também alguém que poderá protegê-lo em dificuldades futuras, amenizando assim outros conflitos de natureza social e reproduzindo a cordialidade.

1.5 De pessoas e princípios

E já que o Conselheiro Aires tem tantas semelhanças com Belmiro, vamos partir dele para chegar a mais uma característica do nosso amanuense lírico. Ela já foi mais ou menos esboçada, mas cumpre analisá-la com vagar. Vejamos então um momento do *Memorial de Aires* e outros dois de *Esaú e Jacó*.

O primeiro data de 14 de maio de 1888, dia seguinte ao da abolição da escravidão. Aires visita Carmo e Aguiar, e comenta:

A alegria dos donos da casa era viva, a tal ponto que não a atribuí somente ao fato dos amigos juntos, mas também ao grande acontecimento do dia. Assim o disse por esta única palavra, que me pareceu expressiva, dita a brasileiros:

-Felicito-os.

-Já sabia? – perguntaram ambos.

(...) Que era que eu podia saber já, para os felicitar, se não era o fato público? Chamei o melhor dos meus sorrisos de acordo e complacência, ele veio, esprou-se, e esperei. Velho e velha disseram-me então (...) que a carta viera dar-lhes grande prazer. Não sabendo que carta era nem de que pessoa, limitei-me a concordar:

-Naturalmente. (ASSIS, 2004, p. 1118)

A carta era de Tristão, afilhado que fora morar em Portugal e há muito não mandava notícias. Aires acrescenta, neste mesmo capítulo: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular”. A alegria particular como determinante da ação dos personagens se repete nos romances de Machado de Assis; é o caso do próprio Aires. Soam estranhas as felicitações pela abolição na boca do conselheiro, pois a despeito

dos comentários dele a respeito no Memorial no dia anterior, o acontecimento público só o atingia enquanto uma novidade e um dia de festa no Rio de Janeiro, além de um convite recusado para ir ovacionar a regente. Para os Aguiar, nem isso acontecia. Aires parece mesmo confessar, ao fim desse capítulo, a inadequação do próprio discurso: ele afirma que achou razão no casal Aguiar e gostou de os ver sinceros. Muito parecida com essa reação do casal é uma dele, em *Esaú e Jacó*, ao recordar uma noite em Caracas, em que ele estava em casa com uma atriz da moda e de repente os dois ouviram um tumulto na rua, clamor, vozes vibrantes...

-Que rumor é este, Cármen? perguntou ele entre duas carícias.

-Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.

-Mas eu ouço aclamações...

-Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo.

(...) A ascensão de um governo, – de um regímen que fosse, - com as suas idéias novas, os seus homens frescos, leis e aclamações, valia menos para ele que o riso da jovem comediante. (ASSIS, 2004, p. 997 e 998)

Outro exemplo interessante é o dos gêmeos Pedro e Paulo, que se preocupavam mais com a moça Flora que com a nova Constituição, de 24 de fevereiro. Quando lhes vinha a imagem de Flora, o debate esmorecia, mas as injúrias continuavam e até cresciam. Na verdade, eles dariam as duas constituições, a republicana e a imperial, pelo amor exclusivo dela. “Cada um faria com ela a sua Constituição, melhor que outra qualquer deste mundo.” (ASSIS, 2004, p. 1056)

É a essa confusão entre o que é público e o que é privado, com a lógica do privado muitas vezes dominando o que é público, que Sérgio Buarque de Holanda se refere em *Raízes do Brasil*:

Tal mentalidade (...) exige que, por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso. As Constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo

em proveito de indivíduos e oligarquias são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão. (HOLANDA, 1995, p. 136 e 137)

Essa questão se coloca também em Belmiro, mas de forma diferente. Pelo seu caráter lírico, voltado para problemas internos, as questões do mundo externo raramente se formulam claramente, e com frequência surgem mascaradas. Vejamos então o momento em que Belmiro descobre o envolvimento de seu amigo Redelvim com o partido comunista e a possibilidade, revelada por ele, de ocorrer uma Revolução proletária:

Pensei, depois, no Redelvim e na Jandira. Ao contrário do que acontece ao primeiro (...) os indivíduos significam demais para mim. Onde os outros vêem unidades mecânicas da massa, ou abstrações econômicas, eu vejo homens, criaturas que sentem e pensam. Vejo, por exemplo, o homem Redelvim, sensível, inteligente, cuja imolação em nome de uma quimera seria uma crueldade do destino. (ANJOS, 1989, p. 53)

É essa a atitude frequente de Belmiro ao se deparar com a convicção de Redelvim: um comentário amável sobre o indivíduo que se sobrepõe à massa, invocando, em termos que ele mesmo usará mais adiante, uma "*simpatia humana*". Não se trata, aqui, do predomínio do privado que confere privilégio, mas do indivíduo que não pode ser apreendido nem aprisionado em doutrinas e teorias rígidas, pois é mais do que isso.

Mas sigamos. Alguns capítulos adiante, devido à sua amizade com Redelvim, a polícia resolve dar uma busca na casa de Belmiro. Quando o delegado lhe diz que terá de detê-lo enquanto essa busca é feita, o protagonista se preocupa com a reação da irmã, Emília, que mora com ele, e tenta convencer o delegado a arranjar as coisas de modo a não assustá-la:

Pondo-o a par da situação especial de minha casa, pedi arranjasse as coisas de forma que não atribulasse a velha; que, se fosse possível, destacasse, para a diligência, o investigador Parreiras, meu conhecido (...), e, ainda, que este levasse, em sua

companhia, o acadêmico Glicério de Sousa Portes, meu companheiro de Seção. Assim a velha não se assustaria. (ANJOS, 1989, p. 118)

O delegado parece concordar, e a idéia das criaturas que sentem e pensam, ou, poderíamos dizer, das pessoas de carne e osso por trás do edifício do Estado, parece triunfar. Mas esta humanidade, como coloca Roberto Schwarz (1978, p. 18 e 19) ao analisar o trecho, é menos genérica do que parece: ela envolve um conhecido na polícia, o apreço pelo grau de acadêmico junto com a amizade de um portador dele e a condição respeitável de funcionário público. O pedido ao delegado, portanto, além da consideração pela irmã, serve também ao propósito de informá-lo de uma condição social respeitável que contribui se não para inocentar Belmiro completamente, ao menos para tornar o processo mais rápido e fazer com que ele receba um melhor tratamento.

Voltemos agora ao capítulo 22, *Onde se apresenta um revolucionário*, em que Redelvim fala a Belmiro sobre seu envolvimento com o Partido Comunista. Como bem disse Lafetá, é Silviano, o filósofo do grupo, quem elabora formalmente naquele célebre primeiro capítulo do romance os temas e as características de Belmiro, que é excessivamente lírico para fazê-lo. Mas isso não se dá apenas nesse primeiro capítulo; também aqui, no capítulo 22, embora não esteja presente, Silviano parece ser a consciência do nosso protagonista. Vejamos o que acontece. Redelvim vai visitar Belmiro para lhe pedir dinheiro emprestado e conta que se fala na possibilidade de uma revolução, para breve. Até aí, ele não sabe que Redelvim está envolvido, e responde da seguinte forma:

Respondi-lhe que isso não era motivo para aflições. Revoluções sempre as houve e haverá. Silviano acha, mesmo, que revoluções ou guerras são reajustamentos, operações da economia da espécie. Quando há, por exemplo, superpopulação, vem uma guerra para destruir o excesso de indivíduos que perturba o equilíbrio social. (ANJOS, 1989, p. 52)

Como se não bastasse o fato de as palavras estarem em sua boca, a tranqüilidade de Belmiro ao dizer isso revela sua filiação ao pensamento conservador e

a contradição presente nas afirmações anteriores. Vale dizer ainda que o fato de Silviano constituir uma espécie de consciência de Belmiro, que está sempre a revelá-lo para o leitor, é também um sinal disso, já que o filósofo do grupo tem tendências reacionárias e fascistas. Desaparece, nesse trecho, a idéia de simpatia humana ou de uma real preocupação com os males do mundo. Elas ressurgem, porém, logo a seguir, quando a conversa prossegue e o amigo lhe conta que, por ocasião do fechamento da sede do Partido, a polícia recolhera a relação de todos os seus membros, na qual constava o nome dele, Redelvim:

Supus, por um instante, que houvesse receios no espírito do amigo e perguntei-lhe acerca do que lhe poderia acontecer, se começasse a haver prisões.

Respondeu-me, asperamente, que sua situação pessoal não interessava e que um pequeno burguês, como eu, só cuidava da própria pele. (ANJOS, 1989, p. 52)

Na mudança de atitude de Belmiro fica clara a espécie de simpatia humana dele: ela se volta apenas para si mesmo e para os que lhe são próximos, família, amigos e conhecidos. O discurso do indivíduo que se sobrepõe à massa e que não se encaixa em abstrações econômicas adquire com isso um novo sentido: ele legitima o apreço do protagonista por algumas pessoas em detrimento de outras e confere ao amanuense uma feição amável, preservando sua imagem e a si mesmo de conflitos.

1.6 Politizando Belmiro

Tudo isso dito sobre Belmiro, podemos agora voltar a Lukács e ao romantismo da desilusão. Como já foi dito, é um herói passivo e que foge a conflitos externos; a julgar por seu recolhimento de caramujo, Belmiro parece de fato fora da tendência geral da literatura de 30, que, de acordo com Antônio Cândido (1984, p. 27 e 28) , foi marcada por uma tomada de consciência ideológica radical entre intelectuais e artistas. Foram anos de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Lukács, entretanto, ainda discorrendo sobre o romantismo da desilusão, afirma:

a elevação da interioridade a um mundo totalmente independente não é um mero fato psicológico, mas um juízo de valor decisivo sobre a realidade (...) O problema estético (...) concentra-se (...) em torno do problema ético básico, da questão da ação necessária e possível. O tipo humano dessa estrutura anímica é em sua essência mais contemplativo que ativo (LUKÁCS, 2000, p. 121 e 122)

Não agir, portanto, é uma escolha de Belmiro, por menos consciente que seja ela. O fato psicológico resulta em uma ação na realidade, ainda que ela seja uma omissão. Não é possível parar no tempo, nem nos resguardar de nosso próprio tempo; ele nos atinge queiramos ou não, e tudo que nos resta é escolher como reagir aos acontecimentos. O isolamento olímpico que Belmiro tenta obter ao fim do romance implica submergir no momento em que vive, deixando a busca pelo passado que propusera no início do romance pelo cotidiano mais banal, que não pede maiores reflexões. Ao fim do livro, seu círculo de relações se estreita: ele quase não tem mais contato com Redelvim, Jandira e Silviano, e se volta para personagens como Florêncio, que ele próprio define como um “homem sem história”, ou como “homem sem abismos”. Essa análise de Belmiro é de Luís Bueno de Camargo, que continua:

Acompanhar tão de perto essa transformação no presente é, paradoxalmente, a única maneira de fugir desse mesmo presente. Quando se olha para um tempo mais recuado, as transformações são tão evidentes que só deixam a certeza de que tudo mudou, de que o passado é irrecuperável. No entanto, como essa desagregação do tempo é “infinitesimal”, quem se dedica a viver minuciosamente o cotidiano mais banal não a pode perceber com clareza. Mergulhar dessa maneira no presente é a maneira pela qual fica possível eliminar seu caráter vário, é transformá-lo em algo fixo, exatamente como ocorre com o passado. (CAMARGO, 2001, p. 731 e 732)

Essa operação alude, mais uma vez, ao primeiro capítulo do romance e à idéia de Silviano da solução pela supressão da vida como forma de escapar à estupidez de viver em constante conflito, e é expressa por Belmiro em termos como “*A vida se encolhe*”, “*A verdade está na rua Erê*” (títulos de capítulos) e “a vida parou e nada há mais por escrever”, um trecho do último capítulo. Fazer a opção por esse isolamento olímpico é uma espécie de sentença de morte para a condição intelectual de Belmiro e

para a possibilidade de ele vir um dia a tomar consciência de si mesmo em relação ao mundo, em termos ideológico-políticos mas também históricos.

Antônio Cândido, também, reconhece a existência de uma ideologia em *O Amanuense Belmiro*, apesar de seu deslocamento dos romances de 30: segundo ele, nessa época a preocupação de discutir a pertinência dos temas e das atitudes ideológicas era o mais marcante, “quase ninguém percebendo como uma coisa e outra dependem da elaboração formal (estrutural e estilística), chave do acerto em arte e literatura.” E pouco depois, na mesma página, acrescenta que nesse período não foram devidamente reconhecidas “certas obras de fatura requintada, mas desprovidas de ideologia ostensiva, como *Os Ratos*, de Dionélio Machado (1935) ou *O Amanuense Belmiro*, de Ciro dos Anjos (1937).” (CANDIDO, 1984, p. 36)

A ideologia não é ostensiva, mas está lá; a opção por não agir de Belmiro é a resposta que ele dá às situações. Esse mesmo mundo sobre o qual ele pensa tão pouco aparece profundamente internalizado nele; em virtude desse deixar-se levar pelas situações, sem se opor nem concordar entusiasticamente com as práticas clientelistas ele acaba agindo em conformidade com o que foi aqui mencionado sobre seu tempo, ou seja, obtendo vantagens pessoais ao efetuar tais práticas.

É em decorrência de uma ideologia conservadora que o lirismo e a sensibilidade cordial são possíveis no amanuense (SCHWARZ, 1978). O que muda na trajetória do interior para a cidade grande são as situações que se apresentam, e não a resposta dada a elas. É isso o que permite que Silviano, mais uma vez descobrindo Belmiro para o leitor, o chame pelo nome do avô, Porfírio: embora Belmiro se considere um “Borba errado”, não há uma diferença tão grande na forma de reagir às situações dele, de seu pai e de seu avô. E, já que mencionamos novamente a relação entre Belmiro e Silviano, vale a pena comentar que o próprio protagonista parece perceber essa sua proximidade com o amigo: “A vida dos amigos apenas se me revelou quando incidiu na minha. Jamais entrei nos seus domínios íntimos, e, se mergulhei em Silviano, foi porque nele encontrei possíveis itinerários para as minhas incertezas.” (ANJOS, 1989, p. 171)

E parece perceber, também, a lógica da própria trajetória:

Quanto a mim, se há algo de que me ache firmemente convencido é ter neste **bureau** um destino lógico, que, no fundo, não me contrista. Mal posso, na verdade, conter um movimento de ternura, quando contemplo, ao pôr do sol, o edifício grave, acolhedor, de nossa Secretaria, e quando me lembro da promessa honrada, que nos faz o Estado, de uma aposentadoria condigna. (ANJOS, 1989, p. 29)

Aqui surge, mais uma vez, uma relação muito mais sentimental que racional com o emprego público, na imagem do próprio edifício da Secretaria. Nem poderia ser diferente, pois todo o seu percurso para obter o cargo de amanuense e, depois, no exercício desse cargo se deu através de critérios pessoais. Belmiro pode ser considerado um exemplo da continuidade político-social no país de modo geral, e na administração pública em particular, já que embora os tempos sejam outros, embora o país esteja se urbanizando e industrializando, há nele, como havia em seu avô, essa predominância do privado sobre o público, e do pessoal sobre o racional.

Além disso, a idéia de um destino lógico como funcionário público, que não contrista justamente porque não contrasta, é a chave para entender o papel crucial que esse emprego desempenha no lirismo belmiriano: como as transformações não são radicais, não há tragicidade no romance; é a obtenção e o dia-a-dia de um emprego que talvez seja o menos urbano da cidade que o fazem olhar com carinho para ele e se exprimir dessa forma. O mundo de Belmiro está, de fato, ruindo; já se vêem as rachaduras nas paredes. Mas essa ruptura é lenta o bastante para permitir-lhe um modesto emprego de amanuense, e para conduzir não ao desespero, mas a um lirismo melancólico.

1.7 “As coisas não estão no espaço; as coisas estão é no tempo”³

Como foi dito no início deste capítulo, *O Amanuense Belmiro* é um livro difícil; e ele o é justamente porque nele nada é o que parece ser, ou nada é apenas o que parece ser. Isso e o fato de ser Belmiro o narrador de sua própria história (melhor seria dizer de sua própria ausência de história) permitem uma multiplicidade de interpretações do romance, por vezes opostas. É possível deter-se no que diz Belmiro, assim como é possível inseri-lo no quadro mais amplo de seu mundo e de seu tempo. Luís Bueno de Camargo, por exemplo, afirma que o narrador-protagonista pode ser visto como um herói que se opõe à mesquinhez do mundo ou como um personagem no qual se projeta, como forma de denúncia, o indeciso e o abstencionista. Nesse caso, o livro caracterizaria a indiferença e proporia a ação (CAMARGO, 2001, p. 747). Já para Fernando Cerisara Gil essa dificuldade do romance parece residir no fato de que Belmiro, além de narrador e personagem, é também um “eu-lírico que, poetizando a prosa, “desmaterializa” o mundo narrado. Neste processo de “desobjetualização” da narrativa, de narrar desfazendo o objeto, as lembranças de Belmiro emergem como impressões e sensações poetizadas.” (GIL, 1999, p. 48)

Ao analisar comparativamente o funcionário público no romance e na época tentamos rematerializar esse aspecto do mundo em que Belmiro vive. O objetivo, ao fazer isso, era tornar um pouco mais transparentes dois dos principais véus que recobrem o romance: o que Belmiro coloca sobre o momento sócio-histórico que vive, sobre o qual pouco fala, e o que cobre a reflexão de Belmiro, que disfarça, entre outras coisas, patrimonialismo de simpatia humana e reflexão rasa e sem continuidade com prosa elegante. Fernando Cerisara Gil esclarece com notável habilidade essa reflexão rasa ao afirmar que Belmiro

pensa, mas suspende o juízo crítico do pensamento. Os dois planos do presente, assim, se fecham em estado de paralisia: por

³ ANJOS, 1989, p. 73.

um lado, os acontecimentos narrados e descritos do mundo social “não formam, embora esbocem, um sistema autônomo”, de outro, o gesto reflexivo no presente é muito tímido para questionar seja a existência atual, seja a passada. (GIL, 1999, p. 59)⁴

E ainda:

o sentimento de inadequação de Belmiro não transborda na busca e na investigação de qualquer outra coisa que possa mudar o rumo de sua vida. Busca e investigação indicariam um estranhamento profundo com a realidade que parece estar muito distante do personagem. (GIL, 1999, p. 54)

A ausência desse estranhamento com a realidade advém, procuramos mostrar aqui, da permanência das relações pessoais como determinantes de muito do que acontecia na vida social e administrativa do país. Para Raymundo Faoro, durante a Era Vargas, período em que se passa o romance, a estrutura patrimonialista se reorganizou rapidamente (cf. FAORO, 2000b, p. 324) – justamente este que é o período alardeado como da transformação do Brasil em direção a uma modernização e racionalização.

Também pertinente para a compreensão desse aspecto é a figura do boi drummondiano, evocada por Cerisara Gil. Para ele o sentimento do mundo presente no poema *Episódio* (1996) se assemelha ao encontrado em Belmiro: embora o boi caminhe pelas ruas da cidade e entre nas casas da cidade, ele é sempre o boi do campo. O passado, assim, perfura o presente, e o tempo é, tanto em Drummond como em Belmiro, simultaneamente estático e irreversível. (cf. GIL, 1999, p. 34)

Embora a figura do boi possa ter uma multiplicidade de significados, a idéia de um passado que se prolonga no presente se aproxima da dificuldade que o país encontrou para se libertar da lógica do que Raymundo Faoro chamou de estamento burocrático. Diferente da burocracia, que é “expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e à empresa modernos”, o estamento burocrático “nasce do

⁴ O trecho entre aspas, citado por Gil, pertence ao artigo de Roberto Schwarz *Sobre O Amanuense Belmiro*, já citado aqui.

patrimonialismo e se perpetua noutro tipo social, capaz de absorver e adotar as técnicas deste, como meras técnicas.” (FAORO, 2000b, p. 368)

Ao menos no que se refere à administração pública, portanto, o tempo em Belmiro é mais estático que irreversível, e o que o protagonista nos apresenta como um conflito entre o passado e o presente parece se esvaziar ao fim do romance. Esse esvaziamento é sintomático de um país que mais parecia valsar para a modernização, dando um passo para frente e dois para trás e conciliando forças que se opunham. Trata-se de um passado que desacelera o presente e cobra seu preço, por meio de revoluções passivas e procedimentos patrimonialistas que se imiscuem na administração pública que se queria racionalizar.

Por fim, uma última questão que esse primeiro capítulo abordou foi a da condição do intelectual: vimos que Belmiro se exime não apenas de agir no mundo, mas também de pensar criticamente sobre ele. É possível isolar-se e voltar-se para questões internas e individuais, já que não se pode escapar do sofrimento das consequências dos acontecimentos? Essa pergunta é crucial, por um lado, por mostrar a atualidade do romance, já que ela volta e meia ressurgue no meio acadêmico e, é importante que se diga, deve sempre ressurgir: quem reflete precisa desconfiar de si e dos outros e ampliar seu olhar para além de si mesmo. Por outro lado, essa mesma pergunta será central para o próximo capítulo, já que se coloca com frequência na obra de Lima Barreto e é uma das grandes motivações que o levam a escrever.

Capítulo 2 – Burocracia e patrimonialismo

“Ora, a lei... O que é a lei, se o Sr. major quiser?...” (ALMEIDA, 1971, p. 151)

Antes de passarmos a palavra a Lima Barreto, é importante voltar ainda mais no tempo para entender melhor as origens do patrimonialismo na administração pública brasileira. Esse segundo capítulo, assim, será dedicado ao estudo da burocracia histórica no Brasil. O primeiro item se estenderá sobre sua situação antes da proclamação da República. Procuraremos tornar clara a existência, já durante o período imperial, de uma complexidade e de uma variedade nela, com graus diferentes de burocratização. Em seguida, exporemos algumas das razões que dificultaram a ruptura com o modelo patrimonialista, fazendo com que ele ainda tivesse força na década de 30. Por fim, examinaremos algumas conseqüências que a prolongada permanência desse modelo teve na administração pública e, em seguida, na sociedade de modo mais geral.

A segunda metade se voltará para a República Velha, buscando compreender o que mudou na administração pública com o advento da República. Depois disso, nos deteremos brevemente na relação entre a burocracia e o coronelismo nesse período. Comentaremos, ainda, no decorrer dessa parte sobre a República, três crônicas de Lima Barreto que ilustram bastante bem essas questões.

2.1 Império

Em primeiro lugar, assim, talvez seja melhor falar em burocracias no plural, como José Murilo de Carvalho, que ao analisar a administração pública no Império afirma que elas se dividiam tanto por funções como por estratificação salarial, social e hierárquica. Além disso, elas se distinguiam “pelas respectivas histórias; pelo maior ou menor grau de profissionalização, de estruturação e de coesão; pelo recrutamento e treinamento de

seus membros; (...) pela natureza mais ou menos política de suas tarefas” (CARVALHO, 2007, p. 146).

A racionalização e burocratização, que é o que mais nos interessa aqui, se deu em momentos e de formas diferentes nos diversos setores da administração e nas várias regiões do país. Fernando Uricoechea, em estudo sobre esse processo, afirma que é possível ver um padrão geral, bastante esquemático e simplificado:

quanto mais nos deslocamos para a periferia e para os períodos mais remotos do Império, mais teremos o parentesco como a estrutura definitiva para estereotipar as chances de apropriação de cargos públicos numa base patrimonial, tradicional; inversamente, quanto mais nos movermos para o centro e para os períodos mais recentes, mais serão as estruturas de partido essenciais para estereotipar as chances de apropriação de cargos numa base racional, burocrática. (URICOECHEA, 1978, p. 116)

Outro determinante parece ter sido a necessidade de conhecimento técnico. Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974), ao discorrer sobre as origens do Estado brasileiro, escreve que mesmo funções que requeriam conhecimentos especializados, como a de delegado de polícia, eram marcadas pelo amadorismo e pela ausência de qualquer habilitação prévia; os conhecimentos usados para tomar decisões vinham da experiência adquirida no trabalho, sob a pressão das necessidades práticas. Para Uricoechea (1978, p. 34), essa necessidade de conhecimento técnico para o exercício das funções

encorajou a gradativa profissionalização de alguns órgãos patrimoniais e a elaboração de uma regulamentação relativamente sistemática de promoções, transferências, aposentadorias, etc. Os maiores avanços nessa direção foram feitos, tipicamente, no judiciário.

Além do judiciário, José Murilo de Carvalho (2007) menciona, também, o clero, os militares e o fisco como os quatro setores mais organizados durante o Império em moldes profissionais, com estrutura de carreira mais bem definida. O Ministério da Fazenda já ensaiava até um sistema de concursos para o provimento dos cargos. Nos outros setores civis da burocracia, porém, que eram também os mais numerosos, a

preocupação em conquistar ou manter posições resultava em intensa competição e em generalizado servilismo. A chegada ao topo era possível, mas a luta era árdua e maior a necessidade do patronato e dos empenhos. Daí, também, a menor coesão desse estrato e ausência de atuação política própria. (CARVALHO, 2007, p. 151)

Outra cisão dentro do corpo burocrático vinha justamente desse desejo de racionalização. Uricoechea (1978, p. 14 e 15) percebe durante o Império uma tensão estrutural entre, de um lado, um

aparato administrativo controlado burocraticamente pelo Estado e impulsionando a burocratização total do governo e, de outro, a existência paralela de um aparato administrativo controlado patrimonialmente pelas classes locais e exercendo pressão para a prebendalização de cargos.

Um bom exemplo dessa tensão interna é a história de Antônio Nicolau Tolentino, relatada em livro por Antonio Candido. Filho de lavradores modestos, Tolentino ingressou no serviço público por volta de 1825, com cerca de 15 anos, trabalhando algum tempo sem remuneração. Seja por ter se aliado às pessoas certas (casou-se com a filha de uma importante família de fazendeiros e era amigo do Visconde do Rio Branco), seja por ter sido um funcionário competente, responsável e comprometido com seu trabalho, ou, o que parece mais provável, pelos dois motivos, o fato é que em 1857 o encontrará presidente da província do Rio de Janeiro. Nesse cargo ele cometerá um erro estratégico que terá graves conseqüências para sua carreira. Como havia pressões por uma reforma das repartições públicas, a Assembléia nomeou uma comissão para esse fim, presidida por Tolentino. Ele, entretanto, nas palavras de Antonio Candido (2002, p. 71):

teve a ingenuidade de pensar que se estava mesmo querendo organização, eficácia e moralidade no serviço provincial. Como ocorre em tais casos, e sobretudo como ocorria naquele tempo de filhotismo triunfante, o que se queria era apenas um pouco de ordem, com os abusos permanecendo atrás da fachada pintada de novo.

Em termos concretos, Tolentino procurou coibir o abuso de licenças e afastamentos remunerados e se recusou a intervir com o peso do Executivo a favor ou contra candidatos nas eleições legislativas provinciais que estavam acontecendo à época. Além disso, a resolução de reforma dos serviços administrativos que ele baixou em 30 de abril de 1858 “procurava coibir o arbítrio das nomeações por favor e estabelecer critérios de competência para dar eficácia ao serviço, criando uma carreira no sentido estrito, com base sobretudo em duas medidas: (1) concurso de ingresso e (2) promoção sem saltos” (CANDIDO, 2002, p. 72). A reforma, está claro, não foi aprovada, e uma série de ataques a Tolentino pelos jornais teve início, culminando em sua saída do cargo e em um período de mais de dois anos em que não ocupou nenhum cargo de relevo.

A dificuldade de uma ruptura como a que queria Tolentino vinha, em grande parte, da falta de força política do Estado, que condicionou uma política central de pactos e alianças tácitos com o poder privado. Segundo Uricoechea (1978, p. 113), “favores e prerrogativas eram propositadamente sugeridos como medidas a serem tomadas para obter a simpatia e cooperação de famílias locais e senhores proeminentes.” Ainda de acordo com esse autor, o Estado tinha uma autonomia relativa, graças à qual podia eventualmente antagonizar grupos privados, e vice-versa. Ao mesmo tempo, havia algum grau de identidade com grupos privados, que possibilitava que eles antagonizassem outras facções. Uricoechea ressalta, portanto, a dimensão de cálculo político que havia nessa política de conciliações. Graças à cooptação, e

tirando o melhor proveito dos resultados eleitorais que redefiniram o poder das facções políticas, a aparente fraqueza dava lugar a atos fulminantes de governo com poder de dissolver “panelinhas” políticas burocráticas e oligarquias locais.

Foi este conhecimento do fundamento privado da ordem política que frequentemente levou os presidentes provinciais a sentimentos de estudada prudência. (URICOECHEA, 1978, p. 270)

Embora essa política conciliatória com as bases patrimoniais tenha permitido que o Estado organizasse uma ação de governo com relativa continuidade, ela também comprometia a execução racional das decisões do Estado e o estabelecimento de um firme controle governamental sobre o interior do país. Essa influência das forças privadas leva um presidente provincial a descrever sua própria situação exclamando: “Portanto a um homem de braços amarrados não se pode dizer – “seja enérgico”” (Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica, Caixa 823, pac 2, ofício do Presidente do Rio Grande do Norte para o Ministro da Justiça em 11.05.1850 apud URICOECHEA, 1978, p. 270). Apesar do poder real delas, portanto, a forma do Estado se relacionar com essas forças privadas resultou numa saída conservadora, já que contribuiu, por um lado, para retardar o desenvolvimento da legitimidade de sua autoridade, e, por outro, para fortalecer o poder dos grupos proprietários de terra.

Já no início do Império a consciência racional-legal não apenas era um valor cultural que tentava se afirmar (URICOECHEA, 1978), mas também já guiava formalmente o Estado brasileiro (FRANCO, 1974). A política de alianças contribuiu para que o patrimonialismo se prolongasse, mas não foi o único fator. A falta de recursos financeiros dos municípios durante o Império também retirou força política deles, tornando-os mais vulneráveis aos grupos locais (FAORO, 2000). Além disso, essa falta de recursos teve uma outra séria consequência: dificultou a separação nítida entre os bens oficiais e os privados. Os recursos eram escassos até para os gastos mínimos necessários para a continuidade dos serviços do Estado, compensando-se a falta pela incursão aos bolsos dos cidadãos e das autoridades.

E o resultado disto foi que, em lugar do funcionário público tornar-se cada vez mais um executivo que apenas gere os meios da administração, manteve-se a situação em que ele detinha a sua propriedade (...) A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo, está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. (...) Acaba por constituir-se de fato (...) um fundo de “bens comuns” cujos valores, indivisíveis entre os dois membros da associação formada, servem ora a um, ora a outro. (FRANCO, 1974, p. 121 e 122)

Outro problema, em parte causado por essa ausência de recursos, foi que na América portuguesa não houve uma proibição formal a que os funcionários que recebiam bons salários tivessem fazendas e/ou empresas comerciais. Na América espanhola, essa proibição existia já desde 1549 (URICOECHEA, 1978). Além de retardar a burocratização, esse fato contribuiu para acelerar a transformação do latifúndio em um trampolim de poder local.

Outro fator que pode ajudar a explicar a dificuldade de burocratização nos moldes weberianos durante o Império é a importância social da burocracia. De acordo com José Murilo de Carvalho (2007), o erro dos críticos era pensar em um modelo de burocracia instrumental, semelhante à máquina de que falava Weber; no Brasil do século XIX, entretanto, ela cumpria funções políticas e sociais também. Primeiro porque ser funcionário público era uma das poucas formas de ascensão social na sociedade escravocrata – tanto para os marginais do sistema como para os “marginais descendentes”, para usar o termo de José Murilo de Carvalho, caso de muitos filhos de proprietários de terras nordestinos durante o século XIX. Por outro lado, ser funcionário significava muita coisa: era um foco de poder, não apenas por propiciar a riqueza mas também por legitimá-la, conferindo prestígio e enobrecendo (FAORO, 2000). Além disso, a burocracia era ainda “poderoso elemento de cooptação dos potenciais opositores, oriundos dos setores médios urbanos e das alas decadentes da grande propriedade rural” (CARVALHO, 2007, p. 164).

Todas essas dificuldades fizeram com que durante o século XIX, de um modo geral e apesar da variedade dentro da burocracia já mencionada aqui, a classificação de cargos fosse precária, a divisão de atribuições pouco nítida e os salários variáveis de Ministério para Ministério. Além disso, o sistema de mérito não havia sido institucionalizado, as nomeações eram feitas com base no apadrinhamento e não na competência técnica, as carreiras eram mal estruturadas e a aposentadoria não era generalizada (CARVALHO, 2007). Ainda segundo José Murilo de Carvalho, embora na época o Brasil não fosse caso excepcional, eram diferentes o ritmo de mudança e o peso social e político do sistema de patronagem:

A Inglaterra iniciou, já em 1853, o esforço de implantação do sistema do mérito. Os Estados Unidos o fizeram em 1883. (...) Mais ainda, em ambos os casos os esforços de reforma se fizeram por pressão de grupos de cidadãos que para tal fim se organizaram. (CARVALHO, 2007, p. 161)

Enquanto que no Brasil “esforços sérios para introduzir o sistema do mérito e racionalizar a administração só foram feitos a partir de 1936 e com êxitos muito relativos” (CARVALHO, 2007, p. 161).

Quando discute o caso de Tolentino Antonio Candido parece seguir um pouco a linha de Raymundo Faoro (2000) ao falar sobre uma tradição administrativa brasileira. Segundo Candido (2002), essa tradição provém da ibérica, em que o cargo conservou o caráter de prebenda, e se aproxima mais das concepções orientais, que ligam a administração à propina, do que da concepção alemã, de inspiração luterana, para a qual o serviço público é missão. Nesse sentido, o conflito de Tolentino com a Assembléia opôs a racionalidade ao senso patrimonialista dos líderes políticos, que não podiam dispensar os mecanismos de formação da clientela. Essa longa permanência do patrimonialismo originou uma também longa trajetória de injustiças cometidas contra funcionários como Tolentino: “Funcionário competente e honesto, cumpridor escrupuloso do dever, ele se formou no limite estreito das repartições, cujo descabro pôde observar, desenvolvendo em relação ao patronato uma repulsa que o acompanhou sempre” (CANDIDO, 2002, p. 90 e 91). Essa trajetória fica clara também no trecho que segue:

Os burocratas realmente habilitados deviam ressentir (...) a presença dos penetras sem qualificação funcional, nomeados por mero pistolão e desmoralizando a carreira. Num discurso (...) o deputado pelo Amazonas Ângelo Tomás do Amaral fala dos sacrifícios a que está submetido o funcionário, inclusive as “injustiças, as preterições e os desgostos a que os expõem os filhos do patronato” (CANDIDO, 2002, p. 121 e 122).

Além dos funcionários, a administração também sofria com essa situação, já que a ausência de normas e princípios claros e o fato de ela cumprir tantas funções além da instrumental weberiana refletem o seu aspecto mais característico: a irracionalidade de

um uso que não era nem sistemático nem técnica ou economicamente eficiente dos recursos à disposição. Tampouco o Estado era encarado, pelos grupos locais que o controlavam, como entidade autônoma e dotada de competência para agir segundo seus próprios fins: para eles, ele surgia como sua propriedade e parte de seu sistema de poder, um elemento para o qual eles se voltavam e utilizavam sempre que as circunstâncias o indicassem como o meio adequado (FRANCO, 1974).

A relação de compadrio ilustra bem essa questão. Nesse período, quando os ricos e influentes tomavam sobre si as obrigações decorrentes do batismo de parentes pobres, as promessas religiosas eram interpretadas no sentido de encaminhar a criança na vida. Maria Sylvia de Carvalho Franco cita Codman a esse respeito:

Como naturalmente o padrinho deseja cumprir sua promessa com a menor despesa possível, o que de melhor pode fazer senão prover o jovem, tão logo tenha idade adequada, com um emprego público? E se o governo não tem o suficiente número de cargos à sua disposição, como poderia a influência do Duque, Marquês, Barão, Comendador, ser mantida mais facilmente que criando novos cargos e novos funcionários? (CODMAN, J. **Ten months in Brazil** Edinburg: R. Grant & Son, 1870 apud FRANCO, 1974, p. 79)

E Maria Sylvia de Carvalho Franco continua: “Para que se tenha presente o quanto esse recurso foi explorado, basta lembrar o significado que “apadrinhar” adquiriu na vida pública e o suporte político representado pelos “afilhados”. (FRANCO, 1974, p. 79)

Essa longa permanência do patrimonialismo, entretanto, não teve conseqüências maléficas apenas para o Estado; na sociedade também eram claros os traços da dominação pessoal e autoritária, ligada ao capricho. Uricoechea (1978) menciona três bons exemplos, ocorridos nas décadas de 40 e 50 do século XIX. O primeiro deles é o relato de um juiz de direito. Ele afirma que a comarca em que trabalhava estava sob um regime de terror imposto por uma família: ninguém se atrevia a incomodá-los, nenhuma autoridade os processava e nenhuma testemunha contra eles aparecia. Ou seja, na prática essa família estava acima das leis e do Estado, que não era capaz de defender

o restante da população local dos descabros que ela quisesse cometer. O segundo exemplo é composto de duas declarações do presidente do Sergipe, a primeira sobre um proprietário de terras da Bahia. À semelhança da família mencionada no primeiro exemplo, ele diz que o homem era o terror dos sertões da Bahia, com sua influência se estendendo até o Sergipe, e que nenhuma autoridade policial se atrevia, no exercício de suas funções, a pisar o feudo dele. Esse mesmo presidente diz que os poderosos donos de terras

entendem que devem tudo conseguir dos Presidentes p.^a manterem o q' elles chamão sua força moral, mas força que consiste em proteger a malvados e assassinos; occulta-los em suas propriedades; encher os engenhos de vadios e malfeitores quando se trata de recrutamento; tirar presos das mãos da justiça; comprar testemunhas p.^a deporem em processos fantásticos; e proteger os amigos a custa dos cofres públicos p.^r meios os mais indignos q' se não duvida empregar (Arquivo Nacional, Caixa 783, pac 2, ofício do Presidente de Província de Sergipe ao Ministro da Justiça em 03.02.1851 apud URICOECHEA, 1978, p. 269 e 270)

O terceiro exemplo diz respeito a algo que já foi mencionado no capítulo sobre Cyro dos Anjos: a dificuldade que os que vivem nesse meio têm de separar uma ação realizada no exercício de um cargo oficial de uma afronta pessoal. Quer dizer, quando os órgãos oficiais tentavam reparar uma ofensa privada isso era encarado por aqueles atingidos negativamente como uma reação vingativa. Uricoechea nos conta, como exemplo disso, que um major da Guarda Nacional foi apanhado numa emboscada e morto junto com um de seus escravos e três milicianos pelas pessoas que ele justamente havia colocado em julgamento, por ordem do juiz local. É algo semelhante ao caso do Joaquim da Filomena que Cyro dos Anjos conta em *A Menina do Sobrado*; a diferença é que naquele caso, seja porque Joaquim tinha amigos poderosos, seja porque o delegado local tinha mais consciência do quão arraigada essa mentalidade pessoal estava, Joaquim não foi punido, tornando desnecessária sua vingança. A interpretação como ofensa pessoal, porém, é muito próxima.

Edson Nunes enfatiza o impersonalismo como base para, por exemplo, o mercado livre, mas também para a noção de cidadania – coisa que parece muito

distante do mundo desses três exemplos. As relações de clientelismo, por outro lado, trazem em si situações paradoxais e potencialmente problemáticas aos que não têm poder, pois envolvem:

1º, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; 2º, uma combinação de exploração e coerção potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; 3º, uma combinação de ênfase nestas obrigações e solidariedade com o aspecto ligeiramente ilegal ou semilegal destas relações (NUNES, 1997, p. 28).

Essas características surgem também na literatura. A dimensão pessoal, mesmo doméstica, da reparação de injustiças aparece simbolizada em uma lenda popular contada em *Menino de Engenho* (1987), de José Lins do Rego. Trata-se da história de um homem inocente condenado à morte que, no caminho para a execução, é salvo pelo seu bebê que providencialmente denuncia o culpado. Para Uricoechea, essa lenda é simbolicamente indicativa não apenas da representação popular das instituições domésticas como uma instância efetiva de reparação, mas também da “natureza inteiramente acidental e contingente de uma tal justiça, assim como da sua aparição problemática, e também da indiferenciação institucional característica das sociedades patriarcais” (URICOECHEA, 1978, p. 65).

2.2 República Velha

Sob diversos aspectos o advento da República não representou transformação social ou política radical. No aspecto político, muitos dos quadros e órgãos do Império se mantiveram. José Veríssimo afirma mesmo que não apenas os monarquistas de todas as tendências aderiram ao regime vitorioso; também muitos dos republicanos militantes se tornaram mais conservadores frente às dificuldades do processo de consolidação (VERÍSSIMO apud SEVCENKO, 2003). Muitos dos políticos de destaque da República Velha iniciaram suas carreiras no Império; é o caso de Rodrigues Alves e

Afonso Pena, que foram conselheiros do Império, de Rui Barbosa e do Barão do Rio Branco. Nicolau Sevckenko ressalta o papel de Rodrigues Alves nessa transição, afirmando que ele “representou a mais harmoniosa e conseqüente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional.” (SEVCENKO, 2003, p. 65) Além disso, segundo Mário Vieira da Cunha (1963), boa parte da legislação e das instituições governamentais imperiais se mantiveram com a proclamação da República.

Tampouco a presença do patrimonialismo na administração pública parece ter sofrido alteração substancial. Raymundo Faoro (2000), por exemplo, diz que as repartições públicas da República Velha estavam lotadas de protegidos políticos. A julgar pela correspondência de Rui Barbosa durante seu período como ministro da Fazenda (1889 – 1891), ele estava correto: José Murilo de Carvalho afirma que talvez mais da metade dela se referia a pedidos de favores e empregos. Esses pedidos vinham de todos os lados: de seus colegas de Ministério, caso de Benjamin Constant, Campos Sales e Francisco Glicério; de Floriano; de Deodoro; e até mesmo de Dona Mariana, mulher de Deodoro. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, o “único diretor de repartição que se rebelou contra esta prática, insistindo em colocar o mérito acima do empenho, foi tido como insano pelo secretário de gabinete de Rui Barbosa” (CARVALHO, 2005, p. 65)

Outro bom exemplo disso é o que aconteceu com Coelho Neto, escritor contemporâneo de Lima Barreto. De acordo com Machado Neto (1973), ele se casou com a filha do secretário da Fazenda do estado do Rio e foi nomeado secretário de governo. Depois disso, “não se esqueceu dos amigos e conseguiu dar colocações em Niterói, a Bilac, Pardal Mallet e Aluizio, dos seus mais íntimos companheiros de boêmia” (NETO, 1973, p. 152).

Manteve-se, assim, um sistema oligárquico relativamente fechado, em que a maioria dos postos diretivos e das funções onde se podia adquirir renda e prestígio eram monopólio das elites agrárias. De acordo com Nicolau Sevckenko (2003), às restritas oportunidades que restavam concorriam os setores urbanos, por meio de

comportamentos agressivos e desesperados que reafirmavam o preconceito e a discriminação. Assim, o moderno Estado-nação que se queria construir no Rio de Janeiro era sustentado, graças à cooptação, pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país: coronelismo, capanguismo, voto de cabresto, entre outros.

Esse ambiente foi, assim, modernizado sobretudo na superfície; na essência mantinha-se árido e pouco propício aos que não tinham pistolões. Isso era duplamente maléfico para a administração pública: por um lado, tornava em grande medida desnecessário o esforço e o estudo para os que já tinham amigos ou parentes influentes. Por outro, vedava o acesso aos cargos públicos àqueles que prezavam ambos mas não possuíam pistolões e que poderiam contribuir não apenas para reverter essa situação de manutenção do patrimonialismo, mas também, em uma dimensão mais óbvia, para melhorar os serviços públicos, tornando-os mais sérios, moralizados e aptos a contribuir para a formação de uma cidadania efetiva e igualitária. Nicolau Sevcenko vai nessa mesma linha ao analisar essa situação:

A marginalização dos talentos, sendo um elemento estrutural do novo regime, denunciava vícios muito mais profundos. A contenção das inteligências mais espontâneas, refreadas na sua projeção pelo arranjo oligárquico, operava como um evidente sistema de defesa dos privilégios (...) À parte a oligarquia, o espaço público estaria aberto somente aos arrivistas que se lhe submetessem como clientes, reproduzindo-a à sua imagem e auto complacência. O próprio estudo e esforço, efetuados fora dessa esfera meramente reprodutiva, pareciam suspeitos. (SEVCENKO, 2003, p. 260)

Segundo Mário Vieira da Cunha (1963), é só depois de 1920 que o governo federal passa a tentar se sobrepôr à ordem estabelecida pelos grandes proprietários de terras. Mesmo a partir daí, porém, “são freqüentes as concessões e a inutilização ou o desvirtuamento da ação governamental e esta é incipiente e tímida; não chega a ganhar independência para planejar e programar; procura, no fundo, acompanhar as exigências locais ou a elas submeter-se.” (CUNHA, 1963, p. 35)

A fragilidade do poder central dava força ao fenômeno do coronelismo. Edgar Carone (1972) salienta a importância dele durante a República Velha e explica algumas de suas características. De acordo com ele, o coronel era temido e obedecido por seus dotes pessoais, e não ideológicos; dispensava favores aos agregados, exigindo em troca fidelidade e serviços que incluíam participação nos grupos armados; era por vezes juiz em casos que iam de questões de terras a fugas de moças solteiras; e, por fim, era hospitaleiro e homem de fé, animando e oficializando as festas religiosas. Seu poder se afirmava pelo voto, graças ao qual mantinha seu prestígio. No âmbito mais específico da administração pública ele influenciava na nomeação e na remoção de chefes de polícia e juizes, além de distribuir empregos públicos e proteção das autoridades aos familiares e amigos.

O corpo formal de leis e ordens, assim, passava com frequência pelo coronel para chegar ao interior do país – ou seja, por uma instância que o tornava familiar, flexível e pessoal. Raymundo Faoro ilustra bem essa ideia ao falar do coronel como um bom gigante que guarda a porteira entre o sinistro e longínquo corpo de leis e a unidade próxima à família. Segundo ele, o “impacto da grande sociedade, pelo processo mediador do grupo chefiado pelo coronel, sofre transformação desaceleradora, graças a uma cadeia simétrica de pára-choques e dobradiças.” (FAORO, 2000b, p. 254)

Há uma crônica de Lima Barreto, intitulada *O Chefe Político e o seu Eleitor*, de 1919, já analisada por Denilson Botelho (2002), que lembra essa ideia de Faoro. Trata-se de um eleitor que vai conversar com seu chefe político para dizer a ele que não vai votar no Rui Barbosa, candidato que era apoiado pelo chefe político. Em seguida, Felício, o eleitor, explica suas razões para isso:

- (...) vou escolher uma pessoa que deve mandar em mim, na minha mulher, nos meus filhos, na minha casa até – preciso cuidado. Não é, doutor?

- Mais ou menos, é, pois há a lei que...

- Isto de lei é história. Quem governa é ele mesmo...

- Vamos adiante...

- Um homem que vai ter tanto poder sobre mim, sobre os meus e as minhas coisas para ser escolhido por mim mesmo, deve ser meu conhecido velho. Voluntariamente pela minha própria vontade, vou escolher um dono para mim, e sendo assim o meu dever é estar inteirado do sujeito que é – não acha? (BARRETO, 1961, p. 159)

Felício conclui dizendo ao seu chefe político que não votará em Rui Barbosa por não conhecê-lo pessoalmente, intimamente. Por isso, ele declara que vai votar no próprio chefe político com quem conversa. Essa crônica é interessante por várias razões. A primeira delas é que ilustra a profundidade que o personalismo atingia não só na administração pública ou na política da época, mas na mentalidade das pessoas comuns. O presidente surge aqui como uma espécie de grande coronel, que manda no país todo, por meio de uma dominação pessoal e autoritária. Nesse sentido, Felício elege como critério de decisão o fator pessoal: é importante escolher o candidato que ele conhece pessoalmente, e não o que tem propostas e projetos com os quais esse eleitor concorda. Por outro lado, ao colocar o futuro presidente como alguém que vai mandar em sua vida, ditar os seus passos, Felício “põe a nu o quanto o processo eleitoral assemelha-se a um mecanismo eficaz de exclusão social e de negação da cidadania” (BOTELHO, 2002, p. 108).

Por fim, quando o eleitor declara que “isto de lei é história” revela a existência de algo que já discutimos aqui: a existência de um mundo real, marcado pela dominação pessoal, que se sobrepõe ao formal e legal quando os dois são confrontados. A consciência da existência desses dois mundos estava presente em todos: mesmo o governo, como já vimos aqui, desenvolveu táticas de convivência com essa outra ordem. Para José Murilo de Carvalho havia

consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Neste caso, os que se guiavam pelas aparências do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos. (...) O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. (CARVALHO, 2005, p. 159 e 160)

Esses caminhos de participação não existiam, ainda de acordo com José Murilo de Carvalho (2005), porque a República fez muito pouco no que se refere à expansão

de direitos civis e políticos. Embora algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tivessem inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder, não vieram acompanhadas de expansão significativa da cidadania política. Resultaram, por isso, numa entrega mais direta do governo nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos, sobretudo os de São Paulo, para cujo dinamismo o Império se tornara um empecilho. A República não mais dificultava a atuação desses setores; pelo contrário, beneficiava-os. A nossa República, assim, se consolidou baseada em uma ideologia liberal pré-democrática e que reforçava o poder oligárquico.

Diante desse quadro, não é de espantar que Lima Barreto, na crônica *Tribunal Histórico Republicano*, publicada em 1920, se expressasse assim:

Uma rematada tolice que foi a tal República. No fundo o que se deu em 15 de novembro, foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados. (...) Toda a nossa administração republicana tem tido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc. (BARRETO, 1961c)

Para concluir, nos voltaremos para uma outra crônica de Lima Barreto, *O que se dirá "Deles"*, publicada em 1922, que resume bem a idéia central que procuramos demonstrar nesse capítulo. O autor procura prever o que se dirá em 1972, dentro de cinquenta anos, dos presidentes da República:

Deodoro da Fonseca – Homem bom, mas arrebatado. Uma sua parenta, logo após ter ele proclamado a República, quis ir à festa de Nossa Senhora da Glória, em carro de Estado, acompanhado de piquete e precedido de batedores, tal e qual ia à mesma festa a princesa regente, Dona Isabel. (...)

Hermes da Fonseca – (...) Herdou o trono republicano do precedente, que era seu tio, por não ter este deixado filhos que o herdassem. (BARRETO, 1961c, p. 96)

A idéia do trono republicano herdado remete à continuidade mais geral da sociedade e da política durante a República Velha que procuramos mostrar aqui, com a manutenção de boa parte dos quadros, da legislação e das instituições governamentais do Império, mas também com o pouco que se fez no sentido de ampliar direitos políticos e sociais da população. Mais importante, porém, para a presente discussão é que o trecho todo revela a continuidade da lógica pessoal nas relações de poder da sociedade da época – particularmente, que é o que mais nos interessa aqui, na administração pública.

Capítulo 3 - Lima Barreto e o funcionário público

nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática, é muita abdicação de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de idéias comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência.

(...) Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir, (...) e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança. (BARRETO, 1961a, p. 177 e 178)

3.1 Lima Barreto

O advento da República, como se viu, não constituiu transformação radical; em muitos dos aspectos sociais e políticos pode-se mesmo falar em uma continuidade. Havia, entretanto, um desejo de modernização que nos aproximasse dos padrões europeus. Se na década de 30 um desejo similar se refletiu em busca da industrialização e no surgimento de intelectuais que buscavam entender as particularidades do Brasil e de sua formação, nesse momento ele estava mais próximo de um culto ao modo de vida e aos costumes e valores europeus, envolvendo uma dimensão ideológica mas também estética.

O Rio de Janeiro, então capital e cidade mais importante do país, vivia rápidas transformações e condensava tanto os desejos de mudança como os problemas do

Brasil da época. Foi com o objetivo de aproximar a cidade de um modelo de civilização europeu que o prefeito Pereira Passos (1903 – 1906) iniciou em 1904, com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória, um período de reformas urbanas. Esse período de remodelação arquitetônica, urbanística e social se prolongaria até 1920, quando da visita do Rei Alberto da Bélgica, e envolveria tanto essas reformas da cidade do Rio (inspiradas nas realizadas por Haussmann em Paris entre 1852 e 1870) como a criação de novos troncos ferroviários ligando a capital ao norte, sul e oeste do país e a reorganização da marinha mercante. Envolve ainda, de acordo com Sevcenko (2003): a formação de uma expedição cujo objetivo era mapear e ligar telegraficamente todo o sertão interior com o centro administrativo do país; a modernização e reequipagem do Exército e da Marinha de Guerra; e uma crescente complexidade de todo o organismo burocrático do Estado, que ampliou seu campo de ação e tornou mais efetiva a polarização de todo o território e população em função do centro-sul do país.

Mais especificamente sobre as reformas realizadas na cidade do Rio, Sevcenko afirma que elas foram regidas por quatro princípios fundamentais:

1) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; 2) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; 3) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; 4) e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 2003, p. 43)

Não se tratava, assim, apenas de remover das áreas centrais a miséria, a indigência e o que se considerava atraso, mas também de apagar mesmo a lembrança desse mundo – criando para os visitantes da cidade a ilusão de que esse mundo antigo e os contrastes sócio-econômicos que ele criara não existiam, ou que desapareceram sem deixar rastros.

Eles continuavam a existir, porém, e o turbulento período de 1889 a 1930 foi marcado por dificuldades para os que moravam na capital do país e não faziam parte

das elites sócio-econômicas. Graças à vinda de antigos cafeicultores e escravos libertos, entre outros migrantes de várias regiões do país e do exterior, já em 1890 apenas 45% da população do Rio de Janeiro tinha nascido na cidade (CARVALHO, 2005). Esse rápido aumento populacional continuou por boa parte da República Velha e causou uma oferta excessiva de mão-de-obra, rebaixando os salários e originando uma alta taxa de desemprego crônico (SEVCENKO, 2003). Além disso, a política de emissões durante parte da década de 1890 gerou especulação e inflação. A partir de 1888, uma série de crises econômicas se sucedem, ocasionando a depressão da economia cafeeira. Sevcenko ressalta ainda os gastos vultosos das campanhas militares realizadas no processo de consolidação da República, até 1897, e as crises bancária (1900) e industrial-comercial (1905 – 1906). Esta última elevou ao mesmo tempo os custos de alimentação e consumo diário e os aluguéis. Aliada às reformas urbanas, ela obrigou grande parcela da população pobre a se mudar para os subúrbios, agravando ainda mais a situação dessas pessoas com o aumento dos custos de transporte. A administração Campos Sales (1898 – 1902), por sua vez, adotou uma política de saneamento que, entre outras medidas, dispensou funcionários federais, conteve gastos públicos e criou impostos de consumo, contribuindo para o aumento da inflação.

Tudo isso aconteceu em uma cidade que não tinha condições nem geográficas nem infra-estruturais para sofrer um crescimento tão intenso em tão pouco tempo. O relevo acidentado complicava esse crescimento e as regiões pantanosas favoreciam o surgimento de diversas epidemias, que se prolongavam em decorrência dos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene. Além disso, o abastecimento de carnes e de gêneros já era precário antes do aumento populacional, em parte por causa da dificuldade de comunicação com o restante do país, em parte pela predominância das plantações de café em detrimento dos gêneros alimentícios.

Foi nessa cidade que Lima Barreto passou praticamente toda a sua vida. Nascido em 1881, estudava engenharia, curso do qual não gostava, na Politécnica quando seu pai enlouqueceu. Precisou então sustentar a família e prestou um concurso

para amanuense da Secretaria da Guerra. Com excelentes notas, obteve a segunda colocação e ingressou no serviço público em 1903 (BARBOSA, 2002). Nunca ocupou altos cargos, tendo sido ao menos uma vez preterido para promoção, e se aposentou em 1918, quando o vício da bebida já estava bem avançado. Em decorrência dele, foi internado duas vezes no Hospício Nacional, a primeira em 1914 e a segunda no final de 1919. Morreu em 1922.

Nessa primeira parte do capítulo (3.1) falaremos de quatro aspectos da obra e do pensamento de Lima Barreto que podem ajudar a compreender sua abordagem da questão do funcionário público. Começaremos por uma rápida discussão de seu posicionamento político, constatando a inexistência de um projeto político claro e de uma filiação a qualquer corrente. Examinaremos o que alguns dos estudiosos de sua obra escreveram a esse respeito, particularmente no que se refere às opiniões de Lima Barreto sobre o capitalismo, a modernidade, a cidadania e a democracia. Em seguida, deixaremos de lado as críticas que o autor faz para examinar os raros momentos em que traça formulações políticas mais claras – que têm, quase sempre, relação com sua concepção de literatura. É esse o real objetivo da discussão sobre o posicionamento político de Lima Barreto: expor a íntima relação que há entre isso e seu projeto literário, e revelar a impossibilidade de separação dos dois. Em um segundo momento, portanto, procuraremos esclarecer qual é esse projeto literário e suas duas principais formulações na obra do autor.

Em terceiro lugar, veremos brevemente alguns dos outros temas que aparecem com frequência na obra dele: a cidade do Rio de Janeiro, em particular as reformas urbanas e as medidas higienistas; o cientificismo e o determinismo, em voga na época; os uxoricidas; e o racismo. A razão de ser desse terceiro aspecto é, sobretudo, mostrar de que modo a concepção de literatura de Lima Barreto influenciou e formatou sua obra e a variedade de temas que aparecem nela. Por outro lado, queremos esclarecer a importância que a questão do funcionário público tem nela: não é decerto tema prioritário, mas tampouco pode ser considerada um problema menor. Faremos uma abordagem dessa questão, assim, que a encara como um dos grandes temas

discutidos por Lima Barreto, ao lado de vários outros, e cuja razão de ter sido abordada por esse autor é a mesma que a dos seus outros grandes temas: a sua concepção particular de literatura, que também explica em parte a forma pela qual ele discute esse tema da burocracia.

Por fim, em um quarto momento, discutiremos a forma de escrever de Lima Barreto, questão importante para compreender como essa concepção de literatura se refletiu na prática e que nos ajudará a entender depois sua abordagem do funcionário público. Para isso, analisaremos o significado da ironia e do exagero nesse autor, suas origens e objetivos; e o artigo de Antonio Candido sobre Lima Barreto *Os olhos, a barca e o espelho*, que em poucas páginas e com palavras precisas diz muito a esse respeito.

3.1.1 Posicionamento político

Por mais importantes que questões sociais e políticas sejam no pensamento de Lima Barreto, não há em sua obra um projeto político coerente ou estruturado. Segundo Prado (1989), esse projeto não vai além de um ensaio, um itinerário para a ruptura que permanece anunciado. Até compreender quais eram as posições políticas dele é difícil. O escritor rejeitava rótulos e filiações a movimentos ou doutrinas:

não obedeco a teorias de higiene mental, social, moral, estética, de espécie alguma. O que tenho são implicâncias parvas; e é só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis; e não é em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada: tenho implicâncias. (...) Eu não amo nem à Pátria nem à família e muito menos à Humanidade. (BARRETO, 1961h, p. 277 e 278)

Na mesma linha, Domingos Ribeiro Filho, colega de Lima Barreto de repartição, afirma que o autor não foi nem um revolucionário, nem um acomodado, e que sua revolta nunca passou da ironia (BARRETO, 1961d). Em sua obra suas opiniões sobre a política e a sociedade aparecem quase sempre como críticas ao mundo em que vive;

são raros os momentos em que ele se declara claramente contrário ou a favor de algo ou faz asserções positivas explicando como então esse mundo deveria ser.

Um desses raros momentos acontece no artigo *Sobre o maximalismo*, publicado em 1919. Nele, Lima Barreto defende, entre outros: o divórcio; a confiscação dos bens das ordens religiosas; e a supressão da dívida interna e das heranças (BARRETO, 1961a). Em *Não é possível*, crônica de 1914, ele se diz contra o governo: afirma que ele “já deu o que tinha que dar” e que é agora um “agonizante, breve um cadáver a enterrar no panteão das nossas concepções” (BARRETO, 1961b, p. 86) , fazendo em seguida crítica semelhante ao Estado.

Mas mesmo quando ele se posiciona mais claramente isso pode não ser definitivo. Nicolau Sevcenko diz que Lima Barreto tinha um notório desprezo por todas as formas abstratas de propriedade – ações, títulos de renda, títulos de dívida pública, etc. – e que chegou mesmo a propor um modelo de reforma agrária, dividindo os latifúndios improdutivos em pequenas propriedades com a condição do seu cultivo. E conclui: “Vê-se por aí somente que, segundo seu entendimento, ao Estado caberia um papel ao menos organizacionalmente mais ativo.” (SEVCENKO, 2003, p. 246 e 247)

Também interessante para compreendermos o pensamento político de Lima Barreto é analisar sua opinião sobre o capitalismo. Segundo Sevcenko (2003), ele acreditava em um humanitarismo cosmopolita que desejava a elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais. Essa doutrina, porém, está em contradição com o espírito mesmo do capitalismo, que estimula a concorrência e o conflito; por isso, Lima Barreto criticará a intensificação da atividade mercantil no país e apontará os novos fatores econômicos, sociais e políticos como responsáveis pela desumanização da sociedade. A esse respeito, Denílson Botelho (2002) diz que o autor era avesso ao modo de vida imposto pelo sistema capitalista, aí incluídos os valores e a dimensão cultural implicitamente relacionados a ele. Isso fica claro se continuarmos a ler a crônica *Sobre o maximalismo*:

A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que o dinheiro, caixas-fortes atestadas de moedas, casarões

imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem arte, pedem cultura, pedem caridade, piedade, pedem amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que se seja um burguês burro intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população. (BARRETO, 1961a, p. 164)

Beatriz Resende, por sua vez, enfoca a relação da obra de Lima Barreto com a questão da cidadania. Segundo ela, o autor discute o cerceamento da cidadania e dos direitos humanos em sua época sem recusar o modelo moderno ou a modernização urbana, mas “a favor de uma visão da modernidade que contemplasse as razões do homem comum” (RESENDE, 1993, p. 50). Carmem Negreiros de Figueiredo prefere dizer que ele não se limita a uma visão dicotômica entre passado e presente: da mesma forma que o autor acredita que não se justifica o “passadismo das escolhas oligárquicas cujas ações atrelavam o país à improdutividade da prática paternal e corporativa” (FIGUEIREDO, 1995, p. 112), ele também desmascara a representação dos princípios da ordem racional burguesa, evidenciando as bases em que eles se assentavam.

Por fim, Denílson Botelho (2002) afirma que, apesar de suas críticas ferozes, Lima Barreto era contra a supressão das liberdades individuais e de pensamento e acreditava, ao que tudo indica, que somente por meio de instrumentos democráticos seria possível assegurar o sonho de uma sociedade brasileira igualitária e menos excludente.

Embora as análises desses autores nos dêem boas pistas para compreender o pensamento político de Lima Barreto, não há em sua obra uma resposta definitiva quanto ao significado dessas questões para ele e as tentativas de entendê-lo devem partir mais do que se depreende das críticas feitas por ele do que de asserções claras. Sobre dois aspectos, porém, Lima Barreto se manifesta mais de uma vez. Pode-se dizer com certeza que ele era um sagaz observador de sua época que percebia a importância de pensar (e se manifestar) sobre o mundo que o rodeava e no qual estava inserido, e que tinha uma crença profundamente enraizada, perceptível na quase totalidade de sua obra, na igualdade entre todos os homens. Mesmo sua recusa a um

alinhamento ou a uma categorização são, segundo Sevcenko (2003), sinais de um pensamento que se quer independente, sem nada que lhe restrinja a autonomia ou que classifique os seres humanos em grupos diferenciados por qualquer critério. Denílson Botelho coloca bem essa questão ao afirmar que Lima Barreto se mantinha permanentemente mobilizado politicamente por não suportar viver em uma sociedade marcada por profundas e desumanas desigualdades de toda ordem. Era isso que o fazia desejar um outro modelo de organização política, econômica e social em que fosse possível “ampliar o alcance da cidadania, ou em que fosse possível dar condições dignas de vida e oportunidades para a população como um todo” (BOTELHO, 2002, p. 159).

3.1.2 Concepção de literatura

Esses dois aspectos são importantes não apenas para compreender o aspecto político da obra de Lima Barreto. Eles também esclarecem muito de sua concepção de literatura, permeando toda sua obra e definindo tanto os temas tratados por ele como em grande medida o modo de abordá-los. Além disso, contribuíram para formar mesmo um projeto literário. Vejamos, portanto, esses dois aspectos com mais detalhe, e pelos olhos da literatura.

O primeiro diz respeito a um desejo de uma literatura militante. Não se trata, porém, de uma militância a favor de uma teoria ou corrente. Lima Barreto esclarece o que entende por uma literatura militante em *Impressões de Leitura* ao falar dos livros de Anatole France, que “nada têm de contemplativos, de plásticos, de incolores. Todas, ou quase todas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, têm por mira um escopo sociológico. Militam.” E, no mesmo artigo, diz sobre Eça de Queirós:

Ele mostrou que desde muito as letras francesas se ocuparam com o debate das questões da época, enquanto as portuguesas limitavam-se às preocupações da forma, dos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas

eram – militantes; enquanto estas eram contemplativas e de paixão. (BARRETO, 1961h, p. 73)

Ou, como bem coloca Nicolau Sevcenko, trata-se de uma concepção de literatura e da atividade intelectual em que “se apagam as fronteiras tradicionais entre o homem de letras e o homem de ação, entre o escritor profissional e o homem público, e entre o artista e a sua comunidade” (SEVCENKO, 2003, p. 283). Não é à toa, portanto, que pensamento político e concepção de literatura se encontram intrinsecamente ligados em Lima Barreto.

Vem daí a crítica dele a Coelho Neto, de quem já falamos aqui e que foi importante escritor contemporâneo de Lima Barreto, além de uma de suas célebres “implicâncias” (para usar o termo do próprio Lima Barreto⁵, já que Coelho Neto foi com frequência alvo de suas críticas). Temos em mente aqui a crônica *Literatura e Política*, de 1918. Nela, o autor trata primeiro da atuação de Coelho Neto como deputado pelo estado do Maranhão, cargo que ele exerceu duas vezes, e afirma que se ele estivesse a par dos males de seu tempo, com seu talento e o prestígio de seu nome, poderia ter apresentado muitas medidas úteis e originais. Ele, porém, continua Lima Barreto, nada fez, e

O deputado ficou sendo o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes idéias do tempo, (...) em quem não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho (...).

Em anos como os que estão correndo, de uma literatura militante, cheia de preocupações políticas, morais e sociais, a literatura do Senhor Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante (BARRETO, 2004b, p. 304)

⁵ É preciso que se diga que o termo implicâncias será usado aqui como forma de fidelidade à linguagem do autor para nos referirmos aos alvos de críticas recorrentes por parte dele por encarnarem atitudes ou formas de pensar das quais Lima Barreto discordava. Embora o termo sugira também uma dimensão de rancor pessoal, e embora não seja impossível que essa dimensão existisse em Lima Barreto, não queremos nos deter nela e quando utilizarmos esse termo estaremos tratando apenas do primeiro aspecto mencionado nesta nota.

O trecho deixa bem clara a rápida passagem que Lima Barreto faz da política para a literatura, a indiferenciação em seu pensamento entre ser homem de letras e ser homem de ação e mesmo a percepção da literatura militante como uma espécie de dever moral, que ele coloca para si mesmo e para os outros escritores e que seguirá constantemente em toda sua obra.

Ainda sobre essa questão da literatura militante, deve-se dizer que Lima Barreto tinha, e a citação mostra um pouco disso, uma aguda sensibilidade para perceber na sociedade o conjunto variado de “procedimentos encadeados – compondo grandes e pequenas cadeias, vistosas e invisíveis – que tendiam a restringir o pensamento dos homens, tolhendo-lhes os meios para um desenvolvimento equilibrado da personalidade e a justa inserção social.” (SEVCENKO, 2003, p. 201) Essa sensibilidade fazia com que ele se opusesse a todos os símbolos de distinção entre os homens – caso, por exemplo, do anel de doutor -, que minavam os propósitos pretensamente democráticos do regime e ensejavam uma discriminação que permeava até as mais banais relações do cotidiano.

Essa discussão nos leva ao segundo aspecto que queremos discutir aqui. Lima Barreto acreditava que a literatura tinha uma missão, que era:

fazer comunicar umas almas com as outras, (...) dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, (...) ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para a conquista do planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade. (BARRETO, 1961h, p. 190)

Essa questão da solidariedade humana e do desejo de compreensão entre os homens vêm de uma crença, sempre presente nesse autor, na igualdade de todos os seres humanos. Esse aspecto é muito bem analisado por Antonio Candido através da figura do espelho. Em seu artigo *Os olhos, a barca e o espelho*, Candido analisa um trecho de *Cemitério dos Vivos* e diz que Lima Barreto se identifica com os loucos por perceber neles e em si uma mesma natureza humana, já que dentro de cada homem

há coisas inesperadas que podem vir para fora. Por isso, diz Antonio Candido, o autor se vê nos loucos como em um espelho. E continua:

O espelho assume função de compromisso por solidariedade. O sentimento de participar da mesma humanidade frágil, sujeita à marginalização social da prostituta, ao esmagamento do pobre, à alienação do insano, faz por contágio que o sentimento pessoal se torne verdade para os outros; e a verdade dos outros, experiência pessoal. (CANDIDO, 1989, p. 49)

Essa identificação com o outro que sofre, essa capacidade de reconhecer que “podia ser eu ali” e a percepção da natureza humana e da própria natureza como algo instável e incerto são constantes na obra de Lima Barreto. Para não nos alongarmos demais na questão, mencionaremos apenas um exemplo. No final do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, quando o protagonista começa a repensar suas convicções, há um momento em que ele trabalha na Ilha das Enxadas como carcereiro dos prisioneiros da Revolta da Armada, que já terminara. O narrador do romance descreve o local:

Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aulas e alojamentos dos aspirantes. Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, (...) ou que se haviam alistado por miséria (...) mas, enfim, gente sem responsabilidade, (...) simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor. (BARRETO, 1997a, p. 248)

Nesse trecho são colocados juntos, sem diferenciação, muitos dos que sofreram com a revolta, que não a planejaram nem a quiseram mas estão ali, sofrendo injustamente as consequências dela. O narrador une na sua descrição pessoas que são muito diferentes, mas com as quais ele encontra uma identificação pelo sofrimento e pela percepção de uma injustiça sofrida por elas. Essa identificação os une em uma mesma condição humana.

É a questão do poder que liga e sintetiza os dois aspectos do que se poderia chamar de o projeto literário do autor: a literatura militante e a missão da literatura de unir os homens. Percebemos, assim, como Sevcenko, duas dimensões em sua obra: por um lado, o efeito de separação, discriminação e distanciamento entre os homens que o poder provoca. Essa separação gera indignação porque há uma firme crença na igualdade entre os homens, e por isso ela como que demanda sua militância por meio da escrita. A outra dimensão, segundo Sevcenko, é a experiência dolorosa dos “humilhados e ofendidos” por esse mesmo poder, e que converge para o ideal da máxima confraternização entre os membros da humanidade. Aí está presente a questão da solidariedade humana e o desejo de uma literatura que colabore para o desenvolvimento dessa solidariedade e de uma maior compreensão entre os homens. A literatura, assim, é canal de denúncia da discriminação e de afirmação da igualdade.

3.1.3 Algumas críticas recorrentes

Esses dois aspectos orientarão a quase totalidade das críticas de Lima Barreto, imprimindo lógica ao caleidoscópio temático que é sua obra. Vejamos agora algumas dessas críticas, excluindo por ora a questão do funcionário público. Um dos alvos favoritos do escritor era a cidade em que vivia, particularmente as reformas urbanas e as medidas higienistas. A respeito das reformas, é interessante a crônica *Megalomania*, de 1920. Diz o escritor:

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante idéia, é fornecer passatempos a quem já os tem de sobra. Para ele, um Prado é coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas toilettes.

(...) Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. (BARRETO, 1961c, p. 124)

E, em *Os tais higienistas*, crônica publicada no mesmo ano, Lima Barreto fala sobre as campanhas de saúde pública e sobre Carlos Chagas, que segundo o autor

Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente (...).

Sua Excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências. (BARRETO, 1961c, p. 143)

Nos dois casos, há uma percepção de uma diferença entre as intenções das autoridades e as condições e necessidades reais da grande maioria da população. Como já dissemos anteriormente, o Rio de Janeiro passava por uma época difícil, com altas taxas de inflação e desemprego, e essas reformas acabavam por dividir a cidade, distanciando ainda mais os modos de vida e os valores das elites sócio-econômicas dos do resto da população. Essa separação se deu ainda no âmbito geográfico, com o povo mais pobre sendo expulso do centro da cidade e se mudando para os morros e subúrbios, e no político, já que os caminhos de participação no período eram restritos e a discussão sobre a cidadania era no mais das vezes a discussão de seu cerceamento.

Lima Barreto retrata também em seus textos ficcionais revoltas como a da Armada (1893 - 1894), durante o governo Floriano Peixoto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e a Revolta da Vacina (1904), em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Ao fazê-lo, ele não se volta para os altos escalões que as decidiram, mas para o efeito que elas tiveram nas vidas de pessoas comuns – em geral um efeito desastroso, causado por abusos de poder. É o caso do trecho que citamos dos prisioneiros na Ilha das Enxadas, e também o do capitão da Guarda Nacional Ortiz, que deixou más recordações durante a revolta na Ilha do Governador por seu hábito de roubar e humilhar a população local (BARRETO, 1997a).

Outro tema recorrente em Lima Barreto é a crítica a certas teorias então em voga – como o cientificismo e o naturalismo. Em *Impressões de Leitura* o autor se declara contrário a uma concepção da ciência como algo milagroso e como expressão exata de uma ordem externa imutável e constante. Mas é no início de *Recordações do escritor Isaías Caminha* que isso fica mais claro, quando a razão de ser do livro é explicada: ele deseja, narrando sua vida, se opor a um argumento pretensamente natural e científico segundo o qual, embora negros e mulatos tenham por vezes um início de vida promissor, com boas notas e claras demonstrações de inteligência, isso raramente se mantém na idade adulta. Para Isaías Caminha, a razão disso é social: é o preconceito que, em uma sociedade teoricamente democrática, mas em que na realidade a maioria dos altos postos eram obtidos com base em critérios pessoais, dificultava a obtenção desses postos por parte dos não-brancos. Esse raciocínio relativista rejeita as interpretações deterministas ou naturalistas que vêem no comportamento humano ou nos processos históricos a ação de leis naturais. Para o escritor, são os objetivos e a vontade dos homens, a consciência deles, que guiam suas ações. Ou seja, “não só não há nenhum tipo de ordem intrínseca na natureza, como a própria ciência natural é uma criação arbitrária do homem, visando fins precisos.” (SEVCENKO, 2003, p. 237) Muitas das crenças da ciência da época, assim, para usar a linguagem que utilizamos ao falar da concepção de literatura do autor, corroboravam com teorias discriminatórias. Além disso, essas idéias eram expressadas por cientistas, pessoas cujo discurso tinha um grande poder de convencimento.

Também se encontra com freqüência a crítica aos uxoricidas, maridos que matavam as mulheres adúlteras. Isso fica claro, por exemplo, na crônica *Os uxoricidas e a sociedade brasileira*, de 1919. O que incomodava Lima Barreto era que isso, segundo ele, era uma prática comum, da qual os maridos eram quase sempre absolvidos – revelando na sociedade brasileira uma concepção da mulher como propriedade do homem. Essa questão está ligada à defesa pelo autor do divórcio. Trata-se aqui de uma dimensão mais doméstica de exercício de poder e de tratamento desigual – mas que não escapou à observação do escritor, mostrando que seu olhar

crítico não se voltava somente para os momentos em que o poder era usado para privilegiar e discriminar em larga escala e de forma evidente, mas também para fatos aparentemente pequenos e cotidianos e que muitos encaravam como normais.

Para concluir, a questão do racismo, que já foi em parte mencionada quando discutimos o cientificismo e o naturalismo, também não é incomum e aparece por vezes de forma bastante dolorosa e pessoal. É o que acontece no seguinte trecho de 1908 do *Diário Íntimo*, em que Lima Barreto relata ter recebido um convite para assistir à saída da esquadra a bordo de um navio:

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite, mas a mim pediram. Aborreci-me. (...)

É triste não ser branco. (BARRETO, 1961e, p. 130)

3.1.4 Peculiaridades da escrita de Lima Barreto

Para concluir esta primeira parte do capítulo, exporemos algumas características da forma de escrever de Lima Barreto. Como no caso da análise de sua concepção de literatura, acreditamos que isso possa ajudar na compreensão do aspecto do funcionário público no autor. São quatro as características que gostaríamos de salientar. Antonio Candido (1989), no artigo *Os olhos, a barca e o espelho*, resume, em poucas páginas, as três primeiras.

Vejamos a primeira. De acordo com o crítico literário, Lima Barreto é um autor vivo e penetrante, que se volta com lucidez para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções, por meio de uma linguagem cheia de calor. Como narrador, entretanto, é menos bem realizado, sacudido entre altos e baixos, e com freqüência incapaz de transformar o sentimento e a idéia em algo propriamente criativo. É algo que o próprio Lima Barreto parece pensar de si mesmo, e a que ele se refere mais de uma vez. Em carta a Inglês de Sousa em 1906, o autor escreve: “Achaste a que te escrevi em 29 de março brusca e paradoxal. É o meu jeito. Eu mesmo sinto que

a minha máquina mental não é suave, e que nela há peças que não estão proporcionadas às outras, maiores ou menores, mais fracas ou mais fortes, não sei.” (BARRETO, 1961d, p. 148) Outro exemplo disso, agora mais claramente voltado para o âmbito ficcional, é a descrição do autor de seu romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Segundo ele, tratava-se “um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre.” (BARRETO, 1961d, p. 169)

A segunda característica é justamente essa: a literatura, para Lima Barreto, devia ser sempre sincera, transmitindo diretamente o sentimento e as idéias do escritor, da maneira mais clara e simples possível – o que levava muitas vezes o autor a desprezar as preocupações com a forma e o estilo. Para Antonio Candido, o ideal declarado de Lima Barreto é

a representação direta da realidade; e no fundo os recursos expressivos lhe parecem intermediários incômodos. Tanto assim que, quando comenta um romance de outro autor, ele o trata como se fosse documento, não ficção, e o condena ou louva exclusivamente por esse lado, mostrando desinteresse pelos aspectos formais (...). É como se a sua consciência artística decorresse do desejo polêmico de não ter consciência artística propriamente dita. (CANDIDO, 1989, p. 41)

Como o que importava realmente na literatura era transmitir com clareza as idéias e tratar de questões da época, os aspectos formais ficavam relegados a segundo plano. Por isso os escritores que privilegiavam o estilo e com isso prejudicavam a transmissão de suas idéias e sentimentos eram comumente criticados por Lima Barreto. É o que ele faz, por exemplo, no *Diário Íntimo*: condena a cópia de escritores portugueses aqui, com os autores nacionais apenas ajeitando o modo de escrever deles e copiando-lhes os cacoetes e a estrutura das frases. O escritor diz ainda que “não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio o pede e requer (...). É uma literatura de *concetti*, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas.” (BARRETO, 1961e, p. 100) A insistência em que as preocupações gramaticais e estilísticas não deturpassem a naturalidade dos

personagens nem fantasiassem os cenários não era sem razão de ser. De acordo com Sevcenko,

o período era dominado por duas vogas literárias que, ambas, convergiam para o estiolamento das produções artísticas, minando-lhes a vitalidade e calcificando o seu conteúdo e força de impacto. De um lado, o parnasianismo, (...) representado sobretudo pelo (...) Coelho Neto (...). De outro, a linguagem castiça e empolada, representando o “clássico”. (SEVCENKO, 2003, p. 196)

A terceira característica diz respeito a uma fusão bastante comum, na obra do autor, de problemas pessoais com sociais – com uma preferência por aqueles que fossem as duas coisas. É o caso da pobreza, que dilacera o indivíduo mas tem causas sociais. Ou seja, para Antonio Candido o ritmo profundo da escrita de Lima Barreto está em tratar de questões particulares com o espírito geral e expô-las com esse espírito. É assim que ele faz “sua passagem constante da particularidade individual para a generalidade da elaboração romanesca (e vice-versa)” (CANDIDO, 1989, p. 50). Esse aspecto está, nos parece, intimamente ligado ao desejo de uma literatura que fizesse com que os homens se compreendessem, bem como à crença na igualdade. Isso porque ao tratar de situações particulares cujas causas são sociais ele aproxima os homens por solidariedade e pela revelação de uma ordem injusta e discriminatória. É por isso, por outro lado, que para se compreender a literatura de Lima Barreto não se pode deixar de lado seus escritos íntimos (o *Diário Íntimo* e a *Correspondência*, sobretudo). Nesse autor, os elementos pessoais não se perdem no personalismo: são canalizados para uma representação que nada tem de conformista do mundo em que viveu, influenciando sua obra ficcional e sendo por ela influenciados. Em Lima Barreto, assim, nas palavras precisas de Antonio Candido, encontramos um “rebelado que fez da sua mágoa uma investida, não um isolamento.” (CANDIDO, 1989, p. 50)

Há ainda uma quarta e última característica da forma de escrever do escritor que queremos ressaltar aqui. Trata-se da utilização da ironia, do sarcasmo e da caricatura, que parece provir dessa mágoa a que Antonio Candido se refere. Dizemos isso porque em um artigo de *Impressões de Leitura* o autor afirma que “a ironia vem da dor”

(BARRETO, 1961h, p. 271). Além disso, na crônica *Eu também!*, de 1919, diz que muitas vezes as emoções tristes provocam o riso (BARRETO, 1961i). De fato, o riso que por vezes provoca no leitor a obra de Lima Barreto tem sempre um quê de doloroso e mal disfarça uma crítica séria.

Para além dessa dor que provoca o riso, porém, a ironia, a caricatura e o sarcasmo têm também uma função na obra dele. O autor escreve, na crônica de 1919 *Negócio de maximalismo*, que

A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar, é bom e é útil.

Nada de violências, nem de barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.

O ridículo mata e mata sem sangue. (BARRETO, 1961c, p. 119)

Esse aspecto foi abordado por Nicolau Sevcenko (2003), que enfatizou a importância do exagero na obra desse escritor – recurso muito freqüente quando ele trata da burocracia. Por meio da exacerbação das características que desejava criticar, ele conferia às suas imagens uma feição expressionista que, se por um lado a tornava ridícula, por outro colocava a nu o absurdo das situações reais, que por ter se tornado parte do cotidiano já não indignava. Com isso, não apenas transmitia direta e claramente sua opinião: também impelia seus leitores a uma tomada de posição e a um desejo de ação.

3.2 O funcionário público em Lima Barreto

Nesta e na próxima parte analisaremos mais detidamente o funcionário público em Lima Barreto. Teremos como foco principal três obras do autor: nesta segunda parte, *Coisas do Reino do Jambon* e *Os Bruzundangas*; na terceira, o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Além disso, nos permitiremos incursões ocasionais em outras obras – sobretudo em *Bagatelas* (que discutiremos logo no início desta segunda

parte do capítulo, antes das outras) e em *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Numa e a Ninfa*. Essas três obras (*Coisas do reino do Jambon*, *Os Bruzundangas* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*) foram escolhidas por serem não apenas aquelas em que a questão do funcionário público mais aparece, mas também por apresentarem a quase totalidade das formas que a crítica do funcionário público assumiu na obra desse autor. Desconsideramos, para os fins desta análise, as diferenças de gênero literário (crônica, sátira e romance) porque cremos que, da mesma forma que para Lima Barreto literatura e política não se separam, e o homem de letras é também o homem de ação, em sua obra os limites entre realidade e ficção também são tênues. Dizemos isso não só porque a realidade por vezes parece surgir para ele como mais absurda que a ficção, ou porque seu objetivo na literatura era a sinceridade, a representação mais direta da realidade, mas também porque, como coloca Antonio Candido (1989), é muitas vezes por causa dessa indignação com a realidade que ele atinge uma escrita que pode claramente ser chamada de literária.

O que há em sua obra é, tanto nos romances como nas crônicas, um processo de ficcionalização e de desficcionalização. O que queremos dizer com isso é que o autor está constantemente se movendo da crítica direta à realidade para a elaboração ficcional, e vice-versa. Procuraremos nesta segunda parte, além de expor as variadas formas pelas quais Lima Barreto apresenta o funcionário público nesses três livros, analisando-os à luz da sua concepção particular de literatura e de sua forma de escrever, expor esse processo no escritor. Isso tem a dupla vantagem de ajudar não só na compreensão do tema do funcionário público, mas também no entendimento de como Lima Barreto escrevia, ou de como sua escrita se tornava mais ou menos literária.

Vejamos então as duas passagens de *Bagatelas* que queríamos comentar. A primeira não é propriamente de Lima Barreto: trata-se de uma notícia de jornal que o escritor cita na crônica *A Superstição do Doutor*, publicada na *Gazeta de Notícias* em maio de 1918. Lima Barreto menciona um artigo do *Correio da Manhã* daquele mês. De acordo com esse artigo, o juiz de direito da comarca de Alegre fez um discurso endeusando os Monteiros quando era delegado de polícia de Vitória. Por causa disso

foi nomeado juiz de direito e, no exercício desse cargo, acompanhava o senhor Jerônimo Monteiro todos os dias quando este ia ao Senado, carregando-lhe a pasta dos papéis. Além disso, auxiliou esse mesmo senhor Jerônimo Monteiro no exame dos livros e documentos relativos ao pleito do Espírito Santo.

Lima Barreto cita essa notícia de jornal para criticar a crença na capacidade e na incorruptibilidade dos doutores que ele acreditava então existir na sociedade. Ele não faz nenhum comentário a respeito da questão do funcionário público especificamente, e só o que se pode deduzir de sua opinião sobre a notícia é que ele crê que esse juiz seja corrupto. O trecho é interessante, porém, por mostrar semelhança com o que comentamos na primeira parte desse capítulo a respeito do coronelismo e do patrimonialismo que influenciavam as ações do Estado ainda na época de Lima Barreto. Realmente, ainda que não houvesse esse favorecimento tão evidente que fez com que o caso se tornasse notícia de jornal, é difícil acreditar que um juiz que obteve seu cargo nessas condições o exercesse imparcialmente.

Nessa mesma crônica, mais adiante, encontraremos um trecho em que o autor expressa opinião mais clara sobre a burocracia. Ele continua sua crítica aos doutores, voltando-se agora para aqueles que entraram para o serviço público e que se julgam com mais direito que os burocratas sem título às recompensas e promoções. O escritor discorda dessa pretensão:

E a administração (...) tem levado muitas vezes (...) em consideração semelhante alegação (...). Merecimento é a comparação dos serviços, das aptidões para eles, entre dous ou mais funcionários. Serão os serviços e aptidões do amanuense da mesma natureza que pode revelar ou possuir um médico?

Um médico só pode ter merecimento sobre outro médico, um amanuense sobre outro amanuense.

Quando é médico, o tal amanuense só pode ser comparado a outro médico; e quando amanuense ele só pode entrar em relação com outro amanuense no que a profissão deste tem de peculiar a ele, eliminando-se da comparação a duvidosa medicina do burocrata. (BARRETO, 1961a, p. 45)

A figura do doutor, mais uma das críticas recorrentes de Lima Barreto, aparece aqui ligada à crítica do funcionário público. É uma crítica clara e direta, sem elaboração literária, que o autor faz a uma situação de privilégio, que lhe parece injusta e que poderia contribuir para gerar discriminação. O que ele deseja aqui é um Estado impessoal, que se relacione com seus funcionários apenas enquanto funcionários – e que não leve em consideração, no momento de decidir promoções ou recompensas, o que esses funcionários fazem ou pensam fora do exercício dos cargos.

3.2.1 “Coisas do Reino do Jambon”

Coisas do Reino do Jambon é um livro de crônicas, publicado originalmente em 1953. Mais recentemente teve seu conteúdo publicado em *Toda Crônica*, compilação em dois volumes organizada por Beatriz Resende e Rachel Valença e que ordenou cronologicamente, de acordo com as datas de publicação em jornais e revistas, a grande maioria dos textos curtos do autor. Embora de modo geral seja uma obra em que predomina uma crítica mais direta à realidade há momentos em que uma maior ficcionalização se insinua. É o caso do texto que dá título ao livro, *Coisas do Jambon*, publicado em 1921. O autor explica a razão do nome do reino:

O Reino do Jambon é assim chamado porque afeta, mais ou menos, a forma de um presunto. Até aqui, não tem sido comido, mas tem sido muito roído. Roem-no os de fora; roem os de dentro; mas não há meio, quer uns, quer outros, de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade externa e interna de uma maneira perfeitamente milagrosa. (BARRETO, 1961c, p. 27)

O texto segue discorrendo sobre o príncipe que governava o reino, sobre um conde local e sobre o processo de eleição de um novo príncipe. Percebe-se aqui uma espécie de construção que se assemelha a *Os Bruzundangas*, que analisaremos depois: há alguns elementos de ficção, alguns personagens surgem, e há a imagem um

tanto irreal do reino-presunto sendo roído.⁶ Entretanto, da mesma forma que na sátira de *Os Bruzundangas*, a crítica sarcástica resulta por demais evidente e a literatura do autor é, aqui, claramente submissa a seu desejo de crítica ao mundo que o cerca.

Vejamos como o funcionário público e o patrimonialismo aparecem nessa obra. Uma das questões que aparecem nela a esse respeito é a da utilização de bens públicos para fins privados. Há dois bons exemplos disso em que Lima Barreto comenta notícias de jornal. O primeiro se encontra na crônica *Automóveis oficiais*, de 1921. O autor conta que um jornal da cidade comemorava o fato de que os automóveis oficiais seriam afinal usados apenas em serviço, e não mais “para escandalosos passeios de damas e senhoritas a casas de modas e, às vezes mesmo, para alegres excursões de pares galantes a arrabaldes pitorescos” (BARRETO, 1961c, p. 166). Lima Barreto lembra, porém, que muitos ministros de governos anteriores já tinham expedido circulares determinando que eles fossem usados apenas pelas autoridades no exercício de suas funções – e ainda assim eles continuavam a ser “cousa de uso próprio das famílias dos mesmos potentados”. Em seguida, o autor conta o caso de um delegado auxiliar do governo anterior que usava o automóvel que tinha à sua disposição para

⁶ Essa figura do presunto que é lentamente roído lembra a imagem dos *tarets* (em português: teredens), que intitulam um capítulo do romance de Balzac *Les Employés (Os Funcionários)*. São os pequenos moluscos que carcomem lentamente o casco dos navios. O romance gira em torno de uma promoção: um funcionário de alto escalão morre e duas pessoas podem substituí-lo. De um lado, temos Roubourdin, funcionário que tem a antiguidade no cargo e o mérito reconhecidos por todos os outros personagens. Ele é, claramente, competente, esforçado e tem interesse na melhoria da administração pública. De outro lado, há Baudoyer, que é apresentado por Balzac como o oposto de Roubourdin: ele é mesquinho, avarento e preocupado sobretudo com o ganho pessoal – além de não entender muito do serviço. Nesse romance os *tarets* são os familiares deste segundo funcionário, os Baudoyer – Saillard, que se esforçam por todos os meios para que Baudoyer seja promovido – e que, avarentos e mesquinhos como ele, calculam passo por passo sua ascensão social, buscando influenciar o ministro em sua decisão. A imagem dos muitos pequenos moluscos no casco do barco, porém, faz pensar também na grande quantidade de funcionários que agiam dessa mesma forma, e a destruição que eles causam no navio, se é pequena quando se pensa em apenas um molusco, se torna gigantesca quando muitos deles o fazem. Tal como no navio, os *tarets* funcionários são capazes de causar um grande estrago no funcionamento da administração pública. A comparação com o presunto de Lima Barreto nos pareceu interessante não só pela semelhança entre as duas imagens, mas também porque, embora isso não esteja claro nesse trecho do presunto, acreditamos perceber em Lima Barreto uma crítica à administração pública que se assemelha à de Balzac nesse romance, discordando das práticas patrimonialistas e evidenciando tanto a injustiça que elas cometiam com os funcionários por mérito como as más conseqüências delas para a administração pública. Isso fica claro, em *Les Employés*, no desfecho: quem obtém a promoção é Baudoyer, e Roubourdin deixa a administração pública.

levar o seu pimpolho, ao banho de mar.

Não se contentando com isso, ainda distribuiu um guarda civil, na praia do Flamengo, para encaminhar o pequenote carinhosamente até o lugar da ablução, esperar que o seu rebento a gozasse bem e o trouxesse de novo até a carruagem, onde o motorista cochilava cansado de suas funções ultra-oficiais. (BARRETO, 1961c, p. 166)

A Casa dos Espantos, crônica de 1919, traz outro exemplo disso. Lima Barreto cita uma notícia de jornal que anunciava que a Senhora Domício da Gama daria naquele dia sua primeira recepção ao corpo diplomático e às pessoas da sociedade que quisessem cumprimentá-la. A recepção seria realizada no Itamarati, das quinze às dezessete horas. Em seguida, o autor comenta a notícia:

Homessa! Então o Senhor Gama não tem casa? Como é que uma mulher (é termo das leis) se serve de um edifício público para dar recepções? (...)

A República deu agora para transferir as honrarias dos maridos às respectivas mulheres?

Amanhã, a senhora do Senhor Delfim Moreira, quando for dar um passeio a Paquetá, há de exigir salvas de vinte e um tiros, marinheiros nas vêrgas, tanto dos navios nacionais como dos estrangeiros.

Correndo as cousas assim as esposas dos oficiais da Polícia, da Guarda Nacional, do Exército e da Armada, terão de representar aos respectivos chefes de estado-maior, aos comandantes de cada uma das corporações designadas, contra os soldados que não lhe fizerem continência na rua e em outros lugares públicos! (BARRETO, 1961c, p. 39)

Nos dois trechos o que se percebe é o conflito entre a mentalidade patrimonialista dos envolvidos (que parecem enxergar o exercício do cargo como uma aquisição de poder de mando que coloca ao seu dispor, para fins pessoais seus e de seus familiares, os bens públicos) e a mais impessoal de Lima Barreto, que separa com clareza público e privado. O autor não pede senão o cumprimento da lei, para que a administração se torne mais impessoal e não dê privilégios, já que da forma como estava ela contribuía para aumentar a desigualdade.

Por outro lado, é interessante também observar, nestes dois trechos, os recursos ao ridículo, à ironia e ao exagero, que comentamos no final da primeira parte deste capítulo (item 3.1.4). Eles têm, aqui, um claro objetivo de crítica e se expressam, no primeiro trecho, em palavras como pequenote, pimpolho e carinhosamente. No segundo trecho, é o exagero que nos revela o absurdo da singela notícia de jornal: Lima Barreto leva a lógica dela ao extremo, ampliando-a para diversos outros funcionários e criando no leitor a indignação com uma situação rotineira. Além disso, o leitor se identifica com o autor por partilhar dessa indignação, surgindo nele uma sensação de proximidade com o escritor.

Nessa mesma linha de crítica aos privilégios que o patrimonialismo concedia, é bastante comum na obra do autor a crítica à obtenção de cargos públicos por critérios que não eram meritocráticos – como o favor ou os célebres pistolões. Um exemplo disso em *Coisas do Reino do Jambon* aparece na crônica *A Poliantéia das Burocratas*, de 1921. Nela, Lima Barreto diz que as mulheres não podiam, de acordo com a lei, se tornar funcionárias públicas – exceto em certos cargos em que artigos explícitos afirmavam que isso era possível. Apesar disso, um ministro entendeu que, à última hora, devia inscrever em concurso para sua repartição uma moça que, da mesma forma, se apresentara à última hora. O autor critica a postura desse ministro por duas razões:

1ª: um ministro não tem competência para decidir sobre semelhantes assuntos, isto é, equiparação dos direitos do sexo feminino ao masculino; 2ª: se ele resolveu no caso vertente, essa equiparação, à última hora, devia para mostrar isenção de ânimo, prorrogar a inscrição, a fim de que se apresentassem outras candidatas, tanto mais que, na data e durante a publicação do respectivo edital, não se admitia tal equiparação. (...)

O que se está fazendo com esse feminismo bastardo, burocrático, é uma coisa de momento, clandestina, para servir a amigos (BARRETO, 1961c, p. 61 e 64)

Lima Barreto tem sempre em mente, ao analisar casos de pessoas que foram favorecidas por arranjos como esse, aquelas que são prejudicadas por eles. Assim é

que ele lembra, nessa crônica, as outras candidatas que teriam se inscrito caso soubessem a tempo que isso era possível. É com tristeza que ele vê, desta vez no *Diário Íntimo*, um outro caso em que critérios pessoais dificultavam a obtenção de um emprego público:

o Belo, primeiro oficial, que foi do gabinete do Benjamim, contou-me que a nomeação do Hemetério (é um negro), para professor do Colégio Militar, foi sustada na gaveta por ordem do Lauro Sodré, que sempre lhe recomendava ao ele ir lhe pedir para expedir, que esperasse, que esperasse.

É singular que fazendo eles a República, ela não fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro.

É singular essa República. (BARRETO, 1961e, p. 82)

A discriminação, portanto, de um lado, e essa lógica do favorecimento a amigos e familiares de outro contribuía para criar na sociedade uma busca pela amizade das “pessoas de sociedade”, que poderiam ajudar na obtenção de uma colocação, e um desprezo mútuo entre os cidadãos. Não era à toa que Lima Barreto condenava essas práticas: ao reproduzir a discriminação, elas impediam a realização dos ideais de solidariedade e igualdade do escritor.

Outro aspecto, ligado a esse, que a obtenção de cargos públicos por critérios não meritocráticos assume em Lima Barreto é a realização de reformas nos órgãos públicos com o objetivo de criar mais cargos para os amigos, familiares e protegidos em geral. Em *Coisas do Reino do Jambon* ela aparece na crônica *Novas Reformas*, de 1915. Nela, o autor afirma que a nossa administração pública se caracteriza pelas reformas; não há novo ministro que não planeje uma, muito oposta à de seu antecedente, e com a qual vai “salvar” sua pasta. E continua:

Eles sempre têm por escopo economias, mas acontece que todas as reformas que eles fazem, aumentam as despesas. O motivo? É simples: querem dar lugares a amigos e, para isso, põem os funcionários velhos adidos e nomeiam os seus apaniguados para os lugares das repartições que criam. (BARRETO, 1961c, p. 103)

Na sequência da crônica o escritor faz troça de uma reforma que se estava preparando para o Ministério da Guerra, evidenciando a superficialidade dela ao afirmar que “meia dúzia de sábios nessas coisas de reformas” trabalhava nela, e que havia suspeitas que o nome de certas repartições seria mudado para títulos mal traduzidos do francês. E conclui: “Este governo que se deve querer coerente, não poderá permitir semelhante coisa, a menos que não queira cair no máximo ridículo.” (BARRETO, 1961c, p. 104) Mais uma vez, portanto, o autor critica por meio do ridículo, evidenciando o vazio existente nas pretensões de reformas modernizadoras (com a costumeira observação do modelo europeu, particularmente o francês) que na essência eram guiadas por e mantinham o espírito patrimonialista.

3.2.2 “Os Bruzundangas”

Os Bruzundangas – sátira, publicada postumamente em 1923, é também uma obra de crítica, em que o leitor identifica com facilidade o Brasil da época na República dos Bruzundangas que Lima Barreto cria. O livro é dividido em duas partes: a primeira traz textos curtos e independentes, divididos em capítulos, sobre a Bruzundanga, que o autor teria visitado. A segunda, bem menor, intitulada *Outras Histórias dos Bruzundangas*, traz textos que foram publicados em jornal, sem divisão de capítulos. De acordo com o *Prefácio* do livro, o objetivo de escrever sobre a Bruzundanga é alertar, através da discussão dos males sócio-políticos maiores e exacerbados de lá, para os nossos – pequenos em comparação. Também aqui, portanto, é o desejo de crítica, de destruir pelo ridículo e pelo exagero, que leva o escritor à ficcionalização.

Para compreendermos melhor a dinâmica dessa obra, vejamos o capítulo VIII – *A Constituição*. Depois de discorrer sobre a Constituinte da Bruzundanga, Lima Barreto menciona algumas das disposições originais que a Constituição estabeleceu. A exigência principal para ser ministro, por exemplo, era que o candidato não entendesse nada da pasta que ia gerir. Os deputados, por sua vez, não deviam ter opinião alguma – a não ser a dos governadores das províncias que os elegiam. Mais interessante para a nossa discussão, porém, é o fato de que as populações só podiam escolher, para seus governantes, “entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou

por afinidade.” (BARRETO, 1961k, p. 85) Além disso, o autor afirma que havia artigos muito bons, como o que determinava a não acumulação de cargos remunerados; mas, logo,

surgiu um deputado prudente que estabeleceu o seguinte artigo nas disposições gerais: “Toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da “situação” ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação no caso”. (BARRETO, 1961k, p. 86)

Este capítulo é interessante, por um lado, por exemplificar o que dissemos sobre o *Prefácio* do livro, mostrando uma forma de crítica que é típica de Lima Barreto: o exagero de aspectos da realidade. Para isso, ele cria um país fictício, em que os problemas brasileiros aparecem exacerbados e mesmo irrealistas. Por outro lado, o trecho mostra que na Bruzundanga não há mais a oposição entre um mundo real e um formal, legal, a que nos referimos no primeiro e no segundo capítulo. Lá, a lógica pessoal não apenas dita as regras de fato: ela foi incorporada às leis, que dizem claramente qual é o espaço que ela tem nessa sociedade.

Em *A política e os políticos da Bruzundanga* o escritor critica o uso da administração pública para fins privados, com a concessão de empregos a parentes e o esquecimento dos reais propósitos do Estado. Segundo ele, os homens no poder tratam não de atender às necessidades da população ou de resolver os problemas vitais dela, mas de enriquecerem a si e a seus descendentes e colaterais. Por isso

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos. (BARRETO, 1961k, p. 68)

A política de conciliação do governo central com esses “chefões políticos” e o patrimonialismo que invadia o Estado ficam claros também em *Um Ministro*, quando

Lima Barreto diz a respeito dos donos de latifúndios: “Todos eles são políticos, senão de destaque, ao menos com influência nos lugares em que têm as suas fazendas agrícolas; e, apoiados na política, fazem o que querem, são senhores de baração e cutelo, eles ou os seus prepostos.” (BARRETO, 1961k, p. 98)

Essas críticas que aparecem de modo mais geral em *Os Bruzundangas* surgem mais específicas e particulares em dois romances do autor: *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Numa e a Ninfa*. No primeiro, isso acontece quando Quaresma se muda para o sítio. Depois de se recusar a ajudar o Doutor Campos, presidente da Câmara, nas eleições, o protagonista recebe uma carta do Município que o intima a roçar e capinar os limites de seu sítio que confrontassem com as vias públicas. Pouco tempo depois, um soldado da polícia lhe traz uma carta da Coletoria que o intima a pagar quinhentos mil-réis de multa por ter enviado produtos de sua lavoura sem pagamento dos respectivos impostos.

Em *Numa e a Ninfa* o protagonista, Numa, lembra-se da infância e dos problemas que seu pai tinha no trabalho:

Recordou-se bem da casa de seu pai, das suas dificuldades, das suas ânsias e sobressaltos para se prevenir contra os chefes políticos que lhe queriam sempre arrebatá-lo o emprêgo. Subia um partido, descia outro; os Castriotos reconciliavam-se com os Cíceros; os Cíceros deixavam os Castriotos e iam para os Coimbras; e sempre seu pai tinha que adivinhar essas marchas e contramarchas, essas reconciliações e separações, para manter o seu emprêgo, sem poder abster-se, obrigado a tomar partido para a sua própria segurança. (BARRETO, 1961j, p. 41)

Nos dois casos, vemos um poder estatal que não é isento, mas sim usado como parte do mecanismo de poder de grupos. Assim é que quando Quaresma se recusa a um alinhamento político com o Doutor Campos, portanto não cooperando para os objetivos pessoais dele, o Doutor Campos utiliza, para uma vingança pessoal, o poder que ele tinha como Presidente da Câmara. O pai de Numa, por sua vez, consciente do caráter patrimonialista de seu cargo, é obrigado, para mantê-lo, a exercê-lo de forma parcial, favorecendo os que detinham o poder no momento.

Também é interessante notar que nos quatro últimos trechos que mencionamos de Lima Barreto (os das páginas 68 e 98 de *Os Bruzundangas*, o de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e o de *Numa e a Ninfa*) o conteúdo da crítica é bastante semelhante – mas a forma de fazê-la varia. Os dois trechos de *Os Bruzundangas* apresentam críticas bastante diretas e mais gerais; nos dois seguintes temos essas situações que são criticadas nos dois primeiros particularizadas, surgindo como complicadores da vida de personagens ficcionais diversos e originando reações diferentes por parte de cada um deles. O problema da dominação no interior do país por “chefões políticos”, porém, é um só, e atinge a todos. Fica clara, aqui, uma das características da forma de escrever de Lima Barreto que mencionamos na primeira parte deste capítulo: ele vai do geral ao particular e vice-versa, retratando as conseqüências que problemas políticos e sociais de sua época tinham para a vida de indivíduos por meio da criação ficcional.

Lima Barreto cria ainda em sua obra o que poderíamos chamar de o burocrata ideal. É aquele que sabe como deve agir na sociedade para obter promoções sem trabalhar muito. Em *Os Bruzundangas* há duas passagens que, embora não apresentem personagens, esboçam esse burocrata ideal por meio de sugestões de conduta. A primeira está na segunda parte do livro, em *Lei de Promoções (Crônica militar)*. Nela, o autor afirma que o que regulava as promoções no Exército, na Armada, na polícia e na Guarda Nacional era o arbítrio, o capricho. E continua:

O mais relevante conhecimento exigido, para as promoções de acordo com esse processo empírico, é o de uma perfeita sabedoria nas marcas de papel de ofícios, de grampos, colchetes e alfinetes, para papéis. (...)

Em caso de merecimento igual, entre os candidatos, promovido será o que tiver o melhor “pistolão”.

Para isso, o oficial precavido não se deve afastar da capital do país; e, nela, sempre cultivar a amizade de poderosos políticos e pessoas de seu amor e amizade. (BARRETO, 1961k, p. 185)

O segundo trecho está no capítulo IX, *Um mandachuva*, e vai na mesma linha do primeiro – embora se refira à política. O autor afirma que os deputados e senadores

precisam atender aos capatazes políticos das localidades das províncias. Estes últimos geralmente indicam para os primeiros postos políticos seus filhos, seus sobrinhos e, de preferência, seus genros:

A ternura de pai quer sempre dar essa satisfação à vaidade das filhas.

O futuro chefe do governo da Bruzundanga começa a sua carreira política pela mão do sogro, e, relacionando-se com os bonzos de sua província, se é esperto e apoucado de inteligência e saber, faz-se ainda mais. (BARRETO, 1961k, p. 91)

É isso o que acontece com o deputado Numa Pompílio de Castro, protagonista de *Numa e a Ninfa*. De origens mais humildes, ele se casa com Edgarda, a filha do Cogominho, que era chefe político de um estado. Ao que tudo indica ele é também, para usar o termo de Lima Barreto, “apoucado de inteligência e saber”: obtém o cargo graças ao sogro, mas não se destaca na Câmara – até o dia em que lê um discurso que sua mulher escreve para ele.

Numa, porém, é político; o melhor exemplo desse burocrata ideal talvez seja Genelício, namorado e depois marido de Quinota, uma das filhas do general Albernaz em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. No início do romance é apresentado como empregado do Tesouro com menos de trinta anos e já no meio da carreira. Ameaçava ter um grande futuro:

Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e superiores de todo o incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vezes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta. Acompanhava-o, conversava com ele sobre o serviço, dava pareceres e opiniões, criticava este ou aquele colega, e deixava-o no bonde, se o homem ia para casa. Quando entrava um ministro, fazia-se escolher como intérprete dos companheiros e deitava um discurso; nos aniversários de nascimento, era um soneto (...).

O modelo era sempre o mesmo; ele só mudava o nome do ministro e punha a data. (BARRETO, 1997a, p. 54 e 55)

Com isso, atraía a atenção para o seu nome: no dia seguinte, os jornais contavam o que acontecera e publicavam o soneto. Graças a manobras como essa, Genelício fora promovido duas vezes em quatro anos e trabalhava para sê-lo novamente. Outra estratégia que ele usava era publicar nos jornais, de vez em quando, longos artigos sobre contabilidade pública, a fim de mostrar aos ministros e diretores que tinha uma erudição superior. De acordo com o narrador, eram “meras compilações de bolorentos decretos, salpicadas aqui e ali com citações de autores franceses e portugueses.” (BARRETO, 1997a, p. 55) Além disso, tinha um caderninho com os endereços e datas de aniversário das pessoas importantes e de seus parentes. Ao fim do livro, encontramos Genelício saindo de uma missa de sétimo dia da irmã da sogra do deputado Castro, já subdiretor e planejando um livro que poderia lhe dar o cargo de diretor. Policarpo Quaresma está preso, e Ricardo Coração dos Outros pede a Genelício que use de sua influência para que ele seja solto. A princípio ele não reconhece Ricardo, já que tinha péssima memória das fisionomias humildes; quando é informado do que ele deseja, porém, responde secamente: “- Não me meto nessas coisas, meu amigo; o governo tem sempre razão. Passe bem.” (BARRETO, 1997a, p. 258)

Enquanto em *Os Bruzundangas* encontramos uma crítica a essa lógica pessoal na política e na burocracia que, apesar de passar pela ironia, é mais direta, nos dois romances essa mesma crítica aparece por meio de personagens ficcionais que, conscientes da predominância dessa lógica no mundo em que vivem, a adotam e agem de acordo com ela. Ao fazer isso, obtêm sucesso, em conformidade com a epígrafe de *Triste fim de Policarpo Quaresma*: é uma citação de Renan que afirma que na vida real o homem plenamente realizado é muito frequentemente menos bem sucedido que aquele que é movido pelo egoísmo e pela rotina vulgar.

Antes de passarmos à análise de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, gostaríamos de discutir um último aspecto da questão do funcionário público presente na obra de Lima Barreto que não se encontra nas três obras que analisamos. Ele diz respeito ao tratamento diferenciado dos cidadãos por parte dos policiais. Há três

exemplos interessantes disso. O primeiro é apenas uma insinuação de que esse tratamento diferenciado existe. O personagem Cassi, do romance *Clara dos Anjos* (1961), está na prisão e se afeiçoa a Lafões, um colega de cela. Algum tempo depois, Cassi diz a Lafões: “Mande o soldado falar ao meu chefe político: e ele vai interessar para seres solto.” (BARRETO, 1961b, p. 70)

Esse procedimento se aproxima do que já discutimos aqui: permanecer ou não na prisão dependia muito, na época, de quem se conhecia. Isaías Caminha também é preso, e o delegado procura saber se ele não tem relações no Rio de Janeiro:

- O meu conhecimento mais íntimo é o do doutor Ivã Gregoróvitch Rostóloff – conhece?

- Oh! Como não? Um jornalista, do O Globo, não é? (...) Por que não me disse logo? Quando se está em presença da polícia, a nossa obrigação é dizer toda a nossa vida, procurar atestados de nossa conduta, dizer os amigos, a profissão, o que se faz, o que se não faz... (...) Vá-se embora, disse-me ele por fim, e procure mudar-se daquele hotel quanto antes... Aquilo é muito conhecido... Os furtos se repetem e os ladrões nunca aparecem. (BARRETO, 2006, p. 67)

A forma como Isaías foi tratado, portanto, mudou radicalmente: inicialmente, desconfiava-se que ele fosse o autor dos roubos, em virtude não de evidências concretas, mas de sua cor de pele e de sua origem social; num segundo momento, ao descobrir que Isaías conhecia um jornalista, o delegado se esforça por tratá-lo melhor e o liberta. Nos dois casos, porém, não se observa a prática de procedimentos universais e impessoais.

O último exemplo está no romance *Numa e a Ninfa*. Zeca Boneco, renomado ladrão e assassino que fazia parte do bando do Totonho, era frequentemente preso e em seguida solto pelo doutor Campelo ou por Totonho. Quando, porém, ele mata a facadas um cocheiro que se recusara a lhe dar dinheiro, a população o persegue e mata a tiros quase em frente ao palácio do Catete. O fato e as proezas não punidas de Zeca Boneco, ao lado da frouxidão das autoridades em apurar seu assassinato, foram discutidos nos jornais e tiveram vasta repercussão, causando na população uma

sensação de insegurança. Este caso, mais drástico que os anteriores, é interessante por mostrar as conseqüências extremas que o sistema coronelista podia trazer, e os riscos em que o fraco poder policial colocava a população em geral, à mercê do poder privado mesmo na capital da República e quase em frente à sede do Poder Executivo. Por outro lado, escancara as bases patrimonialistas em que se assentava a modernização do país e da cidade do Rio de Janeiro, denunciando mais uma vez a existência simultânea de um país real e de um país legal.

3.3 “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”

Nesta terceira e última parte do capítulo nos voltaremos para o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, publicado em 1919 mas, de acordo com Francisco de Assis Barbosa (2002), escrito muito antes, em 1909, junto com *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São dois os personagens principais do romance: Gonzaga de Sá e Augusto Machado. Este último é também o narrador e declara, na *Explicação Necessária* no começo do livro, que pretende escrever as biografias dos amanuenses, dando nessa obra subsídios para uma. Na *Advertência* que antecede essa *Explicação Necessária*, porém, Lima Barreto afirma discordar da classificação de biografia que seu antigo colega de escola e, depois, de ofício, Augusto Machado, deu à obra. Isso por dois motivos principais: primeiro, não há nela a rigorosa exatidão de dados e datas e a explicação minuciosa de certas passagens da vida de Gonzaga de Sá (que é, supostamente, o biografado). Além disso, com frequência Augusto Machado trata mais de si que de Gonzaga de Sá.

Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá não é, é claro, uma biografia. Talvez seja melhor defini-la como um romance que narra a convivência entre dois homens, ambos pequenos funcionários públicos. Escolhemos esse romance para uma análise mais detida por ele apresentar muitas das nuances que a questão do funcionário público assume em Lima Barreto. Embora seja esse o foco principal, procuraremos também realizar um estudo mais amplo do romance e dos dois personagens principais – não só

para dimensionar essa questão na obra, sem subestimá-la ou superestimá-la, mas também para mostrar que a burocracia pode ser uma chave interpretativa para uma compreensão mais global do romance. Isso porque nos parece que as atitudes e pensamentos dos dois personagens principais em seus trabalhos podem ser consideradas exemplares de suas formas de agir e pensar sobre o mundo em geral.

No final deste capítulo procuraremos ainda comparar Gonzaga de Sá e Augusto Machado a Belmiro. De um ponto de vista mais geral da constituição do romance, podemos adiantar que esta é provavelmente a obra de Lima Barreto que mais se aproxima de *O Amanuense Belmiro*: além de ser também narrada em primeira pessoa, é, como o livro de Cyro dos Anjos, um romance que se volta para fatos e reflexões do cotidiano, em que pouco acontece. Osman Lins diz até que em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* as personagens são “menos propensas a agir que a refletir” (LINS, 1976, p. 112), característica de Belmiro que procuramos salientar no primeiro capítulo.

Além disso, da mesma forma que em *O Amanuense Belmiro*, partiremos em muitos momentos do primeiro capítulo do romance para compreender certas características dele e dos personagens, em parte porque no romance de Lima Barreto, também, o primeiro capítulo revela muito do narrador e da totalidade do romance. Veremos um desses aspectos agora.

Ele diz respeito à importância da cidade do Rio de Janeiro no romance. Grande parte das conversas dos dois amigos se passam em andanças pela cidade, em que Gonzaga de Sá, bem mais velho que Machado, relembra o Rio de Janeiro de seu passado. Se por um lado a cidade pela qual caminham traz material para suas conversas e reflexões, por outro lado essas conversas e reflexões também modificam a visão que eles, particularmente Machado, têm da cidade. Vejamos como essa questão surge no primeiro capítulo. Augusto Machado narra a morte de Gonzaga de Sá, que se deu no final de uma tarde que os dois passaram juntos. Eles tinham combinado se encontrar no terraço do Passeio Público, “para ver certo matiz verde que o céu toma, às vezes, ao entardecer” (BARRETO, 1997b, p. 20). Augusto Machado chega antes, e senta-se para apreciar a paisagem. Quando ele vê as palmeiras pensativas da Glória,

passa também a pensar e a rememorar sua vida, estabelecendo analogias entre ela e o ambiente que o cerca:

Diante da Serra dos Órgãos, (...) aprendi a desprezar as fofas coisas da gente de consideração e a não ver senão a grandeza de suas inabaláveis agulhas que esmagam a todos nós.

Fui bom e tolerante como o mar da Guanabara, que recebe o bote, a canoa, a galera e o couraçado; e, como ela, tranqüila sob a proteção de montanhas amigas, fiz-me seguro à sombra de desinteressadas amizades.

Quis viver muito, tive ímpetos e desejos, nas suas manhãs claras de maio, mas o sol causticante do seu verão ensinou-me (antes que M. Barrès mo dissesse) a sofrer com resignação e a me curvar aos ditames das coisas, sempre boas, e dos homens, às vezes maus.

Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim! (BARRETO, 1997b, p. 22)

A citação é interessante por mais de um motivo. Ela mostra a relação que Machado estabelece com a cidade: ao se identificar com ela, ele a modifica e é modificado por ela. Por outro lado, a referência à melancolia e a identificação com elementos do ambiente que mudam lentamente (como as palmeiras e as montanhas) já anunciam o tom lento e reflexivo que dominará o romance e os personagens e que contribui para tornar essa obra, nas palavras do próprio escritor, “um tanto cerebrino, (...) muito calmo e solene” (BARRETO, 1961d, p. 169).

Além disso, o trecho dá pistas para compreendermos a relação de Augusto Machado também com seu trabalho. Parece muito pouco provável, quando lemos essa reflexão dele, que ele aja no funcionalismo público como Genélício, personagem de *Triste fim de Policarpo Quaresma* que analisamos na terceira parte deste capítulo e cujas principais características são a bajulação dos superiores, o desprezo pelos humildes e o esforço para subir na hierarquia burocrática através de uma aparência de sabedoria e conhecimento. Augusto Machado, pelo contrário, se coloca em oposição à gente de consideração e vê através das “fofas coisas” dela, percebendo a injustiça e a

desigualdade do mundo que o cerca e se colocando entre os que são esmagados por essa gente. Ele também se diz bom e tolerante e declara prezar as amizades desinteressadas. Desta última parte ao menos o romance dá provas: no serviço público, ele se aproxima de colegas que não são superiores a ele na hierarquia e que pouco poderiam fazer para ajudá-lo a obter uma promoção. É o caso de Gonzaga de Sá, amanuense da seção de Alfaias, Paramentos e Imagens na Secretaria dos Cultos, e dos amigos que Machado encontrava no café Papagaio: o grupo do “Esplendor dos Amanuenses”. Estes últimos tinham suas horas de maior satisfação e prazer em volta da mesa do café Papagaio, conversando e bebendo café, “entre o enfado da repartição e as agruras de lares difíceis.” (BARRETO, 1997b, p. 63)

3.3.1 O funcionário público

Embora Gonzaga de Sá esteja prestes a se aposentar e Augusto Machado esteja começando sua carreira, são muitas as afinidades de pensamento entre os dois. Suas reflexões sobre o funcionalismo público não são exceção: em geral ambos o analisam e criticam com um misto de indignação e ironia. Vejamos um exemplo. Augusto Machado fala sobre o diretor geral dos Cultos Católicos, o Barão de Inhangá, chefe de Gonzaga:

Homem inteligente, mas vadio, nunca entendera daquilo nem de coisa alguma. Entrara como chefe de Seção e durante as horas de expediente o seu máximo trabalho era abrir e fechar a gaveta da sua secretária. Foi feito diretor e, logo que se repimpou no cargo, tratou de arranjar outra atividade. Em falta de qualquer mais útil aos interesses da pátria, o barão fazia a toda hora e a todo o instante a ponta no lápis. Era um gasto de lápis que nunca mais se acabava; mas o Brasil é rico e aprecia o serviço de seus filhos. (BARRETO, 1997b, p. 45)

Na mesma linha de crítica, Gonzaga de Sá diz que o Barão do Rio Branco estava

fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para a sua época. (...)

- Este Juca Paranhos (era outro modo de ele tratar o barão do Rio Branco) faz do Rio de Janeiro a sua chácara... Não dá satisfação a ninguém... Julga-se acima da Constituição e das leis... Distribui o dinheiro do Tesouro como bem entende... (...) Mora em um palácio do Estado, sem autorização legal; salta por cima de todas as leis e regulamentos para prover nos cargos de seu ministério os bonifrates que lhe caem em graça. (BARRETO, 1997b, p. 39 e 40)⁷

No conteúdo, portanto, as críticas dos dois personagens se voltam para o uso de patrimônio do Estado para fins privados e para a falta de racionalização no serviço público necessária para que ele atingisse o fim de tornar melhor ou mais fácil a vida de seus cidadãos.

Há ainda outros tipos principais de crítica à burocracia nesse romance. O primeiro se dá através da criação de órgãos absurdos, comum na obra do autor⁸ e que em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* aparece na Secretaria dos Cultos, onde Gonzaga de Sá trabalha, e que é apresentada pelo narrador com boa dose de sarcasmo:

Pouca gente conhece a Secretaria dos Cultos e tem notícia dos seus serviços. É de admirar que aconteça isso, porquanto,

⁷ A crítica ao Barão do Rio Branco é recorrente na obra de Lima Barreto, em geral pelos motivos elencados por Gonzaga de Sá. Na crônica *Os próprios nacionais*, de 1914, publicada em *Vida Urbana*, por exemplo, ele critica os funcionários que moram, contra a lei, em prédios públicos, e afirma que o maior escândalo dessa ocupação indébita foi dado por Rio Branco, que sem autorização legal transformou o palácio do Itamarati em sua residência. Já em *Carta Aberta*, de 1917, o escritor se dirige a Hélio Lobo, afirmando que Rio Branco o nomeara amanuense da Secretaria do Exterior sem concurso, pelo retrato e graças a parentes importantes. Nessa crônica Lima Barreto se diferencia de Hélio Lobo, afirmando-se “amanuense por concurso, e brilhante, sem favor, nem humildade” (BARRETO, 1961g, p. 202). Por fim, em *Os Bruzundangas*, essas mesmas críticas feitas por Gonzaga de Sá ao Barão do Rio Branco são dirigidas ao Visconde de Pancome, ministro dos Estrangeiros na Bruzundanga. Ao ser empossado nesse cargo, a primeira coisa que o Visconde de Pancome faz é “acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele.” (BARRETO, 1961i, p. 80)

⁸ A crônica *O repórter e o júri*, por exemplo, de 1919 (publicada em *Coisas do Reino do Jambon*), apresenta ao leitor um funcionário da Inspetoria contra os Gafanhotos. Em *O Poderoso doutor Matamorros* (crônica de 1919 que faz parte de *Coisas do Reino do Jambon*), encontramos um diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, que obteve o cargo graças à influência de parentes e cujo trabalho consistia em mandar compilar relatórios sobre estações famosas de águas medicinais do mundo, assiná-los e mandá-los ao ministro. Já em *Os Bruzundangas* é apresentado um caso ainda mais absurdo: um papagaio se torna arauto d’armas da Secretaria de Estado de Mesuras e Salamaleques da República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

penso eu, se há secretaria que deve merecer o respeito e a consideração da nossa população é a dos Cultos.

Num país em que, com tanta facilidade, se fabricam manipansos milagrosos, ídolos aterradores e deuses onipotentes, causa pasmo que a Secretaria dos Cultos não seja tão conhecida como a da Viação. Há, entretanto, nela, nos seus registros, muita coisa interessante e digna de exame. (BARRETO, 1997b, p. 18 e 19)

Augusto Machado conhece Gonzaga de Sá quando vai a essa Secretaria pela primeira vez, a trabalho, e o encontra informando muito seriamente ao vigário de Sumaré o número de setas que deveria ter a imagem de São Sebastião. O trabalho que o leva até lá é o caso de salvas devidas a um bispo, ainda mais absurdo que a própria existência da Secretaria dos Cultos.

O bispo de Tocantins entrara, a bordo de um navio, no porto de Belém e recebera apenas dezessete tiros de salva. Ele reclamou, afirmando que o correto seriam dezoito tiros, e citou textos e leis que fundamentavam sua opinião. Essa reclamação inicia então uma espécie de jornada burocrática, sendo analisada por várias repartições de diferentes ministérios. A princípio o ministro dos cultos a envia à sua Secretaria, que apresenta um longo texto a respeito, com direito a informações históricas e do direito canônico mas sem nada resolver sobre o caso. Em seguida, ela segue para o Ministério do exterior e para a “linda repartição das delicadas coisas internacionais”, onde se procura estabelecer a equivalência entre os sacerdotes das diversas religiões a fim de melhor compreender as praxes a esse respeito nos outros países. Por fim, quando a questão parecia insolúvel, ela é encaminhada para o Ministério da Guerra, que emite um parecer declarando que cabia em tais casos uma salva de dezessete tiros com canhões de quinze e um tiro com canhão de sete e meio. Augusto Machado diz sobre essa decisão:

Era, além de salomônico, matemático, ou ambas coisas juntas, pois, com dezoito disparos, se tinham dezessete tiros e meio, satisfeito o prestígio do governo e os melindres do prelado.

Essa resolução foi tomada depois de serem ouvidas as grandes repartições técnicas do ministério, cujo saber foi no caso incalculável. (BARRETO, 1997b, p. 18)

É este um outro tipo de crítica à burocracia que encontramos no romance, por meio da costumeira ironia: a crítica às minúcias perseguidas pela burocracia, em detrimento de assuntos que poderiam contribuir mais para a melhoria da vida dos cidadãos. Gonzaga de Sá também parece perceber isso. O caso das salvas ao bispo origina novas indagações e Augusto Machado é mandado à Secretaria dos Cultos para saber se Sua Eminência era considerada autoridade eclesiástica nacional ou estrangeira, e quantas salvas deveria receber. Gonzaga de Sá

considerou bem o caso; e, em breve, sorrindo com a sua úmida boca de moça, perguntou-me:

- Porque não se ouve a Secretaria da Propaganda, em Roma?

Logo, porém, tomando da pena (...) pôs-se a informar com a solenidade requerida. Fora tão rápida a passagem de uma atitude à outra, e os gestos revelaram-me tão bem as suas duas pessoas, que senti imediatamente como se escondia sob aquelas formalidades passageiras a palpitação moça de uma inteligência livre, que se adaptara superiormente ao feitio espiritual de sua terra e à sua própria fraqueza de gênio prático. Foi verdadeiramente daí que nasceram as nossas relações. (BARRETO, 1997b, p. 46)

Caso extremo dessa preocupação irracional com minúcias burocráticas é o do doutor Xisto Beldroegas, bacharel em direito e colega de repartição de Gonzaga de Sá. Augusto Machado nos conta que esse funcionário era o depositário das tradições contenciosas da Secretaria dos Cultos. Além disso, apaixonado pela legislação cultural do Brasil, vivia obcecado com avisos, portarias, decretos e leis. Sobre ele, Augusto Machado diz:

Gonzaga de Sá contava coisas bem engraçadas do seu colega bacharel. Notava muito a sua necessidade espiritual da fixação, da resolução em papel oficial de tudo e todas as coisas. Beldroegas não podia compreender que o número de dias em que chove no ano não pudesse ser fixado; e se ainda não o estava,

em aviso ou portaria, era porque o congresso e os ministros não prestavam. (...)

Apesar de enfrontado na legislação, não tinha uma idéia das suas origens e dos seus fins, não a ligava à vida total da sociedade. (...) Para o doutor Xisto Beldroegas, a lei era ofensiva, inimiga da parte. Ninguém tinha direito em presença dela; e todo pedido devia ser indeferido, não logo, mas depois de mil vezes informado por vinte e tantas repartições, para que a máquina governamental mais completamente esmagasse o atrevido. (BARRETO, 1997b, p. 87)

No personagem Xisto Beldroegas a crítica se volta, por um lado, para essa burocracia de minúcias que esquece o papel humano do funcionário e faz com que ele se perca em detalhes que pouco contribuem para a melhoria social e a felicidade geral dos homens. Por outro lado, ela é direcionada também ao desejo de Xisto Beldroegas de prever todas as possibilidades, esquecendo que a vida é incerta e que muito depende do acaso. É possível perceber nesse trecho, ainda, a crítica usual de Lima Barreto ao poder que discrimina e afasta os homens, favorecendo a desigualdade entre eles e impedindo a realização de uma solidariedade humana.

3.3.2 Similaridades

As semelhanças e afinidades de pensamento entre Gonzaga de Sá e Augusto Machado não se limitam, porém, à burocracia. Para explicar melhor isso, nos permitiremos citar aqui um trecho de uma crônica de Lima Barreto (*Casos do júri*, de 1919) em que ele critica o serviço público:

O Estado tem a virtude de imbecilizar todos os seus empregados, tirando-lhes toda a iniciativa intelectual, castrando-os mentalmente, com a minuciosidade de seus regulamentos, avisos, portarias, etc., etc. A natureza apresenta exceções a quase todas as leis científicas e paradoxos a aberrar de todas as previsões; mas o Estado não se inspira na natureza e julga poder prever todos os casos com uma chusma de leis, decretos, regulamentos, avisos, portarias, memorandos, etc. (BARRETO, 1961j, p. 191)

Deixando de lado a proximidade que essa crítica tem com a figura do Doutor Xisto Beldroegas, sobretudo a segunda parte dela, queremos nos voltar para a idéia de que o serviço público tira a iniciativa intelectual de seus funcionários. Augusto Machado também fala sobre isso. Segundo ele, há no Brasil muita gente que tem aptidões intelectuais que ainda não são apreciadas pelo público brasileiro; ele se refere particularmente às ciências humanas. Se pobres, os que nascem “tão desgraçadamente dotados” procuram o funcionalismo:

Em começo, procuram-no com o fim de manter a integridade do seu pensamento, de fazê-lo produzir, a coberto das primeiras necessidades da vida; mas o enfado, a depressão mental do ambiente, o afastamento dos seus iguais e o estúpido desdém com que são tratados, tudo isso, aos poucos, lhes vai crestando o viço, a coragem e mesmo o ânimo de estudar. Com os anos, esfriam, não lêem mais, embotam-se e desandam a conversar. (BARRETO, 1997b, p. 27)

Com Gonzaga de Sá, entretanto, isso não acontece: como sua reação ao caso das salvas (já citada aqui, em que ele responde sugerindo uma consulta à Secretaria da Propaganda em Roma) trazido por Augusto Machado indica, ele resistiu a essa depressão mental da Secretaria dos Cultos. Embora não tivesse nenhuma sabedoria excepcional, lia muito, de leituras árduas e difíceis a jornais obscuros de cidades do interior do Brasil e revistas francesas, e tinha opiniões próprias e singulares sobre o mundo em que vivia e sobre essas leituras. Mais tarde, Augusto Machado dirá de Gonzaga de Sá ainda que ele tinha uma memória muito plástica, de uma exatidão relativa mas criadora, sem securas de foral, de cartas de arrendamento ou sesmaria. Sem inclinação por esses documentos, Gonzaga de Sá “animava a narração pontilhando-a de graça, de considerações eruditas, de aproximações imprevistas.” (BARRETO, 1997b, p. 36) Aqui, novamente, Augusto Machado opõe as duas pessoas que era Gonzaga de Sá: o funcionário e o Gonzaga fora da repartição, que tinha essa inteligência livre que parece ser com frequência oprimida pelo trabalho burocrático.

Embora Augusto Machado descreva esse aspecto de seu amigo com mais detalhes em outros capítulos, a forma como ele relata o momento em que eles se

conhecem, no primeiro capítulo, já dá pistas para esse traço da personalidade de Gonzaga de Sá. Ele o descreve como um velho alto, com um longo pescoço de ave, com “certa macieza na voz grave, tendo uns longes de doçura e sofrimento no olhar enérgico” (BARRETO, 1997b, p. 19). E diz ainda: “vi logo nele um velho inteligente, de amplo campo visual a abranger um grande setor da vida; entendi-o ilustrado e de uma recalçada bondade.” (BARRETO, 1997b, p. 19)

O relato que ele faz da morte de Gonzaga de Sá, também nesse importante primeiro capítulo, mostra o mesmo. Os dois amigos passam a tarde juntos: encontram-se para observar aquele tom de verde que às vezes aparece no céu, conversam, em seguida voltam a pé para a casa de Gonzaga de Sá. Quando chegam ao jardim da casa dele, que “olhava para a Lapa, para a Glória, para a Armação, para Niterói”, Augusto Machado conta que ele “contemplou o mar insondável, abaixou-se para colher uma flor que me oferecera, mas caiu, e morreu.” (BARRETO, 1997b, p. 24) Antes de contar isso, Machado falara na importância de, para se compreender um homem, saber como ele morreu. Para exemplificar, ele lembrara lorde Bacon, cuja morte, a despeito da vida abjeta e cheia de vilania, fora bela: a fim de descobrir se a neve poderia preservar as carnes da putrefação, ele desceu da carruagem, em dia muito frio, para encher um frango de gelo com as próprias mãos. Por causa disso, o “ousado inovador, o filósofo do método experimental, o autor da grandeza científica e industrial de nossos dias” (BARRETO, 1997b, p. 20) resfriou-se e morreu. Ao narrar a morte de Gonzaga de Sá, Augusto Machado afirma querer ressaltar certas particularidades da bela obscuridade do amigo. E, de fato, essa morte parece implicar não apenas o amor pela cidade do Rio de Janeiro, suas construções antigas, seu relevo e sua vegetação, bem como uma aceitação tranqüila da morte, mas também essa inquietude intelectual que o acompanhou até o fim da vida e que o fazia observar o mundo ao seu redor, procurando entendê-lo e conversar sobre ele.

Mas falávamos, cerca de duas páginas atrás, nas semelhanças que existem entre Gonzaga de Sá e Augusto Machado. É provavelmente esse aspecto da inquietude intelectual que mais aproxima os dois. Isso fica claro, voltando uma última

vez a ela, naquela citação sobre a Secretaria da Propaganda em Roma: o momento em que Machado percebe em Gonzaga de Sá a existência dessa inteligência livre, que deseja sinceramente entender o mundo, é muito importante para o futuro da amizade dos dois. Machado diz até que foi verdadeiramente daí que ela nasceu. Além disso, o fato de Machado afirmar que a morte de lorde Bacon fora bela revela, também, o valor que essa característica de Gonzaga de Sá tem para ele. Ele próprio lê muito: já no primeiro capítulo Augusto Machado fala na importância que tiveram Taine, Renan, Swift, Flaubert, entre outros autores, em sua formação, fazendo com que ele compreendesse melhor o mundo e a si mesmo.

A auto-análise e a autocrítica também estão presentes nos dois personagens, como bem lembra Osman Lins. Ele cita um trecho de carta que Lima Barreto escreveu a Alberto Deodato em 1919 que explica bem isso: “O que falta no teu temperamento (...) é angústia, é dúvida, é o sentimento do infinito e da nossa humana pequenez; é também a interrogação dolorosa diante do teu destino e do dos outros, sobre o valor da vida.” (BARRETO, 1961d, p. 149)

Em Augusto Machado essa dúvida está sempre presente. Um bom exemplo disso aparece no capítulo IX: ele e Gonzaga de Sá estão em um bonde; enquanto observa a cidade que passa diante de seus olhos, Machado ouve as risadas fáceis de quatro amigos sentados próximos, um deles barrigudo, e pensa, se referindo à paisagem:

Um dia viria que tudo isso havia de fugir dos meus olhos... Por que não sou assim como aquele barrigudo senhor, inconscientemente animalesco, que não pensa nos fins, nas restrições e nas limitações? Longe de me confortar, a educação que recebi só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e, talvez, despeitos! Porque ma deram? Para eu ficar na vida sem amor, sem parentes e, porventura, sem amigos? Ah! Se eu pudesse apagá-la do cérebro! (BARRETO, 1997b, p. 65 e 66)

Gonzaga de Sá, bem mais velho, tem outras questões para si mesmo: ele avalia sua vida, sua opção pela obscuridade e pelo funcionalismo público. Augusto Machado

nos diz que seu amigo podia ter sido muita coisa, por ser filho de família influente, mas não quis: não se tornou doutor, não casou nem teve filhos, e nunca ocupou posições de destaque no serviço público. Ao fim da vida, ele tem dúvidas se essa foi a melhor escolha:

sofro em me sentir só; soffro em me ver que organizei um pensamento que não se afina com nenhum... Os meus colegas me aborrecem... Os velhos estão ossificados; os moços, abacharelados... Pensei que os livros me bastassem, que eu me satisfizesse a mim próprio... Engano! As noções que acumulei, não as soube empregar nem para a minha glória, nem para a minha fortuna... Não saíram de mim mesmo... Sou estéril e morro estéril... As palavras me faltam; as idéias não encontram expressões adequadas, para se manifestarem... Enfim, estou no fim da vida, e só agora sinto o vazio dela, noto a sua falta de objetivo e de utilidade (BARRETO, 1997b, p. 89).

3.3.3 Uma diferença

Augusto Machado e Gonzaga de Sá, assim, se parecem na relação que estabelecem com a cidade em que vivem, em suas opiniões sobre a burocracia, no desejo de entender o mundo, os homens e a si mesmos, no amor pelos estudos e pela literatura e até, por vezes, no tom irônico que domina suas críticas e conversas. Mas há uma oposição essencial entre os dois, notada por Osman Lins (1976). É no capítulo nove, ao lado do primeiro capítulo um dos mais significativos para a compreensão do romance, que essa oposição se apresenta mais claramente. Augusto Machado está no Café Papagaio, conversando com seus amigos, quando Gonzaga de Sá aparece para pedir a ajuda dele: o compadre de Gonzaga morrerá, e ele pede a Machado que o acompanhe ao velório, para ajudar a carregar o caixão. É Gonzaga de Sá quem traz sempre para o texto as reflexões sobre a morte, e, nos dois momentos no livro em que ela aparece concretamente (na morte desse compadre e na do próprio Gonzaga), isso também se dá por intermédio dele. Sua idade também o leva a pensar e conversar mais sobre isso – mas a grande diferença de idade entre os dois personagens, é claro, não existe por acaso no romance. Em contrapartida, quando se choca com essas reflexões

e esses acontecimentos trazidos por Gonzaga de Sá, Augusto Machado se volta para a vida e para a vontade de viver. É isso o que acontece enquanto se dirige com o amigo para o enterro do compadre:

E as mulheres passavam, moças ou velhas, feias ou bonitas, de todas as cores, roçavam-me, e nunca em meus olhos, nunca em suas faces eu vi tanto brilho, nunca as vi com aquele estranho fulgor, com aquela fascinação, com aquela força de absorção... A luz tinha mais doçura, as fachadas mais beleza, o calçamento não era áspero... E eu ia ver um morto!

Tomamos o bonde no largo de São Francisco. O veículo ia cheio. Viajei comprimido com volúpia, sofrendo aquele contato humano; dando-me bem ao absorver a maior porção de calor vital do meu semelhante próximo. (BARRETO, 1997b, p. 64 e 65)

Essa oposição surge ainda mais extremada durante o enterro, quando Augusto Machado conversa com uma moça que não conhecia, de nome Alcmena, e se sente atraído por ela. Depois que ela vai embora, ele se surpreende consigo mesmo: ele, tão “canhestro com as damas”, usara palavras doces e galanteios de forma natural e automática. E depois reflete novamente sobre a vida e a morte em termos de oposição:

era o cadáver que me impelia, que me empurrava para a moça; era sua mudez de fim que me ditava o único ato da minha vida capaz de fugir à lei a que ele se curvara. (...) pois tanto é forte em nós viver, que só em nós mesmos encontramos a razão e o fim da vida, sabendo nós que devemos continuá-la a todo transe, custe o que custar, em nós mesmos e nos nossos descendentes. (BARRETO, 1997b, p. 72)

Essa oposição se manifesta também, ainda seguindo o raciocínio de Osman Lins, no contraste entre luta e capitulação. Ele associa Augusto Machado à luta e Gonzaga de Sá à capitulação. Frente a uma estrutura social adversa aos delicados de alma, aos que refletem sobre o mundo e duvidam sempre de si mesmos e da vida, o romance parece oferecer duas alternativas: “isolar-se de uma vez, ocupando na sociedade o lugar mais silencioso, exíguo e insignificante; ou tentar abrir os muros, invadir o meio onde o recusam e clamar – dentro ou fora dos muros – contra o absurdo do próprio isolamento e do isolamento de outros. Luta ou capitulação.” (LINS, 1976, p.

116 e 117) Essas duas oposições (vida x morte e luta x capitulação) estão também presentes, como a maioria das características importantes do romance e dos dois personagens, já no primeiro capítulo. Os dois amigos observam um grupo de ingleses que passa apressado, e Gonzaga de Sá diz:

- Não posso suportar esses ingleses! Que pressa têm em andar! (...) Andem devagar, devagarinho... Não se corre nem para a morte a quem amo... (...)

Eu tinha vinte anos e um louco sonho de ser diretor. Arrepiaram-se-me os cabelos diante daquela invocação da morte... (BARRETO, 1997b, p. 23)

Esse curto trecho permite que nos encaminhem para as conclusões finais sobre o romance. Em primeiro lugar, ele traz essa oposição para o âmbito do funcionalismo público: da mesma forma que em vários outros aspectos das vidas dos dois personagens, eles pensam parecido, mas pretendem agir no mundo de forma diferente. Suas críticas à burocracia, como vimos, são muito próximas; mas enquanto Gonzaga de Sá fez uma opção pela obscuridade e pelo isolamento, e passou a vida rindo e se indignando sozinho com essas situações, Augusto Machado se agarra à vida e à luta e procura alternativas de ação que tornem a vida menos sofrida e menos inútil. Era nesse sentido que dizíamos, no início da análise do romance, que a burocracia, embora não seja tema dominante dele, é uma chave interpretativa pertinente: ela pode nos levar à compreensão das semelhanças e dessa diferença entre os dois personagens que movem suas conversas e reflexões.

É claro que a opção de Augusto Machado pela luta não é definitiva, já que ele tem apenas vinte anos e Gonzaga de Sá está no fim da vida. Ele mesmo parece ironizar suas pretensões de ser diretor ao se referir a elas como um “louco sonho”. O próprio fato de ele escrever sobre Gonzaga de Sá, que faz a opção contrária, parece indicar isso. Talvez esse seja, então, o momento oportuno para complementarmos a definição que demos desse romance no início desta terceira parte do capítulo (3.3). Dissemos que não se tratava de biografia, mas sim de um romance que narra a convivência entre dois homens, ambos pequenos funcionários públicos. Mais do que

isso, porém, podemos agora dizer que ele é também uma busca de autoconhecimento e de autoanálise de Augusto Machado. Por meio da investigação da vida de Gonzaga de Sá, com quem se identifica, ele procura compreender quais são suas possibilidades de ação no mundo, e quais as conseqüências dessas várias possibilidades. Se ele quer compreender Gonzaga de Sá, é também para compreender a si mesmo; e, da mesma forma que ler literatura fez com que ele se conhecesse melhor, escrever também parece ajudar nesse sentido.

3.3.4 Augusto Machado, Gonzaga de Sá e Belmiro Borba

Por outro lado, há semelhanças entre Gonzaga de Sá e Belmiro, o personagem de *Cyro dos Anjos*, do ponto de vista dessa esterilidade de que Gonzaga fala. Ambos são pequenos funcionários públicos, que nunca se casaram nem tiveram filhos, e que escolhem não agir no mundo. Ainda assim, pela direção que tomam as reflexões de Gonzaga de Sá, acreditamos que elas estejam mais próximas das de Augusto Machado. Há dois trechos do romance de Lima Barreto que ilustram o que queremos dizer. O primeiro está no capítulo X. Augusto Machado e Gonzaga de Sá conversam sobre a morte de Romualdo, o compadre de Gonzaga, que já discutimos aqui. Machado reflete sobre Gonzaga de Sá:

Com a sua mania introspectiva, analisando-se constantemente, conhecendo bem a fonte de suas dores e indo ao encontro delas, (...) ficara mais apto para compreender as dos outros, para justificá-las ao mesmo tempo, e, portanto, perfeitamente capaz de simpatizar com aqueles que as curtiam. Nele, eu queria adivinhar isso desde muito e não estranhei quando me disse no portão do cemitério:

- Pobre Romualdo! De que lhe valeu viver se estava pelo meio na sociedade em que surgiu! Além dos males inerentes à vida, curtir mais este que se desdobra em milhões? Enfim, ele não tinha noção disso, o que é importante pois sem ela não há sofrimento! Nele, era tudo isso confuso e o seu sofrimento só poderia ser criado pelos outros. Sou eu que o faço sofrer; ele, de

fato, não sofreu... Hei de tratar dos meios de extirpação da consciência... (BARRETO, 1997b, p. 78)

O segundo é um trecho do primeiro capítulo em que Augusto Machado reflete sobre si mesmo. Enquanto espera Gonzaga de Sá, ele vê um bando de ingleses, que passa “olhando tudo com aquele olhar que os guias uniformizaram”. O narrador pensa que eles pouco compreendem o lugar que visitam:

Façam como eu: sofram durante quatro séculos, em vidas separadas, o clima e o eito, para que possam sentir nas mais baixas células do organismo a beleza da senhora – a desordenada e delirante natureza do trópico de Capricórnio!... E vão-se, que isto é meu!

Logo me recordei, porém, dos meus autores – de Taine, de Renan, de M. Barrès, de France, de Swift e de Flaubert – todos de lá, mais ou menos da terra daquela gente! Lembrei-me gratamente de que alguns deles me deram a sagrada sabedoria de me conhecer a mim mesmo, de poder assistir ao raro espetáculo das minhas emoções e dos meus pensamentos.

Houve em mim, por essa ocasião, um indizível reconhecimento sem limites... Olhei com veneração aquela parva gente, em homenagem aos de seu sangue que me educaram e me fizeram saber que eu, burro ou genial, sábio ou néscio, influo poderosamente no mecanismo da vida e do mundo. (BARRETO, 1997b, p. 23)

Este segundo trecho expressa com clareza o que dissemos sobre o significado da literatura e da auto-análise para Augusto Machado. É interessante também por ter proximidade com as idéias de Lima Barreto sobre a missão da literatura (aumentar a compreensão entre os homens): foi graças à lembrança desses escritores e do que eles significavam que Augusto Machado pôde criar em si essa empatia com os ingleses que passavam.

Mas citamos os dois trechos para apontar a diferença fundamental entre Belmiro Borba e os dois personagens de Lima Barreto. É que Augusto Machado e Gonzaga de Sá se voltam para o mundo, o analisam e opinam sobre ele, comparando-o com sua interioridade e sendo transformados por ele. Mais do que isso, eles têm consciência do

lugar que ocupam nele, bem como das possibilidades de ação. Gonzaga de Sá deixa clara essa percepção ao falar de Romualdo e da falta de consciência dele: é Gonzaga, em decorrência de sua percepção da sociedade, que vê dificuldades na vida do compadre que ele próprio não percebia. Augusto Machado, por sua vez, descobre a importância de suas ações e das consequências delas por meio da literatura. Não se pode, portanto, no caso desses dois personagens, falar em uma interioridade que se eleva a mundo totalmente independente (para retomar as palavras de Lukács que usamos para descrever Belmiro no primeiro capítulo), uma vez que o mundo interior está em constante diálogo com o exterior. Já Belmiro se volta para si e para os que lhe são próximos, e não pensa de forma crítica a história e a sociedade – embora ambas se revelem profundamente internalizadas nele. Essa diferença entre os dois personagens de Lima Barreto e Belmiro fica clara no texto de Osman Lins:

A alternativa entre luta e rendição compreende certas condições sociais, uma realidade política e econômica sobre a qual se projeta. Ora, tanto a luta como a rendição levam a um exame desse campo, dessa realidade.(...) Renda-se a personagem ao próprio isolamento como Gonzaga de Sá ou tente rompê-lo à maneira de Machado, a consciência desse fato é aguda e determinante, tornando-os amargos, irados, irônicos. (LINS, 1976, p. 117 e 118)

Quer dizer, tanto em Gonzaga de Sá como em Augusto Machado há uma consciência de si e do mundo que são constantemente analisadas, reviradas e repensadas. Esse questionamento constante se volta também para o significado da vida e os caminhos possíveis de ação no mundo. Há diferença também na consciência histórica: enquanto Belmiro inicia o livro com o objetivo de investigar o passado e o conclui submergindo no presente infinitesimal, recusando-se a perceber as transformações e mudanças que o tempo traz, Augusto Machado faz uma análise de si mesmo e do mundo que procura conciliar seu passado com seu presente, entendendo o último a partir do primeiro, e traçando, a partir dessa análise, as possibilidades para o futuro. É bastante significativo, nesse sentido, o personagem Aleixo: se Gonzaga de Sá faz Augusto Machado pensar suas possibilidades para o futuro, o menino Aleixo faz com que ele relembre seu passado e seu amor pelos estudos quando criança.

As diferenças entre os três personagens estão presentes também na ação deles como funcionários públicos: Belmiro pouco pensa a respeito, mas age em conformidade com as práticas patrimonialistas; Gonzaga de Sá e Augusto Machado criticam essas práticas, e Machado quer ser diretor.

Dúvidas muito semelhantes às de Augusto Machado surgem em *Cemitério dos Vivos*, nas palavras do protagonista Vicente Mascarenhas:

devíamos procurar a nossa desincorporação, pela imobilidade e pela contemplação. O sábio é não agir. Quando li esta conclusão nos meus manuais baratos de filosofia, assustei-me. Aceitava a concepção, mas a conclusão me repugnava. Se na verdade era que, em presença desse tumulto da vida, desse entrecocar de ambições, o homem beneficiado pela sabedoria tinha o dever superior de afastar-se disso tudo e tudo isso contemplar com piedade; era verdade também que a ação, julguei assim, seria favorável à nossa reincorporação no indistinto, no imperecível, desde que fosse orientada para o Bem. Como conhecer o Bem? O meu espírito não encontrava, para sinal de seu conhecimento, senão na revelação íntima. (BARRETO, 2004a, p. 163)

Além de possibilitar uma análise sócio-histórica da administração pública brasileira, portanto, a comparação entre esses três personagens nos traz esse questionamento que é ao mesmo tempo social e individual: como agir no mundo? Já que não podemos nos resguardar de nosso próprio tempo, e ele nos alcança queiramos ou não, o que é possível fazer e o que se deve fazer? Será a reflexão sobre nós mesmos e sobre o mundo que nos rodeia necessária ou suficiente? Da mesma forma que Augusto Machado, não temos respostas para estas perguntas; mas procurar entender a nós mesmos e ao mundo pode resultar, se não na escolha pelo melhor curso de ação, ao menos em uma opção mais consciente.

Conclusão

Há uma frase de Sartre, em *Que é a Literatura?*, em que ele diz que a função do escritor é “fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele.” (SARTRE, 1999, p. 21) É isso o que Lima Barreto faz em sua obra ao utilizar a ironia, a caricatura e o exagero que conferem a ela, por vezes, o caráter surreal a que Nicolau Sevcenko alude. Em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* esse aspecto também está presente, mas a ficcionalização se aprofunda. Nos dois personagens principais a caricatura dá lugar a interrogações dolorosas sobre o sentido da vida e do mundo, mostrando que não há neles esse sossego de morte da consciência a que o escritor alude na epígrafe do terceiro capítulo.

Foi essa idéia de Sartre, também, o que guiou a escrita desta dissertação. O que procuramos fazer aqui foi lançar luz sobre alguns aspectos sócio-históricos que não ficam diretamente claros para o leitor que lê isoladamente *O Amanuense Belmiro* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. É claro que a análise acadêmica, por seu caráter mesmo de aprofundamento em um aspecto, é muito pobre e não é capaz de abranger a totalidade vária que é a obra literária. Se pensarmos nos dois romances como caleidoscópios, para usar novamente essa imagem, podemos dizer que essa dissertação, com todas as suas extensas análises teóricas, não captou senão uma das milhares de configurações possíveis desses dois caleidoscópios. Seria preciso virá-los do avesso, de novo e de novo, para obter outras visões deles, que tampouco seriam definitivas.

Por outro lado, o funcionário público mostrou-se, parece-nos, uma interessante chave interpretativa para compreender e comparar a obra desses dois autores. No primeiro capítulo, depois de uma exposição das principais características de *O Amanuense Belmiro* e de seu protagonista, discutimos a atuação de Belmiro como funcionário público, comparando-o com o ideal weberiano. A lógica pessoal que encontramos aí nos levou, primeiro, a um exame da importância dela na burocracia da

década de 30. Em um segundo momento, percebemos que em Belmiro essa lógica pessoal não se restringe a seu trabalho e aparece em outros momentos de sua vida. Além disso, procuramos mostrar que Belmiro age em conformidade com sua época não só no que se refere ao patrimonialismo na burocracia: seu caráter conciliador e cordial também o aproximam dela. Embora pouco pense sobre e discuta o mundo externo, assim, tentamos mostrar que o amanuense age em conformidade com ele. Quer dizer, a comparação do funcionário público Belmiro com a burocracia da década de 30 nos permitiu compreender o personagem e o romance de uma forma mais ampla.

É algo semelhante o que procuramos fazer no final do terceiro capítulo, ao analisar *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Há uma grande afinidade de pensamento entre Augusto Machado e Gonzaga de Sá; tentamos mostrar os principais aspectos em que essa afinidade surge, privilegiando a burocracia. Apesar das opiniões próximas sobre o mundo que os rodeia, entretanto, há diferença na forma de reagir ao mundo dos dois personagens. Novamente, isso fica claro em diversos aspectos de suas vidas – inclusive no trabalho burocrático. Embora o funcionário público não seja, portanto, uma questão particularmente importante em nenhum dos dois romances, a análise dela é capaz de esclarecer muito do que move os três personagens.

Da mesma forma que a análise da época contribuiu para o entendimento da obra, o inverso também ocorreu. Assim, partindo das questões que o exame do romance de Cyro dos Anjos levantou sobre o patrimonialismo na administração pública, dedicamos o segundo capítulo a aprofundar o entendimento delas, procurando compreender, entre outras coisas, as razões da dificuldade de ruptura com esse modelo que encontramos ainda na década de 1930.

Alguns aspectos importantes, que mereciam maior discussão, tiveram que ser apresentados brevemente por não serem o foco principal deste trabalho. É o caso das discussões sobre o posicionamento político, o projeto literário e a forma de escrever de Lima Barreto. Por outro lado, algo que descobrimos apenas recentemente e a que seria interessante dedicar mais algum tempo de pesquisa é o processo de ficcionalização e desficcionalização nesse escritor. Buscamos mostrar um pouco que é possível enxergar

esse processo nas diversas formas de abordagem do funcionário público em sua obra; a análise das crônicas mostrou isso com mais clareza, mas mesmo nos romances encontramos funcionários públicos que se aproximam mais de caricaturas, como Xisto Beldroegas e Genelício, ao lado de outros que são mais bem desenvolvidos psicologicamente (é o caso dos dois personagens que analisamos aqui, Augusto Machado e Gonzaga de Sá, e também de Policarpo Quaresma e de Vicente Mascarenhas, de *Cemitério dos Vivos*).

Um último comentário ligado à frase de Sartre que citamos no início desta conclusão. Acreditamos que a reflexão sobre o funcionário público nesses dois autores pode contribuir para a compreensão também do mundo em que vivemos hoje. Com isso queremos dizer que é importante discutir o patrimonialismo e as relações de favor no Estado brasileiro não apenas pelas más conseqüências que eles já causaram aos seus funcionários por mérito e à própria sociedade brasileira, mas também porque ainda hoje se vêem sobrevivências deles. Além disso, a questão é pertinente também por conduzir a uma reflexão sobre a ação no mundo e sobre a importância de pensar sobre ele, reflexão que os estudiosos das ciências humanas devem ter sempre em mente.

Referências

ALMEIDA, Manuel Antonio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ática, 1971.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ANDRADE, Oswald de. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6: Do Pau Brasil à Antropofagia e às Utopias - Manifestos, teses de concursos e ensaios, 1972.

ANJOS, Cyro dos. **Montanha**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

_____ **Abdias**. São Paulo: Círculo do Livro, 1963.

_____ **A Criação Literária**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro Culturais, 1967.

_____ **A Menina do Sobrado**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____ **O Amanuense Belmiro**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 2004.

BALZAC, Honoré de. Avant-Propos. In: BALZAC, H. D. **La Comédie Humaine**. Paris: Louis Conard, v. 1, 1931. p. XXV- XXXVIII.

_____ **Les Employés**. Paris: Gallimard, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Bagatelas - artigos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

_____ **Clara dos Anjos.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

_____ **Coisas do Reino do Jambon - sátira e folclore.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c.

_____ **Correspondência - Tomos I e II.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d.

_____ **Diário Íntimo - Memórias.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961e.

_____ **Feiras e Mafuás: artigos e crônicas.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961f.

_____ **Histórias e Sonhos: contos.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961g.

_____ **Impressões de Leitura - crítica.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961h.

_____ **Marginália - artigos e crônicas.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961i.

_____ **Numa e a Ninfa - romance.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961j.

_____ **Os Bruzundangas - sátira.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961k.

_____ **Vida Urbana - artigos e crônicas.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961l.

_____ **Triste fim de Policarpo Quaresma.** 1. ed. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997a.

_____ **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá.** São Paulo: Ática, 1997b.

_____ **O Cemitério dos Vivos.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Planeta do Brasil/ Fundação Biblioteca Nacional, 2004a.

_____ **Toda Crônica.** Rio de Janeiro: Agir, v. I (1890 - 1919), 2004b.

_____ **Toda Crônica.** Rio de Janeiro: Agir, v. II (1919 - 1922), 2004c.

_____ **Recordações do Escrivão Isaías Caminha.** 10. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BETELLA, Gabriela Kvacek. **Narradores de Machado de Assis.** São Paulo: Edusp/ Nankin, 2007.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1996.

BOTELHO, Denílson. **A Pátria que quisera ter era um mito:** o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

CAMARGO, Luis Gonçales Bueno de. **Uma história do romance brasileiro de 30.** Campinas: IEL - UNICAMP, v. Tese de doutorado em teoria e História literária., 2001. Tese de doutorado em Teoria e História Literária.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, Abril 1984.

_____ Estratégia. In: ANJOS, C. D. **O Amanuense Belmiro.** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989a. p. xiii-xviii.

_____ Os olhos, a barca e o espelho. In: CANDIDO, A. **A educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1989b. p. 39-50.

_____ Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz/ Publifolha, 2000. p. 101-126.

_____ **Um funcionário da monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002.

CARDOSO, Patrícia da Silva. **Ficção e Memória em "O Amanuense Belmiro"**. Campinas: UNICAMP, Dissertação (mestrado), Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

CARONE, Edgar. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais) - volume um**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____ **A Construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da Cunha. **O sistema administrativo brasileiro**: 1930 - 1950. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, v. I, 2000a.

_____ **Os Donos do Poder - formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, v. II, 2000b.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. **Lima Barreto e o fim do sonho republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

- GIL, Fernando Cerisara. **O romance da Urbanização**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOUVÊA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JUNIOR, Caio Prado. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- LAFETÁ, João Luiz. À sombra das moças em flor: uma leitura do romance "O Amanuense Belmiro", de Cyro dos Anjos. In: LAFETÁ, J. L. **A dimensão da Noite e outros ensaios**. Antonio Arnoni Prado (org.) São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2004. p. 19-37.
- LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.
- LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2000.
- MANN, Thomas. **Morte em Veneza**. Tradução de Eloisa Ferreira Araújo Silva. Rio de Janeiro /São Paulo: O Globo / Folha de S. Paulo, 2003.
- MILANESI, Vera Márcia P. V. **Cyro dos Anjos: memória e história**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.
- NETO, Antonio Luís Machado. **Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870 - 1930**. São Paulo: Grijalbo/ ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política - Idéias para a Reforma Política do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro/ Brasília: Jorge Zahar ed./ ENAP, 1997.

PAES, José Paulo. O pobre diabo no romance brasileiro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 38-53, Março 1988.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil - entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto:** o crítico e a crise. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

REGO, José Lins do. **Ficção completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 1, 1987.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.** Rio de Janeiro: editora UFRJ/ editora Unicamp, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Sobre O Amanuense Belmiro. In: SCHWARZ, R. **O Pai de Família e outros estudos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____ **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____ Nacional por subtração. In: SCHWARZ, R. **Que horas são? Ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial - a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX.** São Paulo: Difel, 1978.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Narciso e Antinarciso. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 3, 1996.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, v. 1 - Teoria de la Organizacion Social, 1944.

_____ Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 15-28.